



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

CRISTIANE SOUSA DA SILVA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E A CUFA-CE: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE NEGRA NO BASQUETE DE RUA**

**FORTALEZA
2012**

CRISTIANE SOUSA DA SILVA

MOVIMENTOS SOCIAIS E A CUFA-CE: UMA ANÁLISE DA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BASQUETE DE RUA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola. Eixo: Sociopoética, Cultura e Relações Étnico-Raciais. Orientadora: Profa. Dra. Joselina da Silva.

FORTALEZA
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S579m Silva, Cristiane Sousa da.
Movimentos sociais e a CUFA-CE: uma análise da construção da identidade negra no basquete de rua / Cristiane Sousa da Silva. – 2012.
141 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola.
Orientação: Profa. Dra. Joselina da Silva.
1. Negros – Identidade racial. 2. Negros – Condições sociais. 3. Basquetebol – Aspectos sociais.
I. Título.

CRISTIANE SOUSA DA SILVA

MOVIMENTOS SOCIAIS E A CUFA-CE: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE NEGRA NO BASQUETE DE RUA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola. Eixo: Sociopoética, Cultura e Relações Étnico-Raciais.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Joselina da Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Maria Zelma de Araújo Madeira (Membro)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Amauri Mendes Pereira (Membro)
Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO)

Dedico à minha mãe, Maria Liduina, e aos meus irmãos, que em todos os momentos da minha vida sempre estiveram ao meu lado com todo amor, força, carinho e acreditaram nos meus sonhos e realizações.

Agradecimentos

A Deus e aos meus guias espirituais, por me acompanharem e me protegerem em todos os momentos da minha vida e que em nenhuma ocasião me desampararam, mostrando que neste mundo nunca se está sozinho.

À minha família, em especial à minha mãe, Maria Liduina Sousa, que teve o duplo papel de ser pai e mãe e desempenha, até hoje, muito bem essa tarefa. Se hoje sou o que sou, devo muito a essa mulher guerreira, pela dedicação, pelo trabalho, pelo carinho, pelo amor e por sempre querer deixar o melhor para os seus filhos. Segundo ela, “a educação/o conhecimento é o maior bem que a mãe pode deixar e que ninguém pode tirar”. Aos meus amados e queridos irmãos Maria Luiza, Júnior e Alex, que, com todo amor, carinho e compreensão, torcem muito pelo meu sucesso, minha felicidade e assim me fazem querer ser, a cada dia, uma irmã/pessoa melhor.

Ao Braulio Leal, por seu companheirismo, paciência, atenção, carinho, amor, compreensão, sempre torcendo e estando presente nas minhas conquistas e vitórias.

À minha querida orientadora, Dra. Joselina da Silva, que, durante estes dois anos, me engrandeceu e tornou-se minha referência enquanto mulher negra, intelectual, militante, professora. Só tenho a agradecer pelos seus ensinamentos e conhecimentos, que contribuíram na formação desta nova mulher negra. Obrigada!

À professora Dra. Zelma Madeira, pela amizade, pelo carinho, pelo aprendizado, que muito influenciaram na minha construção enquanto acadêmica e pessoa; ao professor Dr. Henrique Cunha Júnior e à Dra. Sandra Pettit, pelo olhar peculiar com a ancestralidade africana e com as nossas raízes com a mãe África.

A Carol Costa, Josivaldo Alves, Hedgard Rodrigues, Renata Meirelles, Linconly Jesus, amigas/os sempre presentes na minha vida – uns mais, outros menos, porém a amizade e a forma de amar são imensuráveis. Amo a cada uma/um com sua qualidade, seu defeito, e sei que esse sentimento é recíproco, pois sinto-o quando preciso de um ombro para chorar, para ouvir e ser ouvida, para dividir minhas alegrias, minhas vitórias, para dançar e brincar. São irmãos/aos enviados por Deus e fazem minha vida cada dia mais feliz.

Às/aos minhas/meus amigas/os que, mesmo distantes, carrego para sempre do lado esquerdo do peito. São elas/es: Sandy Salum, Vanessa Góis, Fernando César, Andréia Pagani, André Comaru, Wilson Azevedo, Ana Cristina.

Ao coletivo do Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte do Ceará (CBCE-CE) – José Pereira, Marcel Cunha, Érico Bernardo, Niágara Cunha, Daniel Pinto, Stephanny Menezes –, com quem aprendi a ciência e a dialética que envolve a educação física, bem como sua contribuição na transformação social.

Às/aos companheiras/os de trabalho da Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza (SECEL), em especial a Thiago Coutinho, Sydenham Gomes, Fábio Porto, Roberto Gomes, Luciano Hebert, Evangelista, Walter, que me ensinaram a enxergar que é possível construir uma política pública de esporte e lazer de qualidade, com suas possibilidades e limitações.

Às/aos professoras/es e agentes comunitários dos programas da SECEL que, diante das dificuldades, levam o conhecimento e a reflexão da realidade para as comunidades atendidas, não priorizando apenas a prática, mas a formação do sujeito.

Às/aos colegas que ingressaram no mestrado em Educação Brasileira na Faced – UFC, em especial a Rosivalda Barreto, Maria Cecília, Joelma Gentil, Rinaldo, Raissa Almeida, que trazem para academia uma discussão acerca das relações étnico-raciais e africanidades que até então era silenciada e omitida.

À Central Única das Favelas do Ceará (CUFA-CE) e aos participantes da pesquisa, pois, sem seu apoio, não seria possível a construção deste trabalho.

Identidade

Nasci de pais mestiços
Fui registrado como branco
Mas com o tempo a cor
Escura se fixou
Negro, negrinho
Você é negro sim,
A primeira ofensa!
Eu era negro sem saber
Adolescente, ainda recusava
Minha origem
Aprendi o ser negro, o passivo, inferior
Reagia: sendo esta raça assim
Não sou negro não!
Recusei a herança africana
Desejei a brancura
Mais tarde soube
A inferioridade era um mito
A passividade uma mentira
O conhecimento trouxe a consciência
Aceitei minha negrice
Me assumi!
Encontrei uma bandeira
Negritude!
Identidade resgatada
Ser negro é importante
É se identificar com minhas raízes.

JamuMinka – Cadernos Negros 1 (poesia) – 1978.

RESUMO

Esta dissertação procurou analisar a constituição da identidade negra das/os alunas/os no basquete de rua da Central Única das Favelas (CUFA-CE). Teve como objetivos identificar os discursos e concepções das/os alunas/os em relação à identidade negra, bem como contribuir para com os estudos sobre as relações étnico-raciais e a identidade negra em espaços não formais. A pesquisa se delineou nos pressupostos do estudo de caso e utilizou como instrumentos de coleta de dados as observações e as entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa foram alunas/os, lideranças e coordenadores da CUFA-CE. O trabalho de campo foi realizado em duas bases da CUFA-CE: uma no bairro do Barroso, em Fortaleza, e outra na cidade de Sobral. A análise de conteúdo foi utilizada para a interpretação das falas dos entrevistados recolhidas na pesquisa de campo. A definição de categorias não se deu *a priori*, mas emergiram da “fala”, do conteúdo das respostas, do discurso, e se constituiu em três categorias, que foram: “negros em movimento”; “basquete de rua: lugar de negro?”; “identidades: pelos outros e por eles mesmos”. Pelos resultados, pôde-se notar que, na primeira categoria, a CUFA não se identifica enquanto movimento negro, mas *como negro em movimento*. Sendo assim, há uma articulação com as instâncias governamentais, privadas e com a sociedade civil, característica dos Novos Movimentos Sociais. Já em relação à segunda categoria – “basquete de rua: lugar de negro?” –, destaca-se como um dos canais para formação e afirmação da identidade enquanto ser negro. No entanto, apesar de assumirem uma configuração limitada, no tocante às escolinhas de basquete de rua nas bases pesquisadas, apontam, principalmente, à visibilidade da juventude negra por meio da Liga Internacional de Basquete de Rua (LIIBRA), contribuindo para elevação da sua autoestima. Na terceira e última categoria – “identidades: pelos outros e por eles mesmos” –, pôde-se inferir, primeiro, a identidade negra das/os alunas/os formada a partir do olhar do outro. Em segundo lugar, a ausência – nas aulas de basquete de rua – de uma intervenção pedagógica com recorte racial não estimula o debate da questão étnico-racial e deixa de contribuir para a construção da identidade negra afirmativa nas bases estudadas na CUFA-CE.

Palavras-chave: Negro. Identidade negra. Relações étnico-raciais. Basquete de rua.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the formation of black identity of the girls and boys in the Street Basketball on the street where CUFA-Ce is placed. Aimed to identify the discourses and conceptions of the students against the black identity and contribute to studies on ethno-racial identity and black non-formal space. The research used as instruments of data collection observation and semi-structured interviews. The research subjects were students, leaders and coordinators at CUFA-Ce. The fieldwork was conducted in two bases CUFA-Ce, a neighborhood in the Barroso District in Fortaleza and another in the city of Sobral. Content analysis was used for the interpretation of the interviewees' statements collected in the field research. For the results, noting that at CUFA it's not identified as a black movement but, as black in motion, so there is a connection with the governmental instances, private and civil society characteristic of the New Social Movements. Regarding the "Is street basketball a black's thing?" Stands out as one of the channels for the formation and affirmation of identity as being black, however, assume a configuration despite limited regarding after-school street basketball bases surveyed which mainly point is the visibility of black youth through LIIBRA helping to raise their self-esteem. In the category 'identities by others and by themselves' can infer the first black identity the students those formed from the gaze of the other. Secondly, the absence - in the classes of street basketball - a pedagogical intervention with racial, however, does not stimulate the debate on ethnic-racial issue and the construction of black identity in the bases studied in CUFA-Ce.

Key - Words: Black. Black Identity. Ethnic-Racial Relations. Street Basketball.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 Percurso metodológico da pesquisa	15
1.1. Primeiras aproximações do objeto	15
1.2. Contextualização da pesquisa	18
1.3. O basquete de rua da CUFA-CE como lócus da pesquisa	20
2 Da identidade à identidade negra	24
2.1. A identidade como categoria de análise	24
2.2. A identidade negra em construção	27
2.3. Negro em movimento ou movimento negro: resistência, organização e identidade	35
2.4. Um olhar sobre o Ceará	46
3 Movimentos sociais e a CUFA: possibilidade e limites	52
3.1. Uma reflexão sobre a teoria dos movimentos sociais	52
3.2. Análise sobre o movimento social urbano	56
3.3. Esporte e basquete de rua: perspectivas e paradoxos	61
3.4. Basquete de rua: o lugar do negro no esporte?	64
3.5. A CUFA na mídia	70
3.5.1. O olhar do jornal <i>O Povo</i> sobre a CUFA: 2005 a 2010	74
4 Em busca da/s “identidade/identidades” negra/s no basquete de rua da CUFA-CE.	81
4.1. Identidade negra: eixo central da análise	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXOS	119

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise acerca da identidade negra, a partir da noção de construção histórica e social que se faz por meio das relações que estabelecem entre si, do “eu” com o “outro” e de ambos com grupos com os quais interagem no cotidiano. Investigamos aqui como e se é constituída a identidade negra entre os participantes do basquete de rua que integram a base da Central Única das Favelas (CUFA) em dois núcleos no estado do Ceará. A entidade não possui fins lucrativos e foi criada em 1999, no Rio de Janeiro, com o propósito de promover o protagonismo da juventude negra por meio de atividades esportivas, culturais, estéticas, entre outras, que sinalizam para uma auto-organização e articulação dos jovens nas periferias. A representação estadual dessa organização surgiu em 2005, em Fortaleza, e, por abraçar os mesmos ideais, acreditamos ser o lócus apropriado para os fins da pesquisa.

Nosso objetivo de problematizar a identidade negra na sociedade, em geral, e neste trabalho, em particular, exige que façamos um resgate das crenças e conceitos que envolvem a questão racial contemporânea. No Brasil, a discussão relacionada à questão étnico-racial vem ganhando espaço no cenário nacional – um debate até então negado e silenciado pela sociedade brasileira que, desde cedo, foi influenciada e aprendeu a valorizar o pensamento eurocêntrico. Dessa maneira, a população negra teve de negar a si mesma, sua história, sua cultura, sua identidade para ser aceita pela sociedade.

E uma das estratégias de negação da identidade negra, segundo Cunha Jr. (2005), destaca a mestiçagem utilizada pela elite racista para formulação de uma identidade nacional única. O debate sobre essa identidade não é constituído apenas pelos caracteres fenotípicos, como muitos acreditam, mas por conjuntos amplos, complexos de motivações e condições culturais, sociais, econômicas e políticas.

Hall (2002) afirma que o outro aparece como uma referência e é condição fundamental na construção de identidades, pois o homem tem de reconhecer a si e ao outro nesse processo. E é a partir do olhar do outro que também a identidade negra vai se construir, na maioria das vezes de modo negativo – consequência de um passado escravista e do mito da democracia racial. Por isso, investigar o significado e os mecanismos de construção da identidade negra, particularmente no tocante ao espaço não formal, é contribuir com novos pensares para embasar a reconstrução e a ressignificação da história, da cultura, da religião, da identidade da

população negra brasileira, na tentativa de reparação às marcas deixada pelo nosso passado.

O interesse pela temática está relacionado à minha experiência profissional como professora de Educação Física de projetos sociais no âmbito do esporte e lazer em organizações não governamentais de 2004 a 2006, assim como à experiência como supervisora de professores em ações governamentais desde 2007. Isso ocorre principalmente pelo fato de reconhecer minha identidade enquanto mulher negra, a partir do meu envolvimento nos trabalhos citados e da minha trajetória pessoal.

Inicialmente, meu projeto de pesquisa para entrar no mestrado em Educação Brasileira teve foco em Educação Física, afrodescendência, espaço não formal e identidade. A ideia, em princípio, foi investigar o programa “Esporte na Comunidade¹”, posto que trabalho na Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza (SECEL). Porém, quando passei na seleção de mestrado e tive o primeiro encontro com minha orientadora, Joselina da Silva, conversamos sobre o projeto, e ela sugeriu pesquisar a CUFA, pois a aproximação com o meu objeto inicial poderia prejudicar a pesquisa. A proposta foi aceita e o desafio também lançado, pois fiz um levantamento e constatei que nenhuma pesquisa, até então, havia sido realizada no estado do Ceará sobre a Central Única das Favelas (CUFA-CE).

Diante dessas configurações e descobertas, assumo marcas identitárias, como mulher, negra e pesquisadora. Estas representam o lugar de onde falo: as manifestações de identidades vêm carregadas de um sentimento de pertença a algum grupo ou lugar, pois, a partir das nossas escolhas, as identidades serão modificadas. Assim, mergulhei em mim para saber minha história, quem sou e como essa identidade foi construída ao longo da minha existência. Nesse resgate, a disciplina “Seminário temático: etnia, gênero e educação na perspectiva dos afrodescendentes”, ministrada pelo professor Henrique Cunha, foi fundamental, bem como a leitura do romance “A casa da água²”, nas aulas. Descrevo, agora, um pouco de mim, da minha história e sobre como surgiu o meu interesse pela pesquisa.

¹ “Esporte na Comunidade” é um programa de política pública de esporte e lazer, realizado pela Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza (SECEL), que atende 40 núcleos com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e é distribuído pelas seis regionais da cidade. Tem como objetivo estimular a participação popular, a autogestão e a autonomia das comunidades, através de atividades esportivas e das várias manifestações da cultura corporal, oferecendo elementos para a compreensão e reflexão da realidade de classes.

² Primeiro volume da trilogia “A alma da África”. O romance de Antônio Olinto conta a história da ascensão de uma família brasileira no continente africano.

Para mim, foi um tanto difícil fazer o resgate de minha história, raízes e descendência, pois, até então, não percebia o quanto é importante saber de onde se vem e que caminhos foram trilhados para se poder chegar até aqui.

Irei começar pelos relatos de minha mãe. Quando perguntei sobre sua história, falou sobre sua vida marcada pela pobreza. Trabalhou muito cedo, desde os sete anos, como empregada doméstica, e, segundo ela, meu avô é quem ia pegar seu pagamento, como também o dos outros irmãos. Não chegou a concluir o ensino fundamental, cursando até a sexta série. Em nenhum momento relata sobre a cor da pele ou faz menção à sua história enquanto negra: na verdade, creio que, inconscientemente, não se percebe como tal, exceto quando se sente desrespeitada ou quando não é bem atendida em determinados locais, momento em que se aborrece. Entretanto, nesse espaço, ela se reconhece como negra, mas, nos outros, não percebo qualquer afirmação. Mas me pergunto: por que é mais “fácil” nos reconhecermos no racismo do que na autoafirmação?

Ela se percebe enquanto uma mulher guerreira, trabalhadora, pois criou, sozinha, três filhos, construiu nossa casa – tudo graças ao suor do seu trabalho. Será que esse tipo de mulher (minha mãe) tem alguma relação com as características que a elite racista impõe para nós, mulheres negras? Um perfil que estigmatiza, homogeneiza, colocando todas num mesmo padrão, enquanto a realidade é completamente diferente.

A vida de minha mãe pressupõe uma realidade vivida por muitas mulheres negras. Retrata uma existência marcada pela pobreza, pelo comprometimento da escolarização para trabalhar, desde cedo, como empregada doméstica ou em empregos subalternos. Essas marcas impactaram minha família e esses elementos dificultaram a construção de uma identidade negra, no caso da minha mãe.

Diante do que foi exposto, lembro-me da infância, quando as brincadeiras e os xingamentos de teor racista eram “naturais” e comuns. Reagia de maneira violenta: na maioria das vezes ficava triste, é claro, mas não gostava de ser chamada por tais apelidos.

Na escola, não me lembro de ter sofrido essas agressões diretamente, embora simbolismos não faltassem. Acredito que é quase impossível não ter acontecido insultos racistas, pois sempre estudei em escolas particulares. Minha mãe conseguiu uma bolsa de estudos durante as eleições para vereador no ano de 1989 e sempre dizia que eu não poderia repetir de série, porque poderia perdê-la. Por isso, sempre estive nos primeiros lugares da

escola, era destaque da sala. O caminho da escolarização como forma de resistência é algo que se repete nas famílias negras.

Tenho uma foto da minha terceira série, e, de 25 alunos, apenas duas pessoas eram negras – eu e outra menina, chamada Vilmara –, e seguiu assim durante muito tempo na minha vida escolar.

Nas atividades esportivas fui destaque em quase todas as modalidades com bola (futebol, vôlei, basquete e handebol) e, mais uma vez, era uma das poucas negras do time – quando não era a única. Lembrei-me de uma final de handebol, quando estava jogando e o técnico da outra equipe disse: “Marca, marca essa neguinha aqui!”. Engraçado que, nessas horas, somos negrinhas, ganhamos destaque; afinal, era como eles me viam mesmo: uma “neguinha” habilidosa. A cor da pele, nesses momentos, faz a diferença. Na verdade, sempre fez, eu é que nunca despertei para isso.

Acho que passei por um período de forte influência da ideologia do branqueamento³, até cinco anos atrás. Por não me assumir enquanto negra, sempre achei que nunca sofri preconceitos diretos, a exemplo de outras amigas. Hoje, percebo que foi uma mentira: na verdade, não conseguia enxergar por não me reconhecer como negra, e essa percepção se torna mais difícil pela cordialidade e sutileza do racismo à brasileira.

Na verdade, estou, aos poucos, construindo minha história, me percebendo, me afirmando enquanto mulher negra, descobrindo e fincando raízes ligadas à ancestralidade. Nesse sentido, a família é fator preponderante no resgate da história, e, a partir daí, trilham-se novos caminhos de afirmação e valorização da identidade enquanto negros. Assim, a identidade é algo subjetivo, construído a partir da história, da família, da escola, da sociedade, das relações sociais.

É nesse contexto tanto pessoal como profissional que surge o interesse acadêmico pela temática de realizar o estudo ora proposto em torno da construção da identidade negra no espaço não formal.

Diante de tais configurações, pode-se dimensionar a importância da escolha do tema

³ Segundo Silva (2004, p. 31), a ideologia do branqueamento tem como causa fundamental o medo que a minoria branca brasileira tem da maioria negra e mestiça e do possível antagonismo a ser gerado a partir da exigência de direitos étnico-culturais. Isso porque a aceitação democrática das diferenças pressupõe igualdades de oportunidades para os segmentos que apresentam padrões estéticos e valores sociais culturais diferentes.

investigado: a construção da identidade negra no basquete de rua da CUFA-CE, subsidiada pelo debate acerca da identidade e das relações étnico-raciais no contexto do espaço não formal.

Para tanto, saber como é – e se é – construída a identidade negra da/o aluna/o no basquete de rua da CUFA-CE é a questão que demarca a proposta deste trabalho.

Teve-se como objetivo geral: estudar e analisar a constituição da identidade negra no basquete de rua e sua influência nos discursos e concepções das/os alunas/os sobre si mesmos na CUFA-CE.

Buscou-se construir o estudo em quatro capítulos, tratados sumariamente a seguir. O capítulo 1 se reporta à descrição do percurso metodológico do estudo, com foco nos procedimentos de pesquisa, bem como ao lócus da investigação. O capítulo 2 trata do referencial teórico em alusão à identidade – a construção do conceito de sujeito no contexto contemporâneo. Além disso, traz uma discussão acerca da identidade negra, apontando para a composição de novos valores, desconstruindo os estigmas e rótulos que estruturam nossa sociedade em torno do ser negro. A contribuição do movimento negro para a afirmação identitária da população negra aborda, também, a presença negra no Ceará, já que há um mito de que no nosso estado não existem negros. O capítulo 3 aborda a teoria dos movimentos sociais na sociedade contemporânea, seus significados, suas mudanças e as novas relações com o Estado, adentrando no debate dos movimentos sociais urbanos e nas novas formas de participação e mobilização sociais. Nesse contexto, a CUFA, com sua consolidação nacional, adquiriu um novo olhar, por parte do Estado, na formação de novos atores sociais, que traz à tona as demandas das periferias. Diante dessas novas formas de mobilização – o esporte é uma delas –, o debate acerca do basquete de rua aparece como possível espaço de construção da identidade negra, com enfoque na CUFA-CE. O capítulo traz, ainda, o debate da relação entre o basquete de rua e a CUFA-CE, a partir de recortes retirados do jornal *O Povo*. Por último, o capítulo 4 discorre sobre as análises dos dados a partir dos núcleos de base investigadas da organização. Posteriormente, são apresentadas as categorias presentes nas intervenções na CUFA-CE.

1 Percurso metodológico da pesquisa

1.1 Primeiras aproximações do objeto

Tendo em vista que toda pesquisa científica é norteada pela escolha dos conceitos epistemológicos do pesquisador, sua exposição faz-se necessária para que todo o percurso da pesquisa tenha um significado. Neste capítulo, ressaltamos as concepções das quais parti.

Este trabalho apoia-se na abordagem qualitativa, pois, segundo Bogdan e Biklen (1994), esta exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, de que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma noção mais esclarecedora do nosso objeto de pesquisa.

Oliveira (2010) destaca que a pesquisa qualitativa é um estudo mais específico de determinado fenômeno ou fato: pretende buscar informações fidedignas para explicar o sentido e as características do objeto de pesquisa por meio de entrevistas e observações – que é o nosso caso.

Porém, para esta autora, não se trata de uma verdade absoluta, como previa a antiga ciência. Na realidade, é uma proximidade dessa verdade, visto que, na contemporaneidade, não existe uma única verdade, mas verdades que vão sendo descobertas a cada pesquisa, a partir do objeto. Daí a importância dessa amplitude de ponto de vista e de “verdades”, não sendo uma ciência neutra, mas sim uma ciência na qual haja, a partir do objeto pesquisado, um resultado que tenha sentido e significado, contribuindo para uma nova reflexão da realidade.

Portanto, faz-se necessária, numa abordagem qualitativa, a clareza no que vai ser pesquisado, ou seja, deixar claro o objeto, para que se possa diagnosticar em profundidade a realidade pesquisada. Nesse sentido, começamos a interpretar e compreender como é – e se é – constituída a identidade negra no basquete de rua da CUFA-CE, com o intuito de ampliar o debate sobre relações étnico-raciais, identidade e educação não formal.

Com o delineamento nos pressupostos, o estudo de caso foi o método utilizado para dialogar com as categorias basilares neste trabalho, sendo elas: identidade negra, movimentos sociais e relações étnico-raciais. Dessa maneira, a escolha do método adotado, a delimitação do campo – visitas às bases da CUFA e aos participantes entrevistados –, os caminhos para a consolidação do percurso metodológico, além da coleta de dados por meio do diário de campo

e entrevistas, constituíram o caminho epistemológico percorrido nesta investigação na tentativa de responder às seguintes questões: como é – e se é – construída a identidade negra no basquete de rua da CUFA-CE e qual a sua influência na identidade da/o aluna/o negra/o?

Na tentativa de responder aos questionamentos supracitados, utilizamos um olhar mais descritivo e interpretativo, tendo como caminho o estudo de caso que consiste na:

[...] observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico [...] a escolha de um determinado foco é sempre um ato artificial, uma vez que implica a fragmentação do todo onde ele está integrado. O investigador qualitativo tenta ter em consideração a relação desta parte com o todo, mas, pela necessidade de controlar a investigação, delimita a matéria de estudo. (BOGDAN;BIKLEN, 1994, p. 91).

Em qualquer pesquisa, é importante conhecer o seu objeto, seja ele qual for, saber o que se quer na pesquisa e, a partir daí, saber qual o método a ser utilizado. De acordo com DaMatta (1987), os métodos científicos são mediadores entre o sujeito (pesquisador) e o objeto, permitindo, assim, uma aproximação e uma ponte entre o nosso universo e o do outro.

A escolha da orientação teórica de estudo de caso ao objeto pesquisado foi feita pelo fato de o grupo investigado ser delimitado. Segundo Oliveira (2010), é um estudo aprofundado a fim de buscar fundamentos e explicações sobre um fato específico dentro do seu contexto da realidade. Nesse sentido, o contexto investigado foi a escolinha do basquete de rua da CUFA-CE, tendo como técnica de coleta de dados a observação e a entrevista. Para interpretar os dados colhidos, me baseei na análise do conteúdo.

Neste trabalho, utilizamos como referências as leituras de Bogdan e Biklen (1994), DaMatta (1987), Romanelli (1986), Oliveira (1998), Oliveira (2010), as quais serviram de fonte para compreender melhor o meu papel de pesquisadora, bem como o rumo a ser seguido na entrada de campo e a observação que teria de provir no campo.

Nas palavras de Oliveira (2010, p. 57), o estudo de caso trata de uma única realidade que pode ser estudada especificamente, na possibilidade de buscar novos elementos que possam explicar o fenômeno investigado, e pode ser trabalhado por meio de vários instrumentos de coleta de dados.

Um dos pontos cruciais na pesquisa qualitativa é o trabalho de campo – justamente o momento de proximidade do pesquisador da realidade estudada, tendo-se a entrada de campo

como essencial. Segundo Corsaro (2005, p. 3), um de seus objetivos centrais como método interpretativo é estabelecer o status de membro e uma perspectiva ou ponto de vista de dentro e entender que esta é uma das formas na tentativa de recolher os seus dados.

Na visão de Bogdan e Biklen (1994, p. 113-114), podemos ser acusados de distorção por romancearmos a relação entre investigador e sujeitos, ao invés de estabelecer o foco no trabalho de campo por meio da observação, onde a descrição procura aproximar ao máximo do real, e de se utilizar de outras ferramentas na investigação, como a entrevista e análise de documentos, entre outros.

Procurei dar uma atenção especial para o campo, visto que a minha entrada e as primeiras aproximações com o meu objeto da pesquisa foram muito difíceis. Inicialmente, recebi um olhar desconfiado por parte da instituição pesquisada. Embora minha primeira tentativa de contato tenha sido positiva, não tive muito sucesso no decorrer da pesquisa, pois foram constantes os desencontros – *e-mails* não respondidos, telefonemas sem retorno, constituindo uma série de empecilhos que me desmotivavam ainda durante o primeiro contato. Passados os obstáculos no início da pesquisa, tentei dar ênfase às técnicas rotineiras de coleta de dados (entrevistas informais, anotações e gravações audiovisuais).

Uma das técnicas principais no estudo de caso se dá por meio da observação direta, que foi uma das técnicas utilizadas dentro do meu trabalho de campo. Entendo-a como sendo fundamental, pois o diferencial está na maneira de como observar determinado fenômeno, ou seja, não é qualquer observação, é ter sensibilidade ao olhar o objeto pesquisado (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O que de fato acontece é poder captar o fenômeno através do olhar do outro. Temos a ilusão de ver o objeto tal qual ele é, enquanto na realidade o objeto é alterado pelo nosso olhar, pois, como afirma Oliveira (1998), o pesquisador tem de olhar através de um prisma por meio da qual a realidade observada sofre uma refração. Daí a difícil tarefa de interpretar esse fenômeno, relacioná-la com a teoria estudada e, ao mesmo tempo, distanciar-se de qualquer preconceito que venha a desmoralizar o outro.

Em função de tais fatos é que optamos pela pesquisa qualitativa, em função da sua adequação ao objeto pesquisado – identidade negra –, para apreender e tentar compreender o problema estudado.

Complementando a construção do procedimento de pesquisa, utilizaram-se as informações retiradas do site da CUFA, bem como do jornal *O Povo* (2005-2010), o que nos propiciou uma melhor compreensão do discurso oficial da realidade estudada.

1.2 - Contextualização da pesquisa

Inicialmente, o meu projeto de pesquisa para entrar no mestrado teve foco na Educação Física, afrodescendência, espaço não formal e identidade. A ideia, em princípio, era investigar o programa Esporte na Comunidade, no qual trabalho, na Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza (SECEL). Porém, quando passei no mestrado, no meu primeiro encontro com minha orientadora Joselina da Silva, conversamos sobre o projeto e ela sugeriu pesquisar a CUFA, pois a minha estreita aproximação com o meu objeto inicial poderia prejudicar a pesquisa. A proposta foi aceita e o desafio lançado. Fiz um levantamento e nenhuma pesquisa ainda havia realizada no estado do Ceará sobre a Central Única das Favelas (CUFA-CE).

Conforme nos falam Bogdan e Biklen (1994), os investigadores qualitativos encontram-se numa posição muito particular para negociar sua entrada, já que os sujeitos pesquisados não estão acostumados com esse tipo de abordagem e a enxergam como sinônimo de experiências controladas em que têm de responder a questionários ou preencher formulários.

No trabalho de campo, há o estabelecimento de vínculos e proximidade com os sujeitos pesquisados. Seja pela observação, pelas entrevistas ou pelos diálogos, entramos numa relação de conhecimento do mundo do outro e do nosso, em detrimento do formalismo, pois o objeto em questão, nas ciências sociais, é transparente e falante. Como afirma DaMatta (1987, p. 32), o objeto tem seu centro, o seu ponto de vista e as suas interpretações.

A entrada no campo fez-se necessária pelo anseio de compreender como os entrevistados se enxergavam e se entendiam a respeito do meu objeto de pesquisa – embora, segundo DaMatta (1987), o pesquisador só possa enxergar aquilo que está preparado para ver, desenvolvido a partir das teorias sociológicas, sendo fundamental o diálogo entre dados e teorias.

A partir desses pressupostos teóricos, passamos a adentrar, de forma sutil, o campo, juntamente com um caderno de anotações – diário de campo – que, na visão de DaMatta

(1987), atua como uma espécie de memória social. Nesse primeiro momento, as visitas tinham caráter exploratório, isto é, os primeiros passos no campo de pesquisa.

A observação direta, na visão de Oliveira (2010, p. 79), refere-se a observar, *in loco*, os dados que devem ser pesquisados. Foi registrada no diário de campo, por meio da observação, a realidade dos sujeitos no grupo pesquisado, no período de abril a dezembro de 2011, de acordo com as atividades desenvolvidas no basquete de rua da CUFA-CE.

Nesse primeiro momento, a observação direta, juntamente com o diário de campo, foi fundamental para o registro das atividades desenvolvidas, bem como o auxílio de equipamentos digitais (fotografias). É extremamente importante para Romanelli (1986, p. 125):

[...] para o pesquisador perceber e escolher fatos significativos, ele deve ter conhecimentos teóricos e a necessária acuidade para exercitar o estranhamento diante da realidade que pretende analisar. Nesse sentido, o trabalho artesanal que procura apreender o nível microscópico das relações vividas em uma sociedade só é possível quando conduzidos de acordo com a teoria, o que permite aliar *arte e conhecimento científico*.

Isso embora, como afirma Romanelli (1986), esse olhar direcionado contribua para selecionar os acontecimentos no campo para que, juntamente com a teoria metodológica, possibilite a análise dos dados.

Nesse sentido, a entrevista constitui outra forma de coleta de dados básica para penetrar e conhecer o mundo do outro. Portanto, o ouvir, nesse momento da pesquisa, ganha um espaço especial, ou seja, a entrevista, que na visão de Romanelli (1986, p. 125) é:

Uma relação diádica, que cria uma forma de sociabilidade específica, limitada no tempo, sem continuidade, em que, inicialmente, os parceiros da díade se defrontam como estranhos, pautados por uma alteridade que aparentemente não admite o encontro e que deve ser superada para que a matéria-prima do conhecimento possa ser produzida durante esse encontro que foram estranhos em parceiros de uma troca.

Todavia, Romanelli (1986) aponta os limites dessa ferramenta para apreender os processos e as formas de conduta e dinâmica da vida social dos grupos pesquisados, que captaria apenas as representações de seus integrantes. Daí a importância de se utilizar diferentes perspectivas, para dar a maior fidelidade possível ao trabalho de campo.

A entrevista para Bogdan e Biklen (1994) consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas – embora possa envolver mais –, com objetivo de obter

informações a respeito do seu objeto de pesquisa a partir do conhecimento que o outro possui. Ainda para esse autor, as entrevistas variam de acordo com a sua estrutura. A entrevista utilizada foi do tipo semiestruturada, que consiste em:

[...] entrevista muito aberta, o entrevistador encoraja o sujeito a falar sobre uma área de interesse e, em seguida, explora-a mais aprofundadamente, retomando os tópicos e os temas que o respondente iniciou. Neste tipo de pesquisa, o sujeito desempenha um papel crucial... (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 135).

À luz desses autores é que utilizei a entrevista semiestruturada como uma das técnicas no recolhimento de dados do campo estudado, o que me permitiu um acompanhamento próximo do discurso e da concepção dos entrevistados acerca da construção da identidade negra no basquete de rua da CUFA-CE e sua influência na identidade da/o aluna/o negra/o.

As entrevistas foram realizadas na base do Barroso com um coordenador da CUFA-CE, três alunas/os (participantes do basquete de rua da entidade), e, do mesmo modo, aconteceram na base de Sobral. No entanto, outras entrevistas com pessoas fora da CUFA-CE nos serviram de complemento para nos auxiliar na construção desta pesquisa. A análise das entrevistas será apresentada no decorrer deste trabalho.

Para interpretar os dados colhidos na pesquisa de campo, embasei-me na técnica de análise do conteúdo, que, segundo Franco (2003), consiste na relação que vincula a emissão das mensagens, quer sejam palavras, textos ou discursos que, necessariamente, expressam um significado e um sentido. A definição das categorias não se deu *a priori*, mas emergiu da “fala”, do conteúdo das respostas, do discurso, e se constituiu em três categorias, que foram: “negros em movimento”; “basquete de rua: lugar de negro?”; “identidades: pelos outros e por eles mesmos”.

1.3 O basquete de rua da CUFA-CE como lócus da pesquisa

Muitas das informações que apresentaremos doravante foram colhidas nos *sites* tanto nacional como local da CUFA ². A Central Única das Favelas é um exemplo de organização não governamental, fundada em 1998 por moradores de diversas favelas do Rio de Janeiro – negros em sua maioria –, e tem como seus principais fundadores Celso Athayde⁴ e o *rapper* MV Bill. Hoje, presente em todos os estados brasileiros – inclusive no Distrito Federal –, a

⁴ www.cufa.org.br/ www.cufaceara.org.br.

CUFA afirma, através de seu *site*, que desenvolve um trabalho o qual contribui para a construção da identidade da juventude negra da favela, através do *hip-hop*. Possui, também, nove núcleos em outros países – Bolívia, Paraguai, Argentina, Alemanha, Estados Unidos, Áustria, Hungria, Espanha e Itália.

A CUFA Cidade de Deus, no Rio de Janeiro (CUFA – CDD), foi a primeira base no Brasil e, por isso, é considerada a “matriz” da ONG. As atividades envolvem teatro, grafite, *break*, basquete de rua, capoeira, futebol, audiovisual e rádio. A maior ou menor presença dessas atividades varia de acordo com as bases e depende da atuação do estado.

Para Cunha (2007), o espaço urbano representa a base nos processos da cultura, das identidades e das relações sociais das populações, tornando-o um fator primordial nas desigualdades sociais, principalmente entre negros e brancos.

No mundo da favela, a relação entre a pobreza, a desigualdade social e o negro é quase unânime – ou melhor, são sinônimos. Segundo Cunha (2007), a pobreza, enquanto construção social, incide principalmente sobre a população negra e converge com os estigmas e desvantagens das favelas em relação aos outros bairros. Ainda para esse mesmo autor, essas microsociedades são espaços de identidades específicas e de histórias em comum, enxergados pela sociedade de forma estigmatizada e racista.

No contexto do nosso estado, a CUFA-CE está ativa desde 2005 e o seu principal objetivo, de acordo com seu *site*, é :

formar e informar as pessoas na periferia, principalmente a juventude, oferecendo novas perspectivas de inclusão social por meio de atividades promovidas em educação, no esporte, na cultura, cidadania e meio ambiente, buscando contribuir para o seu desenvolvimento humano (<http://ceara.cufa.org.br>).

É importante ressaltar que, financeiramente, a CUFA articula-se por meio de parcerias – nas esferas municipal, estadual e federal –, que são essenciais para o financiamento e funcionamento das atividades das suas bases.

As bases da CUFA-CE estão divididas entre Fortaleza (Comunidade das Quadras/Aldeota, Pantanal, Lagamar, Trilhos, Barroso), região metropolitana (Maracanaú) e interior (Juazeiro do Norte e Sobral). O basquete de rua não está em todas elas, apresentando-se apenas no Barroso, Pantanal, Maracanaú e Sobral.

O estudo de caso foi aplicado em duas bases da CUFA-CE, uma em Sobral e a outra no Barroso (Fortaleza). Os critérios de escolha desses locais foi o de ter o basquete de rua

como uma atividade permanente nas suas comunidades e pela articulação entre estas e a CUFA. Na época de nossa definição, as atividades estavam paralisadas no Pantanal e Maracanaú, e a realização desta pesquisa acabou por contribuir para que a escolinha do Barroso se rearticulasse – naquele momento, ela se encontrava desativada por falta de recurso.

Sobral está situada a 235 km de Fortaleza, localizada entre o Rio Acaraú e a Serra da Meruoca, ocupando uma área de 2.129 km² (<http://www.sobral.ce.gov.br>, acesso em: 19 jun. 2012). Tem uma população, de acordo com os números do Censo de 2010, de 188.233 habitantes, com predomínio da população negra – cerca de 130 mil dos moradores, somando pretos e pardos (IBGE, 2010).

O núcleo de base pesquisado que desenvolvia o basquete de rua é o do Parque Mucambinho. Sobral nos pareceu uma das bases mais sólidas na CUFA, pois já desenvolve o trabalho desde 2007, tendo como principal objetivo:

desenvolver atividades que visam promover a inclusão social de crianças e adolescentes que vivem na ociosidade e sem opções de lazer, sujeitos a todo tipo de sorte, além de envolver jovens na prática do esporte mas também proporcionar um intercâmbio esportivo pois será aberto a todos jovens que pratique esporte de qualquer natureza. Objetivo Geral: Propor uma ação de inclusão social tendo o esporte/cultura como base específicos divulgar o basquete de rua, Organizar a juventude, Promover o intercambio esportivo e cultural, Fomentar a prática do esporte e lazer, Combater a violência, discriminação racial e classes social. (<http://www.cufasobral.blogspot.com/>).

Fortaleza, capital do estado do Ceará, situa-se na região Nordeste do Brasil, possui uma população que corresponde a 2.452.185 habitantes e uma unidade territorial equivalente a 314 km². Mais da metade da nossa cidade é composta pela população negra, somando pretos e pardos – cerca de 1.511.915 habitantes (dados IBGE, 2010). Com a predominância da população negra, segundo os dados apresentados, desconstrói-se a ideia de que o Ceará não possui negros.

Nosso município, em sua estrutura administrativa, é subdividido em seis secretarias executivas regionais (SERs), que envolvem todos os bairros da cidade. Possui um total de 114 bairros, dentre os quais, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH), seis bairros são de nível “alto”, 66 são de nível “médio” e 41 são de nível “baixo”. Os bairros com baixo IDH se localizam, principalmente, nas SER V e VI. Vale salientar que o Barroso – base envolvida na pesquisa – se situa na SER VI (Plano Plurianual 2006-2009, 2005).

Conforme o Plano Plurianual do Município 2006-2009 (2005), o Barroso é um dos bairros com menor Índice de Desenvolvimento Humano, estando abaixo de 0,4, e com maior índice de pobreza da cidade de Fortaleza.

Todavia, o Barroso possui grande articulação com a comunidade do entorno, e o basquete de rua é uma das formas e espaços de convivência da juventude do bairro, que é um conjunto habitacional com aproximadamente 20 anos de existência e com cerca de seis mil famílias. Ele é uma junção de favelas da Vila Cazumba, da Lagoa da Zeza e do Gato Morto, situando-se nas proximidades de um dos maiores hospitais do Brasil, o Sarah Kubitschek, bem como do estádio que fará parte da Copa de 2014, o Castelão. É um bairro em que há grandes referências para o município, mas, como outras favelas, ainda não é desenvolvido e carece de certos serviços básicos para a população, como posto de saúde, saneamento, espaços de lazer, entre outros. É uma área com limites de comunicação com as demais áreas urbanas, apesar de estar num espaço de desenvolvimento.

É mediante este cenário de contradição – por um lado, de produção de identidades, de conhecimentos, de histórias; por outro, de ausência de políticas públicas, escolas, lazer etc. – que construímos a pesquisa aqui apresentada, e como é – e se é – constituída a identidade negra das/os alunas/os do basquete de rua na CUFA-CE.

2 Da identidade à identidade negra

Na primeira parte deste capítulo levamos em consideração e abordaremos de forma sintética e breve a construção dos conceitos de sujeito e de identidade no mundo contemporâneo, assim como sua contribuição na formação de identidades. Partimos da identidade como uma categoria de análise, à luz das obras de Hall (2002), Munanga (2009) e Gomes (2010), autores basilares deste trabalho.

Já na segunda parte do presente capítulo, abordamos como se dá o processo de construção da identidade do ser negro na sociedade brasileira, em que há negação, silenciamento e invisibilidade da história, da cultura da população negra, bem como do racismo presente em nosso país. Tratemos, então, dos parâmetros a partir dos quais é constituída a identidade negra, já que existem imagens estereotipadas em relação ao negro, que carrega consigo características específicas e é alimentado por um viés negativo. Daí a importância da valorização da autoestima e afirmação da identidade, enquanto negro.

2.1 A identidade como categoria de análise

Para alguns teóricos, as identidades modernas estão em declínio devido à mudança estrutural que está em transformação nas sociedades globalizadas no final do século XX. Como consequência, ela fragmenta as identidades – tais como as de gênero, raça, classe, cultura –, que antes eram cristalizadas, e, com essas mudanças, acabam desestabilizando a nossa identidade ou seja, desconstruindo a ideia que temos de sujeitos únicos e integrados. Segundo Hall (2002), essa perda da estabilidade é chamada de deslocamento ou descentramento do sujeito.

Com a fragmentação do sujeito moderno, Hall (2002) afirma que este vai se moldando à sociedade e sofrendo algumas mudanças, ocorrendo uma “crise de identidade” – ou seja, desestabilizam os indivíduos na vida social com as transformações ocorridas. A diáspora é um bom exemplo e nos permite compreender essa “crise”, pois são identidades que não têm uma “pátria” e que tentam resgatar, do passado, uma história que ficou perdida. Outro exemplo, em termos brasileiros, é o da mestiçagem, que coloca em dúvidas a própria questão da identidade negra.

De acordo com Hall (2002), essas transformações estruturais são necessárias. Ele acrescenta que singularizar a concepção de identidade acontece desde o Iluminismo e, conseqüentemente, essa essência vai definir o ser, a existência enquanto sujeito. A partir dessa concepção, ele pontua algumas definições de identidade e a sua mudança na modernidade tardia.

A primeira delas é o sujeito iluminista baseado numa concepção do indivíduo totalmente centrado e unificado, cujo “centro” consistia num núcleo interior. Esse tipo de sujeito surge quando ele nasce e permanece idêntico ao longo de sua existência. Assim, o centro do eu era a identidade de uma pessoa, uma concepção de sujeito muito individualista e inflexível. Esse sujeito iluminista era descrito como masculino.

A identidade seguinte é o sujeito sociológico, que refletia a ideia de que não era autônomo e autossuficiente, diferentemente do sujeito iluminista, por ser formado na relação com o “outro”. A identidade é construída a partir da interação entre o eu e a sociedade. Do ponto de vista sociológico, vai preencher o espaço entre o interior e o exterior – entre o mundo pessoal e o social. A identidade estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles vivem. Nessa perspectiva, o sujeito não é dotado de uma única e estável identidade, mas é composto por várias.

Por último, o autor situa o sujeito pós-moderno e afirma-o como não tendo uma identidade fixa, essencial ou estável. Ele fala que essa identidade é móvel, construída e transformada continuamente, estando em constante modificação em relação às formas dos sistemas culturais e sociais que nos rodeiam. É definido historicamente e varia de acordo com o momento histórico – assim, nossas identificações acabam deslocadas, se acreditarmos que temos uma única identidade construída desde o nascimento até a morte, como defendia o sujeito iluminista.

Em oposição à concepção do sujeito iluminista e de uma identidade fixa e única, o autor traz à tona os sujeitos sociológico e pós-moderno, frutos das relações sociais, históricas, culturais e individuais, que defendem a existência de várias identidades a partir de diferentes contextos.

Assim, Hall (2002) aponta concepções distintas de sujeito que vão contribuir para o surgimento do sujeito moderno, em detrimento do sujeito cartesiano/iluminista. Neste último, o centro era o “eu” – uma concepção individualista e racionalista homem-identidade do

sujeito cartesiano. Com o período renascentista, nasce o sujeito moderno: uma concepção interativa da identidade com o outro, uma interação entre o eu e a sociedade vai trazer uma libertação desse homem autossuficiente, e a relação com os sujeitos está diretamente ligada aos mundos culturais.

As mudanças nos conceitos de sujeito aconteceram de acordo com o pensamento moderno. Para tentar explicar como as identidades modernas estão fragmentadas, Hall (2002) faz uma alusão ao descentramento que aconteceu à concepção do sujeito na modernidade tardia, que ocorreu devido a uma série de rompimentos nos discursos do pensamento moderno, e elenca cinco que influenciaram esse conhecimento, cujo principal impacto foi o descentramento do sujeito cartesiano.

A identidade é construída, para esse mesmo autor, ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, embora haja sempre algo imaginado ou fantasiado, permanecendo incompleta, pois está sendo formada. Ao invés de falarmos sobre a identidade como algo acabado, pode-se falar de identificações e vê-la como algo que está em processo, em andamento. Dessa forma, a identidade vai sendo preenchida ao longo do tempo pelas formas através das quais os outros nos veem.

Esse pensamento é muito comum e problemático quando nos referimos à identidade do ser negro, pois existe uma carga emocional e simbólica muito negativa em torno da cor da pele, que, como consequência do racismo, retira a condição humana do negro, o desumaniza (GOMES, 2003).

Diante disso – e não querendo carregar os estereótipos negativos a ele designados –, o negro tem vergonha de si mesmo, o que desperta um desejo de branqueamento para fugir e fantasiar outra identidade, que não está bem resolvida, colocando-a em dúvidas até a fase adulta. É, enfim, uma realidade que nos é posta e que não é fácil de apagar, já que estamos falando de uma construção histórica, cultural e social em meio a uma sociedade racista.

Outro pensamento examinado por Hall (2002) foi o trabalho realizado por Saussure sobre linguística estrutural, no qual argumenta que os significados das palavras não são fixados e nascem nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras no interior do código da língua.

A palavra “negro” já traz consigo estigmas, estereótipos, preconceitos, sendo carregada de significados negativos que muitas vezes são cristalizados e fixados pelo indivíduo desde a infância, pela sua tez mais escura, que acaba por negar sua origem africana.

Hall (2002) fala que, quanto mais as relações sociais são mediadas pela globalização, mais as identidades tornam-se distantes e desvinculadas dos mitos, das histórias, das tradições. Um exemplo foi o que aconteceu com a população negra escravizada no Brasil, expropriada da identidade, da cultura, da história, da religião – o que nos desafia a recontar, reconstruir e ressignificar o que nos foi retirado.

Ainda persiste, nos dias atuais, relacionar o negro à escravidão, restringindo-o nessa dura comparação, que permanece cristalizada, sendo que, muitas vezes, o negro assume essa identidade como se essa fosse sua única condição. Se em cada época se constroem identidades, por que, na consciência das pessoas, ao falarmos da população negra, esse pensamento não muda?

Por um lado, a produção de novas identidades – que tem um efeito pluralizante – gera, segundo Hall (2002), uma variedade de possibilidades e de identificações, tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas. Por outro lado, algumas outras tentam resgatar a pureza do passado, recuperando algo que ficou perdido na caminhada histórica – ou seja, tentam essencializar a sua história.

Concordamos quando ele afirma que a identidade não é uma categoria estática, mas um processo complexo marcado por significados e traços simbólicos. Está em permanente construção, não sendo algo puro e acabado, pois sua formação acontece no meio social, que vai definir quem é incluído e excluído a partir do olhar do outro. Portanto, cada um desses espaços é necessário para a constituição e a manutenção das identidades.

2.2 A identidade negra em construção.

A partir desse pensamento, Munanga (2009) diz que não existe homogeneidade entre os negros/as, utilizando a religiosidade como exemplo. Ele explana que nem todos os negros vivem em comunidades de terreiros de candomblé – tem-se evangélicos, católicos e assim por diante –, e eles não compartilham a mesma manifestação religiosa. Assim, não podemos colocar todos os negros no mesmo contexto: temos de perceber que há diferença, seja na religiosidade, no gênero, na regionalidade, na escolaridade, entre outros.

Já Munanga (2009), na discussão sobre identidade negra e negritude no Brasil atual, coloca em xeque o que é e em que consiste essa identidade. Para ele, o conceito dessa categoria não está claro, visto que alguns autores usam-na através de critérios objetivos. Outros utilizam a autodefinição do próprio grupo. Há ainda aqueles que defendem a identidade atribuída pelo grupo vizinho. Dessa forma, o conceito de identidade, segundo ele, requer uma maior clareza.

Munanga (2009) considera três fatores essenciais na formação da identidade, que são: o histórico, o linguístico e o psicológico. A identidade ideal seria, então, composta por esses três fatores combinados. Na construção da identidade do grupo ou do/a indivíduo/a, um fator interage com outros, sendo uns em maior e outros em menor proporção.

O primeiro deles é o fator histórico, considerado como o cimento cultural, ou seja, ligação de elementos diversos de um povo por meio do histórico vivido pelo grupo. A essência para cada população é reencontrar o seu passado ancestral através da consciência histórica, sendo a relação mais sólida e segura, que poderá conhecer sua história e transmiti-la de geração para geração.

A historicização de um grupo, na sua concepção, pode provocar o afastamento ou a destruição histórica, pois ele acredita que essa é uma das estratégias utilizadas pela escravidão e colonização para acabar com a memória coletiva. Daí a necessidade de termos uma atenção com a história da população negra, no seu resgate por meio de livros didáticos, das intervenções no intuito de recontar e ressignificar a identidade coletiva do povo negro, que insiste em ser silenciada e omitida por parte da sociedade brasileira.

Outro destaque é para o fator linguístico, que consiste numa marca identitária fundamental, quer seja ela corporal, verbal, escrita, entre outras. No entanto, a esfera da religião, em específico do candomblé, entrou em crise, visto que existe resistência, em alguns terreiros, a se usar uma linguagem esotérica, ou melhor, iorubana. Ele cita outras formas de linguagem que funcionam como traços da identidade, tais como o cabelo, os penteados, a música, entre outros. O próprio dialeto criado em alguns guetos possui uma oralidade própria daquele local ou comunidade.

Por último – mas não menos importante –, temos o fator psicológico. O autor questiona se pode considerá-lo como uma marca de identidade, visto que, caso existam algumas diferenças no temperamento e algumas especificidades do negro em relação ao

branco, elas devem ser esclarecidas de acordo com a história do negro e sua estrutura, e não por aspectos biológicos, como é defendida pelas teorias racialistas.

Após elencar os fatores essenciais, Munanga (2009) ainda defende a identidade de um grupo numa perspectiva ideológica, partindo do pressuposto que seus membros se definem de encontro a outros grupos, preservando a identidade e a solidariedade entre eles. Ainda segundo o autor, precisamos ter cuidado, pois essa consciência identitária pode ser manipulada pelo pensamento dominante e pode estar desvinculada de uma consciência política.

Não seria possível deflagrar o processo de construção da identidade se as características raciais estivessem desvinculadas de uma consciência ideológica ou política. Diante disso, Munanga (2009) diz que existe a dificuldade de definir a identidade tendo como critério único aspectos raciais. Afinal, o que é ser negro? Para sê-lo, não é preciso um perfil específico, visto que, dessa maneira, se essencializa e fixa uma identidade desse ser negro, indo de encontro ao que defende Hall, quando ele diz que existem identidades.

A partir desses pensamentos, percebemos que a identidade é um conceito que envolve diversos contextos históricos, linguísticos, psicológicos, político-ideológicos, culturais e raciais – todos, portanto, fundamentais para pensar a identidade.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Munanga, destacamos a estudiosa Gomes, que, em relação à identidade, diz:

Nesse processo, nada é simples ou estável, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdade distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos, então, sujeitos de muitas identidades e essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes, parecendo-nos, depois, descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos, desse modo, sujeito de identidades transitórias e contingentes. Por isso as identidades sociais têm um caráter fragmentado, instável, histórico e plural. (GOMES, 2003, p. 171)

Para Gomes (2003), é no campo da cultura e da história que definimos nossa identidade enquanto sujeitos sociais, porém essas múltiplas e diferentes identidades constituem os sujeitos a partir de distintas situações, agrupamentos sociais ou instituições, conforme já foi citado por Munanga e Hall. Reconhecer-se numa delas é uma resposta positiva que poderá despertar e estabelecer um sentimento de pertença a determinado grupo social de referência.

Logo, como outros processos de construção de identidade, a identidade negra forma-se gradativamente e envolve diversas variáveis, iniciando na família e se capilarizando a partir de outras relações estabelecidas. Daí é imprescindível termos clareza sobre como o processo familiar é de extrema importância na formação identitária e, em particular, da identidade negra (GOMES, 2003).

E o questionamento que Munanga (2009) levanta é o de saber por onde deve passar o discurso sobre a identidade do/a negro/a, tendo como base a negritude: seria pela cor da pele e pelo corpo, somente, ou pela cultura e pela consciência do oprimido? Essa discussão, ainda na visão de Munanga (2009), passa necessariamente pela cor da pele ou do corpo e pela cultura, por questões históricas já conhecidas.

Contudo, o autor coloca dois problemas relacionados à identidade, ligados à cor e à cultura. No primeiro, ele questiona se os negros/as seriam capazes de formar sua identidade e unidade com base na cor da pele ou outros traços fenotípicos do seu corpo. O contexto brasileiro da negação da cor da pele é uma tendência geral, sustentada pelo ideal de embranquecimento⁵, e traz como pano de fundo a mestiçagem brasileira tanto biológica como cultural.

Assim, o conceito de “afrodescendência” resolveria o problema da cor negada por tantos/as e por outros reivindicada. Entretanto, esse conceito para Munanga (2009) tornou-se uma forma de manipulação política. Como exemplo, ele cita a discussão a respeito das cotas. Partindo do pressuposto do conceito de afrodescendência, a África passa a ser o grande berço da humanidade e qualquer cidadão pode reivindicar essa África perdida, pouco importando a cor da pele.

O segundo problema destacado é o da cultura, pois, a partir de uma cultura já expropriada, será possível construir uma identidade negra, tendo-a como base? A partir desse ponto, ele argumenta que, para parte da elite politizada, o que importa é tomar consciência histórica da resistência cultural e da sua participação na cultura brasileira atual. Porém, acrescenta Munanga, basear a procura e a formação da identidade na “atual” cultura negra é

⁵ Na opinião de Haufbauer (1999), o ideal de embranquecimento é um elemento-chave para entender racismo brasileiro. Surgiu no final do século XIX, como uma espécie de “esperança nacional”, já que a ideia seria a extinção da população negra – e o Brasil estaria aberto para receber os imigrantes europeus para “branquear” a população brasileira.

uma análise problemática, pois nem todos os negros vivem, exclusiva e separadamente, a cultura negra dentro da sociedade brasileira.

Portanto, torna-se necessário ter cuidado com a manipulação da cultura negra por parte da classe dominante, quando coloca suas contribuições como símbolo nacional – a exemplo do samba – e acaba negando a existência do racismo, reafirmando a democracia racial através da identidade nacional. Logo, a apropriação da cultura negra, tornando-a cultura nacional, vai, mais uma vez, encobrir o racismo brasileiro, ficando mais difícil a sua denúncia.

Munanga (2009) entende que a identidade negra não é apenas uma divisão de luta dos oprimidos, pois a população negra tem questões particulares e específicas que apenas ela pode solucionar, embora conte com a solidariedade de outros grupos da sociedade. Entre as especificidades dos/as negros/as estão a alienação de seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história, ocasionando sua “inferioridade”, baixa autoestima, não conhecimento e falta de consciência histórica e política.

Ainda para esse autor, na busca incessante de sua identidade, o/a negro/a poderá desvincular-se de sua imagem de inferioridade a partir do momento em que ele se coloca no mesmo patamar de igualdade com os demais oprimidos, pois, para o autor, essa é a condição inicial para uma luta coletiva.

Gomes (2003) afirma que a identidade negra é uma construção social, histórica, cultural e plural. Significa a construção do olhar de um grupo ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro; ou seja, partindo desse pressuposto, essa construção da identidade negra se dá pelo olhar de si e do outro.

Conforme os estudos de Gomes (2003), faz-se necessário constituir uma identidade positivada em uma sociedade racista que, historicamente, sempre negou e silenciou esse ser negro, pois, para se integrar e ser aceito socialmente, primeiro é preciso negar-se a si mesmo. A produção da invisibilidade tanto histórica quanto cultural naturaliza o tratamento e o sentimento discriminatório e racista sobre a população negra.

No entanto, ainda na visão de Gomes (2003), muitos negros aprendem desde cedo a posicionar-se e a reagir à discriminação racial e acabam despertando um sentimento de pertencimento a determinado grupo étnico/racial, de forma consciente ou não. Essas marcas discriminatórias e racistas ficam internalizadas, mesmo depois de adultos, pois a ausência das

discussões raciais, tanto na escola como fora dela, reafirma sentimentos e representações negativas em torno do ser negro e acaba perpetuando a cordialidade do “racismo à brasileira”.

Nas palavras de Munanga (2009), o resgate da identidade negra, a partir dessa negação, inicialmente parte da aceitação dos traços físicos, ou seja, de seu corpo, antes de atingir os atributos culturais, históricos, entre outros. Para ele, o corpo é a sede material de todos os aspectos da identidade.

A importância do corpo e do cabelo no processo de construção da identidade, principalmente do ser negro, são ferramentas fundamentais. São marcas de como o negro se vê e é visto pelo outro e carregam um forte significado no mundo simbólico – porém, o cabelo traz consigo um imaginário de inferioridade.

Seguindo o mesmo pensamento de Gomes (2003), há espaços em que o cabelo é sinônimo de revalorização, de afirmação, de pertença, que acaba nos remetendo, de forma consciente ou não, a uma ancestralidade africana ressignificada no Brasil. Podemos citar o movimento *hip-hop*, que utiliza essa corporeidade e estética de forma bastante positiva; o movimento *Black Power*; bailes *black*, da década de 70; entre outros. Daí, podemos perceber como é complexa a construção dessa identidade numa sociedade onde nos deparamos diariamente com ações discriminatórias e com olhares negativos no que se refere ao negro. Portanto, a corporeidade e a estética são consideradas fortes marcas e traços construtores da identidade negra.

Quantas vezes são ouvidas piadas pejorativas que denigrem a sua imagem, como: “*ei, nega do cabelo pixaim*”, “*cabelo de Bombril*”, “*nega do óleo*”, entre tantas outras. A naturalização de tais agressões racistas é nítida, podendo ser internalizadas pelo negro – o que pode propiciar uma inferioridade em relação ao outro. Por isso, precisamos ressaltar a autoestima e a identidade do ser negro de maneira positiva (GOMES, 2003).

De acordo com Munanga (2009), o processo de construção identitária negra é muito mais complexo, plural e instável. Apesar das marcas negativas deixadas pelas discriminações sofridas, o negro tenta reconstruir e elevar sua estima e sua imagem positivamente – portanto, existem vários espaços que irão interferir nesse processo de afirmação e ressignificação do ser negro.

Vale ressaltar a importância dos espaços não formais na construção da identidade negra, que, muitas vezes, não são considerados e percebidos como afirmativos e significativos

por aqueles que não têm acesso, seja na família, nos espaços políticos, nas ONGs, nos grupos culturais, entre outros (GOMES, 2003).

Por outro lado, Gomes (2003) relata que a escola não é apenas o lugar permitido para que a educação aconteça, nem o professor o detentor de todo saber e único responsável pela sua prática, considerando que há diferentes e diversas formas e modelos de educação. Aponta, ainda, ser importante refletirmos sobre esse processo, sejam eles escolares ou não escolares, pois muitas vezes existem práticas educativas que acontecem paralelamente à escola – por exemplo, nas ONGs, nos movimentos sociais, nos grupos juvenis, entre outros – que precisam ser legitimadas e consideradas pelos educadores escolares e que necessitam ser estudadas nos processos de formação de professores.

Portanto, é necessário abrir o diálogo sobre a questão racial nos espaços formais e não formais para construir uma identidade étnico/racial afirmativa a partir de sua cultura, sua história, seus anseios, pautados numa visão bem realista e não romântica, desmistificando o mito da democracia racial e o racismo cordial presentes na sociedade brasileira.

Outro fator que interfere na formação de uma identidade negra, no Brasil, é a questão da mestiçagem. Munanga (2008) afirma que a mestiçagem é um processo de transição e constitui o pano de fundo da ideologia racial brasileira. Na sua visão, no final do século XIX até meados do século XX, os intelectuais brasileiros desenvolveram um modelo racista universalista, pois almejavam uma assimilação dos membros dos grupos étnico-raciais diferentes na “raça” e na cultura do segmento étnico dominante na sociedade. O processo de miscigenação desconsidera qualquer diferença. Tem-se a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio (MUNANGA, 2008).

De acordo com esse autor, a elite brasileira via a população negra como uma ameaça ao processo de branqueamento e ao desenvolvimento do País. E esse problema – a população negra – só poderia ser solucionado e superado por meio da eugenia, ou seja, do extermínio desse povo, que tanto atrapalhava os planos da elite brasileira em constituir um país genuinamente branco. Preocupados em construir uma identidade nacional branca, a elite pensante brasileira via a diversidade étnico-racial como causadora do subdesenvolvimento, pois a mestiçagem seria a salvação da população e ponte para o branqueamento e desenvolvimento do País.

Por isso, o Brasil teve o mais alto e intenso processo de mestiçagem. Assim, Munanga (2008) afirma que o processo de branqueamento não resultou nos efeitos esperados, apesar da diminuição do percentual de negros e da intensificação no projeto de miscigenação.

Os estudos de Gomes (2010) salientam que a miscigenação racial e cultural brasileira não foi suficiente para ter uma representatividade nos diversos setores da sociedade, como nos postos de comando, no meio acadêmico, nos primeiros escalões da política. Em particular, os negros, em sua ascensão social, não deixam de ser tratados com indiferença e de ser vítimas do racismo.

Contudo, na constituição do sistema racial brasileiro, o mestiço nasce do resultado da tríade branco-índio-negro, como uma categoria fundante da identidade nacional. Partindo desse princípio, Munanga (2008) fala do surgimento do mito da democracia racial, no qual fomos misturados na origem e, portanto, somos um país mestiço.

Voltando a falar sobre a questão da mestiçagem brasileira, infelizmente a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, que tem como base a mestiçagem, surte muito efeito e tem adesão da população brasileira, tornando-nos um país multicromático, como definiu Munanga (2008). Nesse sentido, para muitos brasileiros, passa a ser preferível ser chamado de “moreno” – e todos os seus derivados – do que ser identificado como negro. Isso pode forjar, ainda no olhar de Munanga, uma realidade racial e uma identidade procurando uma maneira ou uma palavra de se aproximar do modelo tido como superior branco. Portanto, o hibridismo racial aderido pelo povo brasileiro não foi suficiente para solucionar os conflitos raciais; pelo contrário, dificultou a afirmação da identidade negra, por razões de o preconceito racial brasileiro ser de cor da pele e não de origem.

Ainda para Munanga (2008), a mestiçagem prejudicou a construção do povo brasileiro de um caminho inacabado do branqueamento, marcando o inconsciente e o imaginário da população brasileira, bem como reforçou o mito da democracia racial. Essa indefinição social e racial, em conjunto com o ideário de branqueamento, dificulta a opção da identidade negra. Dessa forma, o mestiço brasileiro carrega consigo uma ambiguidade – nas palavras do autor, ele é “um e outro”, “mesmo e diferente”, cuja consequência é de início indefinido.

O racismo ambíguo brasileiro, caracterizado Gomes (2010), foi um campo propício para a formação de ideologias e falsas teorias raciais, no passado, e para a propagação das desigualdades entre negros e brancos, que se mantém até hoje. A ambiguidade em relação à

questão racial no Brasil, para a autora, é uma das formas mais dolorosas de se manter e se expressar.

A seguir, destaca-se a relação do movimento negro e sua contribuição na construção da identidade da população negra, a partir das suas bandeiras de lutas, reivindicações e organizações.

2.3. Negro em movimento ou movimento negro: resistência, organização e identidade

“A identidade implica num processo de luta envolvendo diferenciação, identificação e como movimento de luta implica ainda os conflitos que perpassam as lutas sociais” (Sodré, 1999, p.238)

Neste ponto, abordaremos, de forma sucinta, como se deu a mobilização e a articulação do povo negro em prol de sua integração na sociedade e as estratégias utilizadas para desconstruir o mito da democracia racial, bem como do racismo no nosso país. E, em meio a todo esse processo do movimento negro, a formação da identidade negra vem se construindo e se reconfigurando nos diferentes períodos da história.

De acordo com Gomes (2010), o movimento negro, enquanto movimento social, organiza práticas por meio das quais se defendem interesses e se constroem identidades marcadas por interações, reconhecimentos, pertencimentos. E ainda pode ser sujeito político, produzir discursos, realizar articulações, fazendo com que os indivíduos desse movimento se reconheçam e criem novos significados.

Ainda para essa autora, o movimento negro construiu historicamente, com seus próprios recursos, articulações e parcerias, projetos educativos de valorização da cultura, da história e dos saberes formados pela comunidade negra, que caminham, às vezes, com escolas e poder público.

Já Munanga (2008) diz que, na contramão das desigualdades raciais, os movimentos negros organizados focam na reconstrução da identidade racial e cultural como base de mobilização na conquista da cidadania plena.

O percurso da história da população negra fez com que ela não ficasse passiva diante de sua situação no País, como foi o caso dos quilombos, das guerras travadas, entre outros. No final do período escravista, o crescimento da resistência negra era visível. Nas palavras de

Pereira (2005), as fugas e as revoltas forçavam o desfecho com a abolição – porém, os abolicionistas ficaram preocupados com o que poderia acontecer se os negros fossem radicais, ficando temerosos com tal situação. Dessa forma, os negros não conseguiram convergir suas forças para uma real libertação, saindo da dominação para a exclusão racial e social.

Após sofrer a pseudoabolição, outro desafio é colocado para a população negra: o de enfrentar as mazelas sociais urbanas para as quais não foram preparados. Pereira (2005) atenta para um sentimento de ânimo e uma sensação de liberdade no pós-abolição, mas a classe dominante não aceitou e não integrou esse alto contingente de negros recém-libertos na sociedade: aderiu a um processo de imigrantes, ou seja, a ideia era a substituição da mão de obra negra pela do europeu no mercado de trabalho, bem como em todos os outros setores da sociedade brasileira.

Ao chegar às zonas urbanas, os negros não tinham perspectiva. A tentativa de superar as dificuldades pela falta de trabalho, comida e moradia era o mais importante, mas suprir as suas necessidades nem sempre era possível.

De acordo com esse autor, o que se almejava era a higienização da população brasileira, ou seja, a esterilização dos negros, pois a elite os enxergava como causadores do atraso e do não desenvolvimento do País, sendo o imigrante a solução de todos os problemas e também para nos tornamos embranquecidos.

Nesse sentido, Pereira (2005) diz que chegaram ao Brasil mais de três milhões de imigrantes em aproximadamente 30 anos. Com isso, evidencia-se o processo de eugenia, ou seja, o extermínio da população negra e mestiça. Os imigrantes possuíam mais regalias do que os negros; para estes, restavam os subempregos, trabalho doméstico, emprego informal, entre outros. Esse mesmo autor relembra ainda que quase toda a mão de obra do País era negra.

A identidade do ser negro, construída dentro dessa perspectiva da sociedade hegemônica branca, segundo Sodré (1999), tem como frutos a valorização estética dos brancos tidos como racialmente positivos, a invisibilidade da discriminação e a autodiscriminação. Assim, há um prejuízo na formação da identidade negra, em que o movimento negro vai tentar reinventar tal identidade.

As atividades culturais e religiosas, na visão de Pereira (2005), foram espaços significativos de resistência, que, de certa maneira, mantiveram os negros organizados. Ele ainda ressalta a educação como uma das maiores preocupações do movimento negro.

Esse cenário das discriminações sofridas tornou-se propício para a conscientização e a organização da população negra, daí surgem os primeiros jornais da imprensa negra. Pereira (2005) fala que seu principal objetivo foi a conscientização do povo negro e, segundo Sodré (1999), ela tinha um viés político, ainda que não necessariamente partidário. Criou-se um espaço onde os negros pudessem reivindicar, denunciar práticas racistas, bem como divulgar poesias, eventos; também tinha um caráter educativo. Um dos grandes nomes de destaque da imprensa negra foi José Correia Leite. Foi referência de serenidade, de consciência e de criticidade em relação à questão racial (PEREIRA, 2005).

Nascimento (2003) destaca alguns jornais que influenciaram a população negra do início do século XX, principalmente em São Paulo. Entre eles, estão: *O Menelike*, fundado em 1915, em São Paulo; *O Bandeirante* (1910), em Campinas; *O Getulino* (1919), um dos mais importantes jornais afro-brasileiros, publicado até 1924; *O Alfinete* (1918); *A Liberdade* (1919); *O Kosmo* (1924); entre outros. Merecem destaque, ainda, os jornais negros de 1924 a 1937, que foram, de acordo com Nascimento (2003): *Promissão* (1932); *Cultural, Social e Esportiva* (1934); *A Tribuna Negra*; *A Voz da Raça* (1936); *O Clarim d'Alvorada*. Com o fim do Estado Novo, houve o ressurgimento dos jornais negros, evidenciado no Rio de Janeiro, que são, de acordo com a mesma autora: *O Quilombo*, publicado pelo Teatro Experimental Negro (TEN); o *Redenção* e o *Voz da Negritude*. Em São Paulo, destacaram-se: *O Novo Horizonte*, *O Hífen*, *Alvorada* e *Senzala*.

No entanto, Pereira (2005) atenta que a falta de recursos foi fator complicador, causando inúmeras interrupções e tornando pequenas a tiragem dos jornais negros, o que dificultou uma maior mobilização e conscientização da população negra. Em momentos diferentes, os jornais negros contribuíram de diversas formas para a construção da identidade negra e, principalmente, na tentativa de integração do negro à sociedade. Sobre o periódico *Clarim d'Alvorada*, Nascimento (2003) diz que tinha como objetivo principal a denúncia do racismo, das ações discriminatórias, da violência policial, sendo o propulsor para o surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB).

Em meio à tensa discussão social e política pós-crise de 1929, nasce, em 1931, a Frente Negra Brasileira, que, segundo Pereira (2005), foi um grande marco para o movimento negro em todo o País, e não apenas para São Paulo. Uma das prioridades da FNB foi a educação, em que Nascimento (2003) ressalta os cursos de alfabetização ofertados pela

instituição, que ainda organizou uma escola na sua sede para as crianças. Sobre esse assunto, a autora diz:

E, pois, a questão negra brasileira, segundo a opinião antiga e a contemporânea, que havemos colhido entre a Gente Negra, é antes de tudo e principalmente um problema de educação, intrinsecamente; e extrinsecamente é o respeito a todos os direitos humanos, sociais, cívicos e políticos do negro, tanto por parte da sociedade como do Poder Público (NASCIMENTO, 2003, p. 233).

Em suas palavras, a FNB teve uma grande representatividade no País, com cerca de 200 mil filiados em todo o Brasil. Aristides Barbosa citado por Pereira (2005) disse que a população negra se sentia defendida, como se a FNB preservasse os negros.

Observa-se que a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho – principalmente o doméstico – se deu de maneira mais rápida e fácil em relação aos homens negros. Muitas pessoas, ao contratar empregadas domésticas, perguntavam se elas possuíam a carteirinha da FNB, já que esta era composta por pessoas honestas.

Durante toda essa movimentação, organização e articulação da população negra, nesse período, a elite racista se incomodava e procurava, de todas as formas, não integrar essa população à sociedade. Para exemplificar tal fato, Pereira (2005) cita o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, onde o interesse maior foi o branqueamento da população brasileira – valorização do europeu em relação ao negro. Em contraposição a essa postura, o autor ressalta o decreto da Lei dos 2/3, que garantia ao trabalhador nacional esse percentual de inserção no mercado de trabalho, o que decepcionou a elite racista, que pleiteava uma população ariana.

Com o decreto do Estado Novo e o fechamento de todos os partidos e organizações políticas em 1937, a FNB fecha as portas. A luta da população negra seria fragilizada até o regime militar, pós-64, quando os militantes negros se rearticulam de forma tímida, ambígua e fragmentada, com um viés cultural, em consenso com o Estado e com a elite brasileira.

O ano de 1945 foi um marco, com o fim da Segunda Guerra Mundial e, no Brasil, a queda do vanguardismo do Estado Novo. Hanchard (2001) faz um retrospecto, destacando alguns pontos que marcaram a história do movimento negro brasileiro. Dentre eles, o fechamento da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1937, juntamente com os outros partidos

políticos, trouxe prejuízo para o povo negro – que tinha a FNB como referência, além de ser um dos poucos veículos políticos ao qual tinha acesso.

Hanchard (2001) ressalta a criação, em 1944, do Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, por militantes negros e profissionais liberais. Liderado por Abdias Nascimento, objetivando elevar a cultura negra – em específico, o teatro –, na forma de ferramenta política. Além das peças teatrais, ele cita o jornal *O Quilombo* – um dos mais importantes da história da imprensa negra – e os cursos de alfabetização, que também ganham destaque. Nas palavras de Silva (2009, p. 38) sobre o TEN,

A popularização da arte de representar, em número de peças e em multiplicidade de temas abordados, traduziu-se, de certa forma, numa ampliação do mercado de trabalho para atores negros. A sua presença neste contexto, no entanto, referia-se à inclusão, com maior visibilidade, apenas dos chamados tipos brasileiros provenientes das camadas populares, ou ligados à religiosidade africana. [...] os atores afro-brasileiros recebiam os papéis de menor prestígio social e de menos relevância.

O TEN contribuiu para um novo olhar em relação ao negro por meio das atividades artísticas e culturais e constituiu, na sua organização, um número significativo de intelectuais negros. Como consequência disso, Hanchard (2001) chama atenção para as contradições na instituição entre a sua vanguarda e as massas; para ele, os pensamentos ideológicos e culturais eram conflituosos, pois, nas atividades culturais no TEN, em sua maioria, participavam mais intelectuais brancos do que negros.

Ainda no pós-guerra, e seguindo os passos do TEN no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, destacaram-se algumas organizações e jornais negros, entre eles:

Em São Paulo, a Associação dos Negros Brasileiros, fundada em 1945, também lançou o *Alvorada* como seu jornal oficial. A Associação Cultural do Negro, fundada em 1954, publicava o *Mutirão* em 1958. Houve outros jornais como *O Novo Horizonte*, *Senzala* e *Hífen* no período de 1945 e 1960 (HANCHARD, 2001, p. 139).

Nesse sentido, para esse autor, as notícias mais frequentes da época estavam relacionadas à ascensão social, à luta pela igualdade dos direitos, bem como à necessidade de se ter uma elite negra.

Faz-se necessário ressaltar que o TEN apresentou uma contribuição significativa na construção da identidade do ser negro e trouxe para o centro do debate a história e a cultura de origem africana, apesar das contradições dessa organização.

Com surgimento em 1950, os pequenos clubes e associações voltados para o povo negro – principalmente para a pequena burguesia e para os proletários – tinham como ideia principal incluir essa parcela da população, que estava excluída da sociedade. Hanchard (2001) dá ênfase para o Clube Renascença, fundado em 1961, no Rio de Janeiro, criado pelos negros emergentes que foram barrados em outros lugares e resolveram formar seu próprio clube e, portanto, acolher e incluir essa elite negra.

Com o Golpe de Estado de 1964, houve uma paralisação temporária das atividades dos movimentos sociais, com ressurgimento no início da década de 70. Ao voltar à ativa, o movimento negro adotou um caráter diferente dos anos anteriores.

Diante disso, o movimento negro pós-64, na visão de Gomes (2010), apostou no não silenciamento, através da denúncia, das pesquisas sobre discriminação racial, do debate sobre a formação de professores para a diversidade, entre outros. A partir desses avanços, principalmente nas pesquisas sobre desigualdades raciais, é que o movimento negro intensifica a sua luta em prol de mudanças significativas e concretas no campo dos direitos, inclusive no âmbito educacional.

Já para Hanchard (2001), nesse mesmo período, o movimento negro deu um salto na discussão racial em relação a política de esquerda, que, nos anos anteriores, não teve resultados significativos. Após a rearticulação dos partidos políticos esquerdistas do País, seu ressurgimento deu-se de forma mais heterogênea; no entanto, a questão racial e classista passou a fazer parte da agenda política do movimento.

Outro fator que influenciou o movimento negro da década de 70 foi a luta dos negros no cenário internacional. Hanchard (2001) chamou a atenção para o movimento da negritude, que influenciou significativamente o movimento negro brasileiro. Destaque para o movimento *Black Soul*, principalmente no Rio de Janeiro, e, em menor relevância, em São Paulo, que teve grande representatividade no País por ter contribuído na política da identidade enquanto negro e por ter dado significado aos símbolos culturais do povo negro.

Hanchard (2001) afirma que, apesar da unificação nacional e internacional, a consciência da maioria dos negros é reflexo do cansaço aos moldes culturais mercantilizados, como o samba. A nacionalização da cultura negra fez com que houvesse uma desapropriação de quem a criou, suas raízes.

Atraídos pela brasilidade do movimento da negritude e do *Black Soul*, muitos negros que não tinham o discurso da questão racial começavam a se interessar e atentar para o tema. Outra contribuição para o movimento negro dessa época foi a dos profissionais negros com nível superior – Hanchard (2001) diz que a consciência racial de muitos deles se deu na militância estudantil. Assim, Hasenbalg apud Hanchard (2001, p. 142) ressaltou que “esse segmento politizou-se quando lhe ficou claro que a raça e não a formação ou a instrução era a chave ou o obstáculo principal para o avanço sociocultural”.

Portanto, todos esses acontecimentos contribuíram para a ascensão social do negro, bem como na desconstrução de estereótipos e rotulações em torno do ser negro, fortalecendo e ressignificando a sua identidade.

Algumas organizações negras surgiram após a ditadura, assim como um novo grupo de intelectuais negros, localizados, principalmente, em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Recife. Dentre eles, Hanchard (2001) destaca, no Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1975, e, um ano depois, nasce a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA). Ambas surgem de grupos de discussão ideologicamente diferentes, na Universidade Cândido Mendes.

Já em São Paulo, o mesmo autor fala da tentativa das organizações ao almejam a projeção nacional do movimento negro, sendo mais ambiciosas e esclarecidas. O Movimento Negro Unificado teve maior visibilidade nesse período, porém Hanchard (2001) apresenta outras instituições que também influenciaram o movimento negro da época.

Nesse sentido, ele cita o Grupo Evolução de Campinas, em 1971, que, por meio dos aspectos culturais, trouxe para o centro as questões políticas e ideológicas e teve como fundadores os intelectuais Thereza Santos e Eduardo Oliveira de Oliveira.

Outro destaque da época foi o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), que “atendeu a um objetivo semelhante para os militantes que ainda estavam indecisos quanto a sua filiação política, emergindo das sombras da repressão política.” (HANCHARD, 2001, p. 151).

Eventos político-culturais também estiveram presentes nesse período. Sinteticamente, foram:

I Encontro de Entidades Negras de São Paulo e a I Semana do Negro na Arte e na Cultura de São Paulo, em 1975; a Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira (ACACAB), fundada em 1977; o Festival Comunitário Negro Zumbi

(FECONEZU), realizado pela primeira vez em Araraquara, São Paulo, em 1978, em comemoração à morte de Zumbi dos Palmares, jornais como o *Jornegro*, *A Árvore das palavras* e os *Cadernos Negros* fizeram campanhas semelhantes. (HANCHARD, 2001, p. 152).

A cultura foi a estratégia política adotada pelo movimento negro, por meio da qual passa a ter domínio nas práticas e ações dessas organizações. Hanchard (2001) atenta que o movimento da negritude possibilitou a abertura de outros caminhos para o ser negro, no sentido de ter e valorizar as raízes africanas como base na prática cultural, sendo este o meio pela qual se teve avanços coletivos de maneira transformadora. Isso era perceptível nas indumentárias africanas, no movimento *Black Soul* – dos anos 70 –, nos cabelos afros e, mais recentemente, no ensino da história africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino brasileiros, entre outros.

Hanchard (2001) relata que, em 1978, ocorreu a tortura e o assassinato de Robson Luiz, motorista negro de táxi, pela polícia de São Paulo. Diante de tal crueldade, os ativistas negros realizaram um ato público, em 7 de julho de 1978, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, no qual o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) protestou à população brasileira. Reivindicava a criação de centro de luta, com informações, debate e conscientização do povo negro.

Hanchard (2001) ressalta que as iniciativas do MNU, como o I Congresso Nacional do MNU, no Rio de Janeiro, em 1979, e a segunda manifestação nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, em 13 de junho de 1979, com a participação de mulheres e homossexuais, entre outros, incomodavam as elites brancas, que tentavam deslegitimar o movimento e o ativismo negro por meio do racismo às avessas, no qual diziam que os negros eram racistas consigo mesmos.

Inicialmente, a ideia do MNUCDR – que posteriormente seria chamado de Movimento Negro Unificado (MNU) – era unir todas as organizações ativistas negras do País. Com o fracasso de não ter conseguido abrangência nacional, passou a ser mais uma entre tantas organizações negras.

Segundo Hanchard (2001), um dos fatores que prejudicaram a articulação e a mobilização negra foi o recurso financeiro muito escasso, pois dependia de doações do exterior e de contribuições pessoais para poder sobreviver, sem falar da infraestrutura, que era mínima para o desenvolvimento das atividades político-culturais.

Nesse mesmo período, a ascensão das mulheres negras foi significativa, pois faziam parte de uma relação tridimensional de raça, classe e gênero; este era o seu lugar na sociedade. O autor fala da limitação das mulheres negras em assumir determinados cargos no mercado de trabalho. Houve também frustrações delas dentro do movimento negro, pois os homens negros pregavam discursos de igualdade nas suas ações, mas o que se via eram práticas machistas. Suely Carneiro, ativista negra de São Paulo, relata que o movimento das mulheres negras é “uma interseção entre o movimento negro e o movimento das mulheres”.

Observa-se a grande contribuição e influência das mulheres negras em toda a história do movimento negro, que, muitas vezes, tornaram-se invisíveis, e fizeram parte dessa luta incansavelmente, em prol da população negra. É preciso contar a história dessas mulheres, tornando-as visíveis tanto para a sociedade quanto para o movimento social, em geral, sendo necessária uma produção acadêmica mais apurada e precisa em torno dessa questão.

Na década de 1980, surgiu uma geração de militantes negros que almejava ocupar espaço e cargos públicos no governo. De acordo com Hanchard (2001), houve reivindicações para criação de conselhos e de coordenadorias do Estado à comunidade negra. O autor cita que, em 1984, o governador de São Paulo criou o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

Na esfera estadual, as organizações e conselhos criados no Rio de Janeiro e em São Paulo, em meados da década de 80, foram fruto das formações sociais de 1970 e almejavam uma maior atuação por parte do Estado em relação às questões raciais.

Na visão desse autor, a participação política dos ativistas negros nas esferas estadual e municipal, por um lado, foi uma experiência positiva, pois mostrou-se uma forma de o Estado beneficiar um determinado grupo que começava a ser enxergado pelos poderes públicos. Por outro, foi paradoxal, visto que tratava-se de Estado e sociedade civil ao mesmo tempo, o que provocou limitações e tensões ao movimento negro.

Todos esses movimentos e organizações negras, como TEN, *Black Soul*, MNU, entre outros, serviram de exemplo para a criação dos blocos afro, da consciência racial e de organização de natureza político-cultural.

Concordamos com Gomes (2010), quando ela afirma que a população negra, nesse percurso histórico, luta contra processos ideológicos, políticos, culturais e sociais de cunho

racista que permanecem no imaginário e nas práticas sociais. Portanto, a luta do movimento negro brasileiro:

[...] a denúncia da postura de neutralidade do Estado frente à desigualdade racial reivindicando-lhe a adoção de políticas de ação afirmativa e a intervenção no interior do próprio Estado mediante a inserção de quadros político e intelectuais nas administrações municipais e estaduais de caráter progressista e no próprio governo federal. No entanto, mesmo quando essa inserção acontece, ao ser comparada com o segmento branco da população, acaba por revelar a continuidade de desigualdade. (GOMES, 2010, p. 100).

Nesse processo democrático, a população negra começa a ocupar novos lugares na sociedade, tais como na criação de coordenadorias e secretarias estaduais e municipais para a promoção de políticas de igualdade racial. Lima (2009) cita a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), criada na tentativa de unir os ativistas negros para propor políticas efetivas contra o racismo. Esse autor ainda ressalta um movimento significativo na cidade de Brasília, em 1995, que foi a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida. Reuniu mais de 30 mil pessoas de vários lugares do País, e lá entregaram um documento ao Presidente da República sobre a realidade da população negra que propunha políticas públicas para mudança desse quadro.

Boaventura de Sousa Santos é referenciado por Gomes quando fala que os projetos educativos construídos pelo movimento negro brasileiro e da América Latina são de cunho emancipatório. Essa emancipação é entendida como transformação social e cultural, pois, segundo ele, está presente nas ações da comunidade negra organizada. As propostas e projetos formados por uma população que teve o seu passado, sua história e a sua cultura desenvolvidos numa realidade racista e opressora – e que, mesmo assim, persiste e coloca questionamentos para a sociedade, para a educação e para o Estado – podem ser vistos como de cunho emancipatório, haja vista as lutas e a organização política dos negros no Brasil e na diáspora.

Já no século XXI, Gomes (2010) cita a Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001, como o grande estopim nos ganhos na esfera jurídica para a população negra, que, dessa forma, explora sua capacidade de incluir iniciativas concretas na política educacional e nas práticas escolares. Como resultado dessa nova atitude e postura política diante da questão

racial, é aprovada a Lei nº 10.639/03⁶, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, as instituições sociais estão chamadas a se posicionar contra o racismo – o movimento negro tem cobrado fortemente esse posicionamento –, e a escola é uma delas, sendo direito social e responsável pelo processo de formação humana.

Acredita-se que a superação do racismo e da desigualdade racial possibilitará transformações éticas e solidárias para toda a sociedade e permitirá o efetivo exercício da justiça social e da cidadania que respeite e garanta o direito à diversidade. Acredita-se, também, que esse processo poderá proporcionar uma reeducação social e cultural dos brasileiros no trato com a diversidade, questionando e problematizando o mito da democracia racial. Mas para que isso aconteça faz-se necessária a construção, na prática, de oportunidades e tratamento iguais para negros e brancos (GOMES, 2010, p.102).

Esse novo cenário, diante da questão racial, tem gerado insegurança e desconhecimento pedagógico por parte dos/as educadores/as e da própria escola, estendendo-os para o espaço não formal e para o ensino superior. Não podemos esquecer que a educação não se limita à escolarização; ela é um processo bem mais amplo, que constrói nossa humanização e que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, entre outros.

Assim, o Brasil começa a ter pequenos avanços, no campo democrático, nas instituições públicas e privadas, por meios de ações reparativas causadas pelo racismo, como são as ações afirmativas. Em 25 de abril 2012, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu a política de cotas como um direito constitucional nas universidades – uma grande vitória da população negra.

Temos ainda no poder federal a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), responsável pelas políticas públicas da população negra. Em nível municipal, temos a Coordenadoria de Políticas de Igualdade Racial do Município (Coppir), que muito tem contribuído com a luta da população negra de Fortaleza.

Diante desse contexto de afirmação, de resistência, de reivindicação de melhores oportunidades e perspectivas para o povo negro brasileiro, configura-se a luta cotidiana dessa população em busca da valorização e ressignificação da identidade do ser negro, que, como vimos, teve uma grande contribuição do movimento negro.

⁶ A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas da Educação Básica.

Adiante, faremos um panorama da realidade e da predominância da população negra no Ceará, na tentativa de desconstruir a ideia de que em nosso estado não existem negros.

2.4 Um olhar sobre o Ceará

De acordo com o censo de 2010, o Brasil é um país que abriga um número significativo em relação à população negra: o número de “pretos” e “pardos” é de 56,8%. Esse número cresceu em relação ao Censo de 2000, cujo valor era de 49,2%. Na visão de Marcelo Paixão, citados por Gomes (2010), o aumento no percentual se deu, principalmente, pela valorização da negritude em nossa sociedade e pelas políticas de ação afirmativa.

Ainda de acordo com o Censo de 2010, a maior concentração da população negra encontra-se nas regiões Norte e Nordeste, com 97,1% e 96,1%, respectivamente.

Tabela 1 - População total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas – 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por cor ou raça (%)			
		Branca	Preta	Parda	Amarela ou indígena
Brasil	191 796	48,2	6,9	44,2	0,7
Nordeste	54 020	28,8	8,1	62,7	0,3
Maranhão	6 469	23,9	6,6	68,6	0,9
Piauí	3 193	24,1	5,9	69,9	0,0
Ceará	8 569	31,0	2,7	66,1	0,2
Região Metropolitana de Fortaleza	3 580	33,0	3,0	63,8	0,2
Rio Grande do Norte	3 188	36,3	4,4	59,2	0,0
Paraíba	3 826	36,4	4,9	58,4	0,3
Pernambuco	8 820	36,6	5,4	57,6	0,3
Região Metropolitana de Recife	3 774	37,0	7,6	54,9	0,4
Alagoas	3 206	26,8	5,3	67,7	0,2
Sergipe	2 052	28,8	3,9	67,1	0,2
Bahia	14 697	23,0	16,8	59,8	0,3
Região Metropolitana de Salvador	3 781	17,7	29,4	52,5	0,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Ao analisarmos a tabela 1, ela nos mostra que, além de existir uma grande presença da população negra no Ceará – aproximadamente 68% –, em Fortaleza esse número é de cerca de 65%, juntando pretos e pardos. Assim, o mito de não existir negros no Ceará acaba sendo desconstruído quando nos referimos aos dados demográficos.

Quando falamos que não existem negros no Ceará, temos uma das formas criadas de invisibilidade da história e da cultura da população negra no nosso Estado. Nunes (2007), no seu trabalho, nos alerta que uma das justificativas para tal afirmação é dada pela presença insignificativa de escravizados no Ceará, que não deixou um legado para a sociedade cearense. Nunes citado por Ferreira diz que a ocupação da província do Ceará se deu:

À medida que a ocupação do Ceará foi se efetivando, consequência natural da frente de expansão, consolidou-se um espaço de trabalho que atraiu um contingente de homens livres, em sua maioria pobres, negros, pardos vindos das províncias vizinhas, na condição de vaqueiros [...] (FERREIRA, 2009, p. 48).

Assim, a presença de pardos e pretos no Ceará está presente desde o início da sua ocupação, como foi citado anteriormente. Por isso, é fundamental fazermos um resgate dessa história, saber como se deu e como se dá a construção da identidade, enquanto negro, no nosso Estado.

A “pardização” e a “morenização” da população cearense são presentes e crescentes, como vimos na tabela 1. São também preocupantes, pois esses processos dificultam a afirmação da identidade do ser negro, e a invisibilidade permanece em torno dos afrocearenses. Dessa forma, a população cearense tem uma grande dificuldade em assumir ou até mesmo em se autodefinir enquanto negro/a. Essa é, pois, uma das estratégias de fuga dos estereótipos e estigmas que são característicos do negro – fruto de um racismo inacabado.

É necessário resgatar a visibilidade não estereotipada do ser negro na História do Ceará e a sua contribuição para o desenvolvimento do nosso estado. Não podemos esquecer que esses processos – de “morenização” e “pardização” – contribuem para que as pessoas se neguem e não reconheçam sua identidade enquanto negros/as, rejeitando e desconsiderando sua herança de origem africana.

Ratts apud Nunes (2007) realizou um estudo, em meados do século XIX, referente à produção dos intelectuais cearenses que pertenciam ao Instituto do Ceará. Na sua pesquisa, concluiu que havia um olhar negativo em relação à herança indígena e africana para o nosso

estado, visto que existia, para aqueles intelectuais, um ideário europeu para a população cearense.

Como podemos perceber, o tratamento e o sentimento em relação aos escravizados no Ceará não foi muito diferente do restante do País, no regime de submissão e coisificação.

Ferreira (2009) diz que a vida dos africanos no Ceará não era diferente da das demais regiões do País. Foram jogados no mundo do trabalho e obrigados a aceitarem qualquer serviço, assim como as condições de vida. Ele assinala que: “[...] os negros, mesmo livres, seriam identificados e tratados como escravos”. O autor chama a atenção para estudos sem uma reflexão mais aprofundada a respeito da escravidão no nosso Estado, que o viam de forma romântica e humana.

Citado por Nunes (2007), Ratts elenca quatro pontos, usados para justificar o escravismo dos negros e dos índios no nosso estado, e que necessitam ser desconstruídos: a pequena quantidade de negros no território cearense; a visão da maior parte dos historiadores de que a pecuária utilizou pouca mão de obra escrava; a escravidão “branda”, ou seja, o discurso da suavidade da escravidão cearense, por conta dos cativos estarem exercendo principalmente trabalhos domésticos; e a antecipação da abolição no Ceará, que aconteceu em 1884 – quatro anos depois, se “concretizou” a libertação dos escravizados no País.

Contudo, em virtude do silenciamento e da invisibilidade da população negra no Ceará, não percebemos as suas contribuições à sociedade, que vai desde a formação do Estado, como a criação de alguns municípios, de comunidades negras, perpassando os costumes, atingindo até a linguagem de origem banta, como os termos: “angu, banguela, batuque, bambo, bunda, cabaço, cachaça, cachimbo, caxumba, caçula, cafua, calombo, candomblé [...] dengue, dengoso, moleque... caponga etc.” (FERREIRA, 2009, p. 67).

Além da influência no vocabulário, a cultura foi um campo em que se ressalta a contribuição da presença negra em nosso estado. Destacam-se o maracatu, as festas de congo, o samba de umbigada, fora outras manifestações culturais de herança africana que ficaram perdidas no tempo.

Não podemos esquecer a importância e a resistência das irmandades negras, entre elas:

Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos desta cidade do Ceará, Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos da cidade de Aracaty, que existiu em Aracati; e a Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos

Homens Pretos da cidade de Sobral, organizada na cidade de Sobral (PEREIRA, 2009, p. 83).

As irmandades negras integram o passado do povo negro cearense e, nas palavras de Pereira (2009, p. 83), são “[...] espaços de socialização dos negros construídos por eles, sem deixar de reconhecer o fato de não terem exercidos uma influência contestadora que viesse incomodar a estrutura do sistema escravista como acontecerá com os quilombos”.

Segundo Nunes (2007), é notório perceber as irmandades negras como formas de organização tanto política quanto cultural do povo escravizado, ainda que vigiadas pela Igreja. Tal fato revela uma sociedade altamente racista, na qual essa população excluída e marginalizada necessita integrar-se, utilizando de ferramentas e estratégias para que essa incorporação aconteça.

De acordo com Pereira (2009), na luta antirracista e na organização da discussão racial no nosso Estado, surge, em 1983, o grupo de União e Consciência Negra (Grucon), organizado pelos próprios negros, e tem Maria Lúcia Simão como pioneira dessa iniciativa. Nesse mesmo período, ganham destaque os Agentes de Pastoral Negros (APNs) – que tiveram sua atuação na Igreja Católica –, o Grupo de Mulheres Negras, os Filhos d’África, entre outros.

A presença negra no território cearense se deu de forma preponderante, como vimos, deixando um grande legado de origem africana, que influencia no nosso cotidiano e na construção da nossa identidade enquanto ser negro, estando presente tanto na nossa história quanto na nossa cultura.

Observa-se a enorme contribuição da população negra na sociedade cearense, que a História do Ceará insiste em omitir e que permanece invisível; portanto, essa história e cultura de herança africana não podem ficar fora do passado da nossa população. Nesse sentido, é preciso desmistificar, nos espaços escolares e não escolares, a ideia de que o Ceará não tem negros, seja por meio da história ou da cultura, e mostrar a grande influência desse povo ao nosso redor, a qual não enxergamos devido ao nosso olhar distorcido e racista em relação aos afrocearenses.

Ante o exposto, vimos que alguns espaços que citamos contribuíram positivamente na construção da identidade do povo negro cearense, como as irmandades, o Grucon, entres outros. Porém, há uma lacuna que precisa ser preenchida, devido a um passado que não foi

contado nas produções dos intelectuais cearenses da metade do século XIX, que possui referências e que são fortalecidas até hoje na História do Ceará. Como consequência, os afrocearenses tiveram sua história, sua cultura, sua linguagem sequestradas pela elites dominantes; logo, sua identidade enquanto negro foi roubada, precisando ser resgatada e desmistificada perante a população cearense.

Assim, a identidade enquanto ser negro no Ceará não difere muito do restante do País. Nas palavras de Gomes (2010), é no contexto histórico, político, educacional, social e cultural que os/as negros/as brasileiros/as formam suas identidades e, dentre elas, a identidade negra, sendo esta uma construção pessoal e social, formada de diferentes maneiras.

Particularmente, na sociedade em que vivemos, a identidade do negro vai estar no mundo da exclusão pela construção de estereótipos negativos relacionados à população negra, como já foi falado. Munanga (2009) diz que “ser negro é ser excluído”, por isso a importância de reafirmar que a identidade negra é uma identidade política que carrega consigo uma população que foi destituída e excluída da participação política, econômica e do exercício da cidadania.

Partindo dessa perspectiva, percebe-se como são construídos os estereótipos negativos acerca da população negra. Hoje, sofremos as consequências dessa identidade, que foi cristalizada desde a escravização, associando ao/à negro/a tudo de ruim, inferior e negativo relacionado à cor da pele, negando e silenciando a grande contribuição que os escravizados africanos trouxeram para nós: a riqueza trazida da afrodiáspora.

Por exemplo: no meio acadêmico, assumo a identidade de estudante; porém, quando estou em casa, adquiro o papel de filha, e assim por diante. Dependendo do contexto inserido, vou assumindo esses diferentes papéis. Neste trabalho, utilizamos a identidade negra a partir do critério da autodefinição do grupo ou indivíduo, entendendo-a como uma construção política que leva em conta não apenas os aspectos raciais, mas as formações, as experiências de vida.

Portanto, o movimento negro, nas suas lutas travadas e incansáveis contra o racismo, fez com que os negros se reconhecessem, empoderassem e ocupassem espaços e cargos públicos, a fim de reivindicar a reparação, por parte do Estado, para a população negra. A luta dos movimentos sociais – e, mais especificamente, do movimento negro – desestabiliza e tensiona a relação étnica racial vivida no Brasil. Nessa perspectiva, a sociedade é convocada a

se repensar, e nela está a educação, que tem um importante papel no processo de transformação social.

Em suma, conclui-se que as proposições colocadas acerca das “identidades” no cenário contemporâneo, a partir do aporte teórico apresentado, permitem formular uma compreensão da identidade negra. E, nessa luta, as identidades enquanto negro foram construídas, ressignificadas e reconfiguradas, para combater, no dia a dia, os estereótipos e as rotulações em torno do ser negro – ou seja, o racismo antinegro.

Dito isso, a seguir apresenta-se o aporte teórico acerca dos movimentos sociais e destaca-se também a relação entre o esporte, a questão racial e o basquete de rua. Para complementar, mostra-se a análise de reportagens retiradas do jornal *O Povo*.

3 Movimentos sociais e a CUFA: possibilidades e limites

O presente capítulo faz alusão à teoria dos movimentos sociais, abordando alguns aspectos no contexto contemporâneo. Especificamente, a discussão traz à tona as reflexões, as mudanças, as organizações e a relação dos movimentos sociais com o Estado. Nosso aporte teórico é subsidiado por Melucci (2001), Cardoso (1987) e Santos (1998). O capítulo também é tecido pela discussão acerca dos movimentos sociais urbanos. Discorre-se sobre as novidades nas formas de se organizar, das novas demandas sociais. A partir daí, emergem novos atores políticos, ampliando e alargando o cenário social na ressignificação da noção de direitos, cidadania e democracia.

No segundo momento, parte-se para a discussão sobre o esporte e suas possibilidades na construção das identidades, particularmente o basquete de rua. Em seguida, apresenta-se a descrição e análise do basquete de rua na CUFA-CE, na perspectiva de compreendê-lo e interpretá-lo como um espaço propício na construção da identidade negra. Para tanto, utilizam-se os estudos de Duarte (2010), Demo (2010), os sites da CUFA, CUFA-CE, a LUB⁷, artigos do jornal *O Povo* e também o registro das falas de lideranças, professores da CUFA-CE.

3.1 Uma reflexão sobre a teoria dos movimentos sociais

O que devemos entender acerca dos movimentos sociais, de acordo com Melucci (2001), é que eles são um fenômeno coletivo que aparentemente possuem uma unidade externa. Ao mesmo tempo, na sua constituição interna, contêm significados, formas de ação, modos organizativos bastante distintos e investiram grande parte da sua energia tentando unir essas diferenças – bem distante do que poderíamos pensar quando nos remetemos a falar a respeito dos movimentos sociais como uma organização homogênea e definida. Ainda para esse mesmo autor, são como “fenômenos heterogêneos e fragmentados, que vêm destinar muitos dos seus recursos para gerir complexidade e a diferenciação que os constitui”. (2001, p. 29)

⁷ Liga Urbana de Basquete (LUB). Vem contribuindo para o crescimento dessa manifestação esportiva no Brasil. Tem várias escolinhas de basquete de rua nas periferias, principalmente de São Paulo, porém não possui a mesma visibilidade que tem a CUFA e a LIIBRA.

Melucci (2001) diz que dois aspectos são fundamentais a serem discutidos em relação aos fenômenos coletivos: o primeiro deles é a unidade empírica do fenômeno, ou seja, como este é percebido pelo observador – se existe realmente. O segundo aspecto admite que a dimensão coletiva do agir social já é um dado e não precisa ser questionado posteriormente. De acordo com o autor abordado, as transformações nas sociedades contemporâneas evidenciam que os processos sociais são resultados de ações, de escolhas e de decisões.

Ainda à luz do autor supracitado, não podemos explicar a ação coletiva apenas por meio da crença dos atores sociais que compõem essa luta, pois não é suficiente e nem é independente das relações em que os atores estão inseridos. Melucci (2001) contraria a ideia do senso comum de pensar o agir coletivo como algo unitário. Para ele, é necessário se perguntar e problematizar como essa unidade é construída e produzida para, a partir daí, surgir a pluralidade de orientações, significados e relações que tenham o mesmo fim.

O movimento social é um objeto construído pela análise e não coincide com as formas empíricas da ação (MELUCCI, 2001). Dito de outra forma, nenhum fenômeno de ação coletiva tem uma linguagem global e unívoca, pois varia de acordo com as relações sociais às quais a ação faz referência, bem como a natureza do conflito. Portanto, mesmo ao diferenciar os planos e significados diversos da ação coletiva, será possível entender os verdadeiros conteúdos de um movimento composto de inúmeras instâncias e quase sempre contraditórias.

Melucci (2001) elenca cinco princípios de análise dos movimentos sociais. É interessante compreender cada um desses pontos para saber que elementos compõem um movimento social, a partir da visão desse autor.

O primeiro ponto considerado pelo autor em tela é que um movimento social é produto de um conflito, senão de uma crise; isto é, a ação coletiva sempre esteve ligada a uma crise do sistema, e esta ação foi vista como uma doença do sistema social. O autor considera o conflito como a luta de dois atores pela apropriação de recursos e valorizada por ambos. Para que haja o conflito, nas palavras de Melucci (2001, p. 34), é preciso

[...] poder definir os atores a partir de um sistema comum de referência e é necessário que exista uma aposta em jogo à quais ambos os adversários se referem implícita ou explicitamente. [...] o caráter conflitual do movimento operário, por exemplo, consistia, ao contrário, no fato de que o confronto dizia respeito à própria lógica da produção industrial.

Melucci (2001) aponta a diferença entre crise e conflito. O primeiro remete-se sempre aos processos de desagregação de um sistema e a reações que tendem a reestabelecer o equilíbrio. O segundo consiste em uma oposição, que diz respeito ao controle e à destinação de recursos cruciais. Entretanto, essas duas dimensões estão constantemente entrelaçadas na sociedade atual, o que torna mais difícil, na concepção desse mesmo autor, uma análise mais precisa a respeito dos processos de mobilização.

Observa-se, dessa maneira, que os movimentos, para Melucci (2001), não são apenas um produto da crise, mas algo diferente de se reconhecer a existência de questões coletivas que procuram legitimar o poder e o uso dos recursos sociais.

A segunda característica destacada por Melucci é a solidariedade, pois afirma que um movimento constitui a mobilização de uma ação coletiva determinada por uma solidariedade específica, que é entendida como a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte de um grupo social.

O terceiro ponto citado por Melucci (2001) é quanto ao campo analítico da ação de um movimento social, que depende do sistema de relações no qual tal ação coletiva se situa e à qual se refere. Em seu ponto de vista, o sistema de referência da ação coletiva não pode ser confundido com os lugares concretos da prática social, tais como associações e organizações.

Por sua vez, os movimentos sociais podem diferenciar-se a partir de três tipos de conduta. A primeira é o conflito e a ruptura das regras, que ocorre no interior de um sistema organizativo caracterizado por papéis e funções. Melucci (2001) fala de um movimento reivindicatório que se confronta como poder, que impõe as regras e as formas de divisão do trabalho. Como exemplo, temos o movimento de favelas e o movimento de professores.

Outro tipo de conduta está presente no movimento político, que exprime um conflito por meio do rompimento dos limites do sistema político. No entanto, nesse processo, a luta pela ampliação da participação e os atores ganham espaços e posições na esfera das decisões, abrindo caminhos para a expressão de questões excludentes, ultrapassando os limites desse sistema. Um bom exemplo é a nova relação entre Estado e sociedade por meio do orçamento participativo, fóruns, entre outros.

Há, também, o movimento antagonista, entendido como uma ação coletiva dotada de um conflito que atinge a produção de recursos de uma sociedade, isto é, luta contra a

produção e a apropriação dos recursos sociais. Melucci (2001) considera esta última categoria como a mais abstrata das três condutas apresentadas.

Faz-se necessário perceber que as formas de ação coletiva não são puras. Dito de outra forma, não ocorrem movimentos antagonistas, na sua essência, sem mediação no sistema político ou na organização social.

A quarta e penúltima característica citada por Melucci (2001) é que todo movimento concreto contém sempre uma pluralidade de significados analíticos, isto é, está sempre inserido numa realidade histórica, complexa e heterogênea, onde se encontram significados da ação às diversas categorias analíticas. Ainda para esse autor, a ação coletiva envolve, no entanto, uma gama de problemas, de atores e de objetivos, onde uma dimensão pode se sobressair em relação às outras ou combinar-se de diversas formas. Por isso, é difícil a tarefa de identificar os elementos que fazem parte do movimento social, já que

Em um movimento confluem, muitas vezes, faixas de marginalidade e de desvio presentes em um sistema e no seu interior se formam, ou não se coagulam, condutas de agregação. Nos limites, a sua ação desaparece em direção de condutas de tipo contratual, ou direção de ruptura violenta. Toda essa gama de componentes deve ser composta pela análise e recomposta em um sistema de relações significativas para individualizar o sentido e a direção de um movimento (MELUCCI, 2001, p. 44).

Por fim, a quinta característica destacada por Melucci (2001) é aquela onde ele afirma que cada movimento é um sistema de ação. Segundo ele, uma ação coletiva de um movimento consiste no resultado de objetivos, recursos e limites, cuja orientação finalizada se constrói por meio de relações sociais no interior de um campo de oportunidades. Os atores definem termos simbólicos da ação coletiva, bem como suas possibilidades e seus limites. Em suma, a forma de organização da ação é definida pelo modo pelo qual um ator coletivo aposta na unicidade aceitável e durável de tal sistema, constantemente regado por tensões internas e externas.

Faz-se necessário compreender, segundo Melucci (2001), a construção de um sistema de ação como uma identidade coletiva, uma definição interativa e compartilhada, que muitos indivíduos produzem sobre as orientações da ação, e no campo de oportunidade e de vínculos. Assim, a construção de uma identidade coletiva provoca uma cristalização e homogeneidade nas formas organizativas quando nos aproximamos das maneiras mais institucionalizadas do agir coletivo. Vendo as características dos movimentos sociais supracitados, percebemos o

quanto é complexa uma conceituação acerca dessa categoria. No seio da sociedade atual, os movimentos sociais sofreram muitas mudanças, tanto na sua organização interna como na sua própria relação com o Estado.

É à luz dessa linha teórica que nos delineamos na análise dos movimentos sociais na sociedade complexa e adentramos, a seguir, nos movimentos sociais urbanos, por entendermos que essa categoria envolve também a CUFA.

3.2. Análises sobre o movimento social urbano

Sobre essa categoria, temos como base os estudos de Cardoso (1987) e Santos (2005). A primeira autora aponta para a necessidade de estudar as novas formas de participação e as práticas de mobilização sociais, já que as macroteorias não alcançam a explicação dos novos processos sociais que aconteciam na América Latina.

A industrialização excedente acarretou ruptura, contribuindo para novas formas de opressão. Isso gerou uma imensa movimentação e participação, principalmente das camadas populares, propiciando o surgimento de novos sujeitos sociais por meio do associacionismo – isto é, a periferia começava a reivindicar seus direitos, em busca da cidadania plena. (CARDOSO, 1987).

Diante desse cenário social, ampliavam-se os estudos acerca dos movimentos sociais, à procura de interpretações para essa conjuntura diferenciadora que se instituía e para o modo de tratar as novas questões em foco. No entanto, Cardoso (1987), em consonância com Melucci (2001), afirma existir uma grande imprecisão conceitual e diferenças no modo de recortar os movimentos sociais.

Cardoso (1987) tenta interligar os movimentos sociais com os movimentos sociais urbanos (MSUs), vista a convergência de algumas características dessas duas categorias. Essa autora elenca dois pontos necessários para construir os movimentos sociais urbanos. O primeiro é considerar os MSUs como novos, ou seja, eles se diferem das formas tradicionais de atuar na política, possibilitando formas específicas de participação, pois afirmam novas identidades. O segundo ponto é a resistência dos MSUs à dominação vigente, sendo formas de luta que desafiam o Estado e trazem à tona, ao cenário político, uma nova perspectiva de transformação das estruturas de dominação.

Já Doimo (1984) considera os MSUs como os emergentes da sociedade civil, possuindo uma composição social. Os MSUs trazem uma grande novidade, na visão de Cardoso (1987), que é a independência em relação aos partidos e aos políticos. Porém, eles expressam os anseios da base popular da sociedade, como, por exemplo, as associações de bairros, grupo de moradores e Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs). Todos representam, segundo a mesma autora, formas autênticas, mas não puras, de participação popular. Isto é, a democracia interna garante tanto a manifestação de uma vontade coletiva quanto o confronto direto com políticas públicas autoritárias.

A inexistência de formas de participação e democracia integram um passado político onde o Estado autoritário ditava as regras da sociedade. Por sua vez, com as reconfigurações no cenário político, primeiro na década de 80 – que, segundo Telles (2000), é marcada pelo processo de democratização no País –, os MS se organizaram e os sindicatos se fortaleceram em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa forma, projetaram-se na cena pública, e suas lutas foram visibilizadas por meio da Constituição de 1988, que representa o espaço de representação desses atores sociais no âmbito nacional.

Nesse sentido, os movimentos sociais ganham espaços e contribuem para a construção de novas identidades e sujeitos políticos, tendo autonomia frente ao Estado, manifestando os anseios das camadas populares em oposição ao clientelismo e populismo ligados à política. Nas palavras de Cardoso (1987, p. 28), “o novo é o espontâneo que se opõe à manipulação, é a ação consciente que substituíra cooptação; garantindo a expressão dos verdadeiros interesses populares que ficavam sufocados pelos partidos e pelos políticos profissionais”.

A presença desses novos atores sociais na esfera política, segundo Telles (2000), tem como resultado a exigência de uma permanente mediação quanto às questões da equidade, das singularidades de classe, gênero, raça ou etnia e quanto à medida de justiça nas relações sociais.

De acordo com Cardoso (1987), o que fundamenta essas novas identidades e sujeitos sociais é a experiência de vida comum que intersecciona o grupo, bem como o seu modo democrático, sendo produto da mesma condição de dominação e carência. Entretanto, essa mesma autora ressalta que a falta de questionamento faz com que o grupo perca o caráter relacional da noção da identidade. Portanto, a ênfase na construção da identidade limitou a classificação, que apenas contraria o “novo” ao “tradicional”. Isso ocorre também quando nos

referimos às categorias de participação, democracia e sociedade civil emergente, em que a falta de uma conceituação precisa ainda persiste.

Telles (2000) afirma que, apesar de ser construída num espaço conflituoso, a sociedade civil emergente surge de maneira significativa e representativa através da negociação dos atores coletivos, reconhecidos na legitimação dos seus interesses e dos seus direitos reivindicados, sendo este um dos legados dos anos 80.

Sobre esse assunto, Dagnino (2000) diz que os movimentos sociais no Brasil contribuíram com a ressignificação nas relações entre a cultura e política em suas lutas pela democratização. Há congruência entre a renovação dos partidos de esquerda e os caminhos políticos indicados pelas lutas do movimento social. Em primeiro lugar, em relação aos movimentos sociais, Dagnino (2000) argumenta que estes desenvolveram uma concepção de democracia. Ou melhor, a ideia de uma ampliação e de um aprofundamento da questão democrática não se trata apenas da democratização no campo político, mas da sociedade como um todo, incluindo as práticas culturais nascidas nas relações sociais de exclusão e desigualdade. Em segundo lugar, a concretização da concepção da democracia está ligada e sendo levada à frente por meio da redefinição da noção de cidadania e do direito. Por fim, a ênfase na sociedade não implica a recusa da institucionalidade política e do Estado, mas uma reivindicação radical de sua transformação.

Já nos anos 90, com uma democracia consolidada, ocorreu a abertura para o reconhecimento dos direitos sociais. Paradoxalmente, é um período onde se convive diariamente com a violência e a violação dos direitos humanos, em que a cidadania e a regra de civilidade não são respeitadas. Telles (2000) chamou tal situação de “legalidade truncada”, que seria a garantia dos direitos sociais que foram constituídos perante o Estado, mas que não conseguiram ser consolidados. Ou seja, a lei não se faz vigorar, tornando o Estado ineficaz em relação às suas próprias regulações. É em meio a esse cenário público, plural e ambíguo que se difundiu a ideia e a consciência do “direito a ter direitos” – isto é, a busca da cidadania, enquanto luta e conquista, e a reivindicação dos direitos, questionando a sociedade a partir de uma negociação possível entre MS e Estado (TELLES, 2000).

Diante dessa perspectiva, as implicações culturais são enfatizadas no reconhecimento da capacidade dos movimentos sociais. Dagnino (2000) ressalta que se faz necessário construir novos olhares de uma sociedade democrática. Essas práticas sociais devem ser vistas

como parte dos esforços dos movimentos sociais na reconfiguração e nos limites da própria política. A necessidade de mudanças no campo cultural foi elemento crucial no processo de democratização nos movimentos de mulheres, LGBT, de negros, entres outros.

Sobre esse aspecto, Santos (2005) chama-os de novos movimentos sociais, pois estão inseridos no novo cenário político e democrático, pela mudança de práticas dominantes e na inserção da população excluída no interior da política por meio das novas formas de democracia.

Os novos movimentos sociais trazem consigo uma visibilidade política das demandas até então desconsideradas pelo Estado – negros, mulheres, LGBT, sem-teto. No mesmo viés de pensamento, vem a nova democracia, propiciando um novo olhar para as formas de se governar, por meio do protagonismo dos atores sociais, fazendo com que essa parcela da sociedade, na sua maioria representada pelos novos movimentos sociais, seja incluída e tenha suas demandas atendidas pela sociedade.

Telles (2000) afirma que a sociedade civil emergente – representada pelos atores sociais, ao se reconhecerem enquanto mediadores no cenário político – teve um efeito destabilizador, pois traz para o centro do debate questões historicamente silenciadas e excludentes. Com isso, ocasiona o alargamento do campo político por meio da ampliação e redefinição dos conceitos de direito e cidadania, não se restringindo apenas ao ordenamento institucional do Estado.

Assim, para essa mesma autora, a sociedade civil emergente adentra nos cenários políticos como uma nova possibilidade de regulação da vida social, que traz à tona novos temas e novas demandas, que escapam a formulas políticas conhecidas. No entanto, a relação entre Estado e sociedade é reconfigurada por meio de espaços públicos que possibilitam a visibilidade dos conflitos e problemas às demandas sociais, reinventando a política, bem como pelo reconhecimento dos direitos até então negados e silenciados pelo Estado.

Nesse sentido, os MSUs fazem parte desse novo redesenho e estudo sobre os movimentos sociais, sendo fundamental analisá-los como um processo dinâmico. Os processos de desenvolvimento dos movimentos sociais omitem, segundo Cardoso (1987), as atividades concretas dos grupos mobilizados, ocasionando uma homogeneização de todas as manifestações populares. Por isso, dificulta a análise das diferenças e das diversas formas de mobilização – os MSUs só formam uma unidade quando são vistos de fora.

Cardoso (1987) afirma que as estratégias desenvolvidas para reivindicação pelos grupos organizados são diferenciadas e distintas, pelas quais se dirigem às agências públicas; ou seja, o enfrentamento entre o Estado e os MSUs percorrem caminhos diversos. Entretanto, cada contexto determinará que tipo de negociação existe. Essa mesma autora ressalta a valorização das formas e dos processos de negociação – que envolvem as organizações populares e faz com que os debates internos se tornem mais sensíveis sobre as diferentes estratégias a seguir. A dinâmica dos MSUs, na visão de Cardoso (1987), é como um drama, onde os mesmos personagens vão transformando suas posições, configurando novos significados no decorrer da mesma luta. Ela chama atenção para as diversas formas de relação e negociação com as várias agências do Estado e representantes da Igreja.

Nesse sentido, Santos (2005) ressalta que, devido à participação de muitos movimentos sociais no processo democrático e o estabelecimento de uma nova relação Estado e sociedade, foi possível – a partir da Constituição de 1988 – a abertura de espaços para a prática da democracia participativa. No entanto, não isso atendeu às intensas demandas da sociedade. Nesse âmbito, ainda para esse autor, alguns atores sociais passaram a envolver a política numa disputa sobre um conjunto de significados culturais, ressignificando-os. Cardoso (1987) afirma que, embora os MSUs tenham conquistado essa abertura e novas formas de relação com o Estado, as políticas ainda permanecem sendo desenvolvidas numa perspectiva de reprodução do capitalismo, por meio da destituição e desconstrução de direitos, e a favela é o principal alvo, onde essas políticas públicas não chegam. A direção que foi tomada por essa política sai da questão pública, no campo dos direitos, para o âmbito do emergencial; ou seja, a lógica dos direitos é destituída e desconstruída, impondo a lógica da carência e da urgência (TELLES, 2000).

Na visão de Doimo (1984), não se pode confundir qualquer reivindicação urbana com o MSU, pois este deve conter elementos de transformação. Lutas populares e conquistas imediatas representam, segundo essa mesma autora, um fraco alcance político. Assim, podemos entender os MSUs com base nas relações estabelecidas entre as contradições urbanas e o processo político. As reivindicações, segundo Doimo (1984), são baseadas nos problemas derivados da ausência de bens e equipamentos urbanos de consumo coletivo, mas que não deixam de ter sua relevância política, visto que se de um lado ajudaram a forçar e a acelerar o processo de abertura política, de outro se articularam como importantes atores e

setores da sociedade, ganhando dimensões de um verdadeiro movimento social. Outro fator importante na construção dos MSUs, na visão de Dagnino (2000), foi a relação entre cultura e política na ação coletiva para articulação com outros movimentos sociais de cunho cultural, tais como os étnicos, os das mulheres e os dos direitos humanos, buscando relações mais igualitárias em todos os níveis.

Nesse percurso, a CUFA constitui-se como um movimento social urbano, no qual são desconstruídos estigmas e preconceitos acerca da favela, tornando-os espaços políticos formadores de identidades e de novos atores sociais, além de construtores de novas formas de organização, como, por exemplo, do *hip-hop*, de negros, de esporte, entre outros.

Dito isso, parte-se para a discussão sobre o esporte e suas possibilidades na construção da identidade negra – especificamente no basquete de rua.

3.3. Esporte e basquete de rua: perspectivas e paradoxos

O basquete de rua é uma das manifestações esportivas dentro da CUFA, difundida nacional e internacionalmente, e está presente em todas as bases da instituição. Nesse ponto, iremos destacar as contribuições do basquete de rua enquanto manifestação esportiva formadora de identidades, mais especificamente da população negra. Abordaremos um pouco da sua história, que, paulatinamente, vem ganhando adeptos pelo Brasil e tomando conta de alguns bairros na cidade de Fortaleza.

A literatura a respeito ainda é escassa – o que tornou difícil fazer um levantamento mais preciso, principalmente quando se fala do basquete de rua em Fortaleza. Utilizei como base alguns artigos, os sites da CUFA e da Liga Urbana de Basquete (LUB), e uma pesquisa do jornal *O Povo*, que ajudou a entender qual o lugar ocupado pelo basquete de rua nacional e internacionalmente.

Porém, antes de ir ao nosso ponto principal, iremos nos deter um pouco sobre a relação dos afrodescendentes e o esporte e sobre o surgimento do basquete e do basquete de rua – para compreendê-lo como um espaço construtor de identidades e de referências, no sentido de propiciar ações afirmativas para a população negra, dentro do esporte.

De acordo com Duarte (2010), o basquete de rua nasceu por meio da exclusão de jovens negros que não tinham oportunidade de praticar o basquete tradicional⁸, porém conquistaram novas formas de se jogar e de se conscientizar a juventude negra, que via o esporte como uma das ferramentas de socialização e inclusão. Ainda para esse autor, o basquete de rua é uma manifestação esportiva de resistência social, cultural e racial que se desenvolve dentro das periferias e favelas. Trata-se de uma nova forma de pensar, em conjunto com a música, a dança e o grafite, que se propõe a contribuir com um novo olhar e consciência sobre o mundo, para seus praticantes. Nesse sentido, o esporte passa a ser entendido como uma das formas encontradas, principalmente pela juventude negra, como lugar de afirmação, tornando-se visíveis perante a sociedade. É um esporte, portanto, que intenta fugir dos moldes tradicionais, questionando e adaptando a realidade social e cultural dos alunos, e que resulta numa atividade ressignificada, em um novo olhar, para quem participa. Duarte (2010) afirma que o basquete de rua é uma construção da humanidade de relevância e de resistência, que vai contribuir na formação do sujeito e da identidade enquanto ser negro.

É importante salientar que a relação dos afrodescendentes com o esporte é um paradoxo, ora como um campo esportivo em que eles são predestinados, diante do pensamento eurocêntrico, ora como um local menos privilegiado em relação a outras modalidades (DEMO, 2010). É como se o negro tivesse lugar marcado dentro de determinado esporte, como, por exemplo, no futebol e no atletismo, e como se essa “predisposição” não fosse a mesma para o polo aquático, tênis ou natação. Essa suposta naturalização do negro para as práticas esportivas não retira o caráter preconceituoso e racista que existe no interior do esporte.

Segundo Demo (2010), os fatores genéticos, somados aos sociais e geográficos, influenciam no desempenho esportivo. Para tanto, torna-se tendencioso fazer uma ligação da naturalização do corpo do atleta negro com determinadas manifestações esportivas.

Partindo dessa perspectiva biológica e genética em torno dos atletas afrodescendentes, Demo (2010) aponta para um ressurgimento de certos aspectos do discurso eugênico; ou seja, os negros são colocados como aptos em determinados esportes devido à sua predisposição

⁸ É uma manifestação esportiva com regras e gestos técnicos aguçados, o que ressalta o número de pontos e a precisão técnica e tática.

genética, o que desperta o racismo, quando se trata de um específico esporte e a população negra.

Porém, essa ideia acaba empobrecendo a compreensão do fenômeno esportivo, pois se pode cair na mesma armadilha em que os critérios exclusivamente biológicos irão determinar e garimpar os talentos esportivos (DEMO, 2010). De acordo com Duarte (2010), o esporte deve ressaltar o coletivo para que os sujeitos percebam a importância do trabalho em grupo. Ele tem um caráter social muito importante, mas não salvacionista – como acham os que o veem como solucionador de todas as mazelas sociais. É preciso compreendê-lo como um fenômeno bem mais complexo e maior e entendê-lo como formador de opiniões, de identidades, de sujeitos críticos e reflexivos, a fim de analisar a sociedade em que vivemos.

Pressupõe-se, portanto, ser necessário entender o esporte enquanto um fenômeno social e como uma das manifestações da cultura corporal⁹, onde é preciso questionar suas regras, suas adaptações, a realidade cultural, social e racial de quem pratica, cria e recria (DUARTE, 2010).

Diz-se, ainda, que o esporte, na perspectiva crítica, possui uma grande relevância e compromisso social, e sua ressignificação parte das massas que o pratica em todos os espaços. O basquete de rua é resultado de novo sentido e significado dado ao basquete tradicional, reinventando-o, o que Duarte (2010) chamou de cultura corporal “étnica”. Logo, o basquete de rua, no viés da cultura corporal, proporciona uma gama de estudos e reflexões nas relações das manifestações culturais, do esporte e das ações afirmativas, em busca da transformação social.

Conforma afirma Duarte (2010), é preciso tratar o basquete de rua na sua dimensão histórica, social, política e cultural, ampliando o pensamento do que acontece nas massas. Na sociedade atual, com a globalização e a mercantilização das manifestações e da cultura popular, acaba-se deixando de fora o povo que cria e recria tais ações; ou seja, a história da luta da população negra nesse espaço também acaba caindo no esquecimento.

⁹ Cultura corporal está configurada com temas ou formas de atividades, praticamente corporais, como: jogo, esporte, ginástica, dança, lutas ou outras, que constituirão seu conteúdo. O estudo desse conhecimento visa a apreender a expressão corporal como linguagem. Expressam sentido/significados onde se interpelam, dialeticamente, a intencionalidade/objetivos do homem e as intenções/sentidos da sociedade. Tratar desse sentido/significado abrange a compreensão das relações de interdependência que jogo, esporte, ginástica e dança têm com os grandes problemas sociopolíticos atuais: ecologia, saúde pública, preconceito e discriminação racial, dentre outros (Coletivo de autores, 1992, p. 62-63).

É importante ressaltar que o basquete de rua é uma das formas de ressignificação de se jogar basquete, e que, aos poucos, está se construindo como espaço de referência e afirmação da população negra. Duarte (2010) destaca a importância dessa manifestação esportiva, no sentido de proporcionar ações afirmativas e a inserção do negro nas práticas esportivas além do futebol e da capoeira. Para ele, o esporte é um dos veículos para a construção e formação crítica do sujeito e da identidade, na busca da transformação social, cultural e racial.

Nessa perspectiva crítica e superadora, o basquete de rua assume um papel de compromisso, de ascensão e de empoderamento. Isso ocorre, principalmente, no caso da juventude negra, que, como sujeitos de direitos, lutam para ter direito ao esporte de qualidade, mesmo fora dos padrões instituídos, na busca da afirmação de identidades por meio do esporte.

Em seguida, apresentam-se as discussões e análises no que concerne ao basquete de rua e a CUFA, alvo principal em nosso trabalho.

3.4. Basquete de rua: o lugar do negro no esporte?

Antes de iniciarmos nosso percurso pelo mundo do basquete de rua, falaremos um pouco sobre o surgimento do basquete tradicional – o de quadra –, com suas devidas regras estabelecidas, já que, sem ele, não existiria o de rua. O primeiro nasce de uma alternativa para superar o rigoroso inverno de Springfield, EUA. Pensava-se em uma atividade coletiva que pudesse ser praticada em local fechado, não violento e com um grande número de participantes. Inicialmente, o basquete foi praticado em um ginásio, com uma bola e dois cestos de colheita de pêssegos pendurados em duas paredes opostas. Teve origem em 1891 e seu criador foi James Naismith (LUB, 2006).

Diz-se, ainda, que o basquete de quadra surgiu a partir da concepção de não violência que girava em torno do futebol americano. Porém, a violência simbólica e o caráter racista impediu que os negros jogassem na liga americana profissional de basquete, que só em 1950 teve o primeiro jogador negro. Dessa forma, foi organizado um movimento de resistência à opressão e a exclusão, fundado na comunidade negra norte-americana (DA SILVA, 2008).

Esse mesmo autor ainda destaca o primeiro time de basquete composto apenas por jogadores negros, devido à sua exclusão nos jogos de basquete. Trata-se do Renaissance Big

Five, ou Rens, de New York. Com surgimento em 1923, a finalidade do time era desafiar as equipes brancas viajando o país, e, apesar do racismo sofrido, esse time obteve mais de duas mil vitórias e construiu, dessa forma, uma história de sucesso inabalável, uma luta de resistência.

Ainda segundo Da Silva (2008), no Brasil – no final do século XIX e no início do século XX –, a prática desse esporte se restringiu aos membros da classe dominante, ganhando uma estética própria, desenvolvendo-se numa perspectiva de maioria branca. Augusto Shaw foi o pioneiro do basquete no País, em 1894, que teve como marco o Mackenzie College, em São Paulo. Porém, o sonho de conquista foi adiado temporariamente devido à concorrência com o futebol e também pela difusão do esporte pelas mulheres, encontrando grande dificuldade e resistência masculina. Assim, ocorreu a formação da primeira equipe no Mackenzie College, em 1896 (LUB, 2006). A discriminação, como podemos perceber, não era apenas de cor, mas de gênero – ainda muito presente nas práticas esportivas atuais. Assim como se acreditava existir uma predisposição do negro para o esporte, esse pensamento também permanecia em torno da mulher – ideia que enunciaria a existência de um lugar reservado para eles, dentro de determinados esportes.

De acordo com o documento da LUB (2006), é importante salientar que o basquete de quadra é um dos esportes coletivos mais praticados em todo mundo. Como exemplo, temos a *National Basketball Association*, a famosa NBA, que move milhões nos cofres estadunidenses. Os amantes do basquete têm oportunidade de assisti-lo, pois há transmissão dos principais jogos para diversos países.

Diante desse cenário de conflitos, opressão, exclusão social e racial, surge nos Estados Unidos – nas quadras das comunidades pobres do Brooklyn e do Harlem, praticado por jovens negros que não tinham quadra nem ginásio para jogar o basquete de rua –, em oposição ao modelo de esporte que estava posto, contra a violência tanto física quanto simbólica que os negros sofriam no basquete de quadra. O *streetball*, como é conhecido também até hoje no bairro do Harlem, promove competições realizadas na famosa quadra do Rucker Park (LUB, 2006).

Nesse viés, o Brasil tenta seguir os passos dos EUA com o chamado Novo Basquete Brasil (NBB), que reúne numa única liga diversos times de basquete do nosso país. Apesar da visibilidade midiática, esse esporte ainda está em crescimento. Entretanto, falta muito para

essa manifestação esportiva conquistar a grande massa da população, principalmente pelas dificuldades em relação aos espaços de lazer, o que compromete a apropriação, o pertencimento e o conhecimento do basquete por quem a criou – a população negra.

Originalmente, é jogado por três jogadores em cada equipe; usa-se apenas uma cesta e utiliza-se apenas meia quadra, e o jogo é embalado pelo som do *rap*. As regras são simples e flexíveis; dessa forma, há competições de *freestyle*¹⁰, tiros livres e enterradas.

Não podemos esquecer que o basquete de rua é uma manifestação esportiva integrada ao universo do *hip-hop*. Neste trabalho, consideramos o basquete de rua como quinto elemento, visto que a CUFA também o coloca enquanto tal nos seus documentos oficiais. Nesse sentido, o movimento *hip-hop* é composto pelo MC¹¹, pelo grafite¹², pelo *break*¹³, pelo *rap*¹⁴ e pelo basquete de rua. Esses elementos, numa competição de basquete de rua, acontecem simultaneamente: enquanto as equipes disputam o basquete de rua, o MC narra o jogo, ao som do *rap*, vai tocando, e, no intervalo, acontecem as disputas de dança (*break*). O espaço do jogo é dividido com o público por meio de desafios que envolvem a dança de rua, o *rap* e o grafite.

A cultura *hip-hop* é tida como símbolo da identidade negra e constitui um movimento de resistência, que coloca os bairros periféricos como sua principal referência e inspiração (DA SILVA, 2008). Classificado por Cunha Jr. (2003) como um movimento social de maioria afrodescendente, o *hip-hop* é um movimento, na sua maioria, composto por jovens, que traz a cultura urbana à tona, por meio de música, esporte, dança, desenho e pintura.

¹⁰ Movimentos livres feitos pelos jogadores (Manual do basqueteiro da CUFA, 2008).

¹¹ MC (mestre de cerimônia) é a voz ouvida durante os jogos, pois ele fica dentro de quadra narrando todas as ações. Algumas vezes brinca com algum atleta ou alguém da torcida com o objetivo de criar maior interação (Manual do basqueteiro da CUFA, 2008).

¹² Suas obras costumam ter um caráter poético-político e compreendem desde simples rabiscos até grandes murais executados em espaços especialmente designados para tal. A arte do grafite está presente nos eventos do basquete de rua com telas e painéis sendo executados no entorno da quadra enquanto acontecem as partidas (Manual do basqueteiro da CUFA, 2008).

¹³ Dançarinos (as) também conhecidos como *breaker boys (b-boys)* e *B-girls*. Desempenha o papel de simbolizar a situação de mutilação que está submetido o povo pobre, seja pelas guerras, pelo desemprego, pelas drogas ou pelas desigualdades sociais. Realizando movimentos “de quebrar” (*to break*), esses(as) dançarinos(as) demonstram o desejo das comunidades em romper culturalmente com o sistema opressor e explorador bem como o seu anseio por um mundo melhor (Manual do basqueteiro da CUFA, 2008).

¹⁴ *Rap* tem como objetivo a denúncia das discriminações e desigualdades transformando-os num veículo de construção de identidades através da música.

Consoante ao documento do *Manual do basqueteiro* (2008), o basquete de rua – assim como o *hip-hop* – é uma manifestação tipicamente urbana, uma ligação entre esporte, a cultura *hip-hop* e o movimento social. Isso lhe confere um novo sentido sobre a cultura urbana ou de rua, entendida como

A expressão “cultura de rua” tem sido usada para definir o Movimento *Hip Hop* ou a “Cultura Hip Hop” tanto pelo fato de sua origem estar inscrita na prática de seus elementos em espaços públicos, como pelo fato de as letras das músicas descreverem a rua como ponto de encontro da juventude pobre, tanto nos EUA, nos guetos, como no Brasil, nas favelas. (ZIGONE apud SANTOS, 2008).

Esse esporte é compreendido como um espaço de encontro da juventude, principalmente de maioria afrodescendente, comprometida social, política e culturalmente. Na visão de Sodré (1999), e compartilhando com a ideia de Cunha (2003), é por meio de culturas como o *hip-hop* e o basquete de rua que as identidades podem ser reconhecidas, pois elas carregam consigo simbolismos e hábitos.

A CUFA surge, no ano de 1999, neste mesmo sentido – o da organização de alguns jovens negros das periferias, que buscavam espaços para expressar suas formas de pensar e problematizar. Acharam, no *hip-hop*, o que procuravam. Como expresso no site da organização: “O *hip-hop* é a principal forma de expressão da CUFA e serve como ferramenta de integração e inclusão social.” (cufa.org.br)

Ainda de acordo com o seu site oficial, faz parte do direcionamento político da organização a aliança do esporte com o *hip-hop* através do basquete de rua. A CUFA – ainda de acordo com seus documentos públicos – aposta no protagonismo dos jovens, como sujeitos transformadores de sua própria realidade. Logo, o esporte é visto como uma das vertentes pedagógicas (formação social, cultural, política e racial) e uma das possibilidades de ascensão, por meio da LIIBRA:

Os projetos realizados pela Cufa não têm como principal objetivo o esporte pelo esporte, mas sim como ferramenta de formação intelectual, cultural e humana das comunidades. É como construir pontes que possam viabilizar um diálogo igual das demandas da favela com o asfalto e servir de referência para as políticas públicas. (O Povo, 1º maio 2007)

Segundo Alberto Bial (2006), as primeiras regras do *streetball*, no Brasil, foram de sua autoria. Ele afirma que o basquete de rua, enquanto manifestação esportiva, facilita a comunicação e a ligação com as periferias, pois estes estão falando da mesma realidade vivida.

O surgimento desse esporte na CUFA aconteceu de improviso, por meio de uma brincadeira. Ele teve origem em um festival de *rap* organizado pela CUFA, o Hútuz¹⁵, quando jovens se reuniram e começaram um “racha” ou “pelada” com o cesto de lixo, em um espaço improvisado e com uma bola que não era de basquete (CUFA, 2008). Aos olhos da CUFA, transformou-se numa descoberta que acabou dando certo. A CUFA acredita, de acordo com suas publicações, no esporte como um instrumento que proporciona a autoestima da população, principalmente aquela da periferia (CUFA, 2008). Em 2002, criou o primeiro campeonato de basquete de rua, o Hutúz Basquete de Rua (HBR). Nas primeiras edições, a duração do evento era de três dias. Diante do grande número de participantes de todo o País, foi criada a Liga Internacional de Basquete de Rua (LIIBRA), “uma referência única nesta modalidade cultural-esportiva em dimensão nacional” (CUFA, 2008), de acordo com declarações publicadas pela entidade.

De acordo com o *Manual do basqueteiro* (2008), data-se de 2005 o primeiro campeonato estadual realizado pela CUFA, com a criação de uma Seletiva Estadual de Basquete de Rua (SEBAR) em cada estado em que atuava. A primeira foi a SEBAR-RJ, onde as equipes competiam por uma vaga na LIIBRA. Antes, a SEBAR servia como eliminatória para a Liga e, dessas seletivas, as melhores equipes eram classificadas com uma vaga na LIIBRA. Hoje, não há mais a SEBAR, existindo apenas a LIIBRA, nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional (CUFA, 2008).

O primeiro campeonato municipal de basquete de rua foi realizado, em 2006, no Viaduto Negrão de Lima, em Madureira, Rio de Janeiro. Esse mesmo local é onde acontecem as finais da LIIBRA Nacional, sendo o palco principal onde se liga o esporte com o *hip-hop* (CUFA, 2008).

¹⁵ Maior evento de *rap* da América Latina, organizado pela CUFA (CUFA, 2008).

Em 2004 a CUFA cria a Liga Brasileira de Basquete de Rua- LIIBRA, evento que reuniria equipes de basquete de rua de vários Estados brasileiros sob o foco da interação do desenvolvimento social através da prática esportiva saudável e do congruente acesso a cultura urbana. Em 2009, a LIIBRA torna-se uma instituição, regendo as ações de Basquete de Rua de todo o país. Nos vinte e sete estados acontecem as LIIBRAS estaduais e as melhores equipes disputam a LIIBRA Nacional. (CUFA, 2008)

A Liga Internacional de Basquete de Rua (LIIBRA) é o evento onde são reunidas as melhores equipes em nível regional e nacional. Todas passam por uma seletiva organizada por cada região do Brasil. Utilizaremos o *Manual do basqueteiro* (uma publicação da CUFA de 2008, em parceria com o Ministério da Justiça) como referencial base nesse ponto¹⁶. Numa entrevista concedida por uma das lideranças da organização a um jornal de grande circulação na cidade, quando ainda não participava da CUFA-CE, ele assim afirmava: “O fato de se jogar basquete já é um improviso dentro da periferia e o que a gente notou foi que muitos desses caras que curtem esporte também gostam de *rap*. A ideia do campeonato é justamente essa, de não ficar parado”. (*O Povo*, 9 maio 2005)”.

Ele demonstra uma visão crítica em relação aos espaços que a periferia tinha e também que nela não cabia o basquete por sua ausência de locais de lazer para tal manifestação esportiva, daí o improviso do basquete na comunidade. A criação do basquete de rua foi, portanto, uma adaptação feita pelos participantes, onde a CUFA propiciou uma variação que transita do basquete tradicional ao *streetball*. Ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, onde cada quadra tem uma tabela de basquete, no Brasil temos uma realidade contrária, pois, muitas vezes, falta espaço público para a prática esportiva, pela ausência das tabelas. Essa impossibilidade estrutural acaba por desprover a população desse conhecimento – que é o basquete.

Essas foram as palavras do atual presidente da CUFA – que, na época da entrevista, era coordenador geral da CUFA Ceará – a respeito das competições do basquete de rua:

É um processo de mobilização da juventude para a construção de uma rede de atletas comprometidos com sua comunidade, afirma. Segundo ele, a ideia é mobilizar a juventude no sentido de cobrar do poder público que disponibilize equipamentos de esporte e lazer para a população e, por outro lado, cobre da comunidade comprometimento para manter e cuidar desses equipamentos (*O Povo*, 14 nov. 2005).

¹⁶ Pode ser encontrado no site www.liibra.com.

O basquete de rua surge também nessa perspectiva política, reivindicando locais adequados e de qualidade para sua prática – apesar do imprevisto, a juventude negra tem direito ao esporte e a lazer de qualidade, bem como a espaços adequados para eles serem praticados. De acordo como o *Manual do basqueteiro* (2008), a LIIBRA representa essa culminância de comunicação das periferias e da juventude negra, fortalecendo a integração das áreas menos favorecidas por meio do esporte. A ideia é, portanto, proporcionar uma massificação desse novo estilo e conceito, que é o basquete de rua.

3.5. A CUFA na mídia

Conforme apresentado até aqui, vimos que o basquete de rua é tido como um eixo nacional das atividades da CUFA e possui duas vertentes de atuação na instituição. A primeira, como já foi falado anteriormente, consiste num espaço de inclusão e ampliação do conhecimento por meio do esporte através das escolinhas de basquete de rua, presentes em todas as bases do País. A segunda abrange o viés da competição e tem como principal meio a LIIBRA. No entanto, é importante que esses dois momentos estejam claros, já que optamos em fazer a nossa pesquisa de campo no Ceará, nas escolinhas de basquete de rua do bairro do Barroso e na cidade de Sobral. Não poderíamos falar de basquete de rua e não mencionar a LIIBRA, pois são ações que estão interligadas e possuem uma linha em nível nacional. Observa-se ainda que, dentro da CUFA, há duas linhas de atuação do esporte: uma de participação (escolinhas de basquete de rua) e outra revestida das características do esporte espetáculo (LIIBRA).

Neste tópico, iremos nos deter sobre o esporte espetáculo e acerca de como a mídia se apropriou deste, proporcionando, por um lado, sua visibilidade, e, por outro, sua espetacularização e a mercadorização – em particular, do basquete de rua. Procuramos a CUFA e sua consolidação no espaço midiático. Para tanto, utiliza-se como referência os estudos de Duarte (2010) e Sodré (1999), bem como os sites da CUFA, LUB, recortes do jornal *O Povo* e entrevistas de algumas lideranças da CUFA-CE – os quais optamos por preservar seu nomes reais –, e a eles foram atribuídos outros fictícios.

Segundo Duarte (2010), o esporte espetáculo destaca-se pela sua profissionalização, regulamentação, agenciamento, midiaticização e mercadorização, entre outros. Pode ser

entendido como uma parte da indústria esportiva, cujo objetivo é oferecer ao público o entretenimento por meio de brincadeiras, apresentações e interatividade com a plateia.

Assim como o *hip-hop*, o basquete de rua tem uma estreita ligação com a cultura juvenil, devido às suas origens, como já foi dito. Alguns veem o esporte como única possibilidade de ascensão e de um futuro melhor, que são veiculada pela mídia, que coloca na mira da televisão atletas famosos advindos de uma vida pobre e da favela. Repentinamente, alguns emergem como celebridades e exemplo de superação, transformando-se em referências para muitos jovens que vivem nesta condição.

Nessa perspectiva, a veiculação da imagem do negro, como retrata Sodré (1999), se dá de forma sutil, seja pela estigmatização quanto ao fenótipo (por exemplo, a cor da pele) ser motivo de inferioridade sobre o outro, seja pela presença mínima de negros na mídia, pela predisposição dos negros para determinado esporte e até mesmo pela negação e inexistência do racismo pela mídia.

Ainda de acordo com Sodré (1999), em outros termos, a imagem do negro carrega consigo formas de submissão, inferioridade e exclusão social, que acaba por construir uma identidade negativa, distanciando sua autoaceitação. Logo, perante os exemplos de superação e ascensão do ser negro – principalmente vindos do esporte –, o que se percebe é uma não reflexão das suas origens e das suas condições de invisibilidade. Como consequência, consciente ou inconscientemente, constrói uma identidade longe das suas heranças fenotípicas, por um processo de embraquecimento.

Sobre esse aspecto, Da Silva (2008) aponta que o esporte espetáculo tem uma valorização da estética, ou seja, da imagem, porque é a partir desse fenômeno que o show se nutre. Essa reflexão interfere no contexto sociocultural, transformando estética em produção e consumo. Esse mesmo autor considera ainda o basquete de rua um espetáculo e uma forma de arte, pois o conceito, as imagens e os sentimentos são ressignificados. “As qualidades visuais do esporte, e não mais a produção de resultados, é que concentram a atenção da mídia televisada; em decorrência, estariam a se separar os caminhos do esporte moderno e clássico e do ‘circo esportivo’”. (BETTI apud DA SILVA, 2008, p. 119).

A partir dessa perspectiva proposta por Betti (2008), o basquete de rua possui os ingredientes necessários para produzir o “circo midiático”, pois nessa manifestação esportiva o que importa e prevalece é o espontâneo, o improvisado, acrescentado da música de *rap* e do

break. Acredito que a estética dos participantes, tanto jogadores quanto espectadores, tenha sido herdada do *hip-hop*. O cuidado na escolha da roupa, nos acessórios, no jeito do cabelo – tudo isso vai contribuir para uma afirmação e pertencimento da identidade negra dentro do basquete de rua. Observa-se que é importante a vestimenta, bem como a linguagem corporal. Apresentam-se sempre com *shorts* frouxos, camisas largas, bandanas na cabeça e uma basqueteira¹⁷. Esse, na maioria das vezes, é o estilo do jogador do basquete de rua, que, quando passa, arrasta olhares dos outros, sendo “o diferente”.

Munanga (2008) nos informa que a identidade, antes de ser internalizada, primeiramente passa pelo corpo; ou seja, o modo de vestir-se contribui, também, para a afirmação dessa identidade. Por um lado, isso colabora no empoderamento do ser, enquanto negro; por outro, essas rotulações despertam para o consumo para que, dessa maneira, sejam compensadas as rejeições sofridas pela sociedade. Sobre esse assunto, Francisco, uma das lideranças da CUFA-CE, relata:

O consumo tem sido uma forma de o cara comprar uma camisa da Cyclone, um tênis Nike, e nessa sociedade capitalista você se impor. É meio estranho porque o cara fala assim “se lembra daquele negão do iPhone branco?”. Você passa a ser um acessório telefônico. É meio estranho. Mas mesmo assim foi uma forma que os negros encontraram. Mas é a forma de dar visibilidade, muitas vezes de maneira violenta, até porque você não tem acesso. (Entrevista de Francisco)

O entrevistado tece uma crítica sobre a forma pela qual o consumo tornou-se um meio perverso de identidade e de visibilidade do ser negro. Porém, essa relação consumo- visibilidade não é suficiente nem suprime a população negra de ser vítima de práticas racistas e estruturantes em nossa sociedade. Nesse sentido, o basquete de rua entra no âmbito do consumo, por meio da empresa AND1¹⁸, que é a principal responsável, considerada promissora na indústria do entretenimento, envolvendo o basquete de rua nos Estados Unidos e no mundo. Em 2005, chegou ao Brasil, divulgando seus produtos e suas marcas. Tal fato decorre de perceber a população negra como novos consumidores e de ser um espaço

¹⁷ Tênis adequado para a prática do basquete.

¹⁸ Em 1997, a AND1 lançou um *tape* com os principais *movies* (movimentos) que foi gravado no Harlem e entregue a AND1, que engavetou e depois de dois anos teve a ideia de utilizá-la para promover seus produtos, resultando num sucesso de vendas e iniciando uma série de *mixtapes* da AND1 (Liga Urbana de Basquete - LUB).

alternativo para que estes possam vestir-se iguais aos astros do basquete de rua mostrados pela mídia, que produz e reproduz estereótipos em torno do negro.

Voltando a falar sobre o aspecto do esporte espetáculo, o destaque foi para os Globetrotters, que levaram o basquete espetáculo pelo mundo em plena Guerra Fria. Em 1927, Abe Sapertien, filho de imigrantes poloneses, fundou uma equipe exclusivamente de negros, que eram impedidos de jogar nas equipes brancas ou contra eles, cujo objetivo era divertir o público, com suas jogadas, com seu show, com seus malabarismos (LUB, 2010). A equipe do Harlem Globetrotters é outro exemplo que ganhou visibilidade por mudar a estética do jogo de basquete. Graças a eles, o esporte difundiu-se pelo mundo e aumentou o número de adeptos por meio de uma nova linguagem corporal.

Inicialmente rejeitado pela comunidade negra norte-americana pelos seus estereótipos raciais, em virtude de suas “brincadeiras e palhaçadas”, eles inspiraram fãs no mundo todo. Com novos movimentos e a inserção de elementos estéticos de cunho étnico, os Harlem Globetrotters mostram o lado alegre e lúdico, no qual essa equipe de jogadores negros sempre vence a equipe de branco. Essa simbologia de inversão de papéis, de dominação e de poder só acontece no âmbito da quadra; fora dela, permanece a mesma estrutura social (DA SILVA, 2008).

No Brasil, o basquete de rua teve uma grande visibilidade nos últimos sete anos, numa parceria entre CUFA e Rede Globo, que transmite as finais da LIIBRA em rede nacional. Em Fortaleza, é transmitida pela Verdes Mares.

Atualmente, a LIIBRA, com apoio das Organizações Globo e da Eletrobrás, é responsável por promover esse evento em nível nacional. Para Bial (2006), o basquete de rua já é uma realidade no Brasil, mas ainda falta muito para chegar à proporção que esse esporte tem nos EUA, bem como se conseguir patrocinadores e espaços para divulgação dessa manifestação esportiva.

O basquete de rua é fascinante, mas não é inocente. Abarca uma série de tensões, tais como: inovação e conservadorismo, povo e classe dominante, libertação e colonização. De certa maneira, a mídia tenta harmonizar essas contradições, entretanto, aspectos fundamentais dessa manifestação da cultura popular são ignorados (DA SILVA, 2008).

É importante observar, a partir da visão desse mesmo autor, como a dimensão do espetáculo faz com que esses fatos citados anteriormente passem despercebidos e faz com que

os indivíduos não pensem e não reflitam no seu cotidiano; por estarem tão envolvidos, não problematizam situações vividas.

Sobre esse assunto, Sodré (1999) retrata que a mídia desenvolve um papel central na produção e reprodução de preconceitos e do racismo, pois sua estrutura é construída por uma elite racista que vai corroborar com a desigualdade social, por meio da cor da pele.

De forma complementar, com a visão de Sodré (1999), ao se referir ao papel da mídia, considera que a imagem veiculada dos consumidores negros emergentes – seja pelo esporte, pela estética, pelas novelas, entre outros – apenas disfarça o fim do racismo. Conforme nos retrata Sodré (1999, p. 244):

A mídia é o intelectual coletivo desse poderio, que se empenha em consolidar o velho entendimento de povo como público, sem comprometer-se com causas verdadeiramente públicas nem a afirmação da diversidade da população brasileira. O racismo modula-se e cresce à sombra do difusionismo culturalista euroamericano e do entretenimento rebarbativo oferecido às massas pela televisão e outros ramos industriais do espetáculo.

Nesse sentido, podemos perceber que são construídos estereótipos, folclorizações e animalizações em torno do negro pela mídia. Tal fato ocorre, segundo Sodré (1999), devido ao perfil do ser negro como anticidadão, no século XIX, quando herdou uma autoimagem, na maioria das vezes, vinculada a algo negativo, ruim, comprometendo a formação da sua identidade, ficando sem referência e perdendo suas raízes fenotípicas e africanas, desejando, assim, a miscigenação.

Em Fortaleza, o basquete de rua vem ampliando sua veiculação televisiva, difundindo e conquistando mais simpatizantes pelo esporte. Por um lado, essa veiculação propicia a inclusão, o empoderamento e a visibilidade do ser negro. Ademais, veremos a representação do basquete de rua na CUFA a partir do jornal *O Povo*, um veículo midiático de grande circulação na cidade, no período entre 2005 e 2010. Por outro lado, acaba excluindo os considerados menos talentosos. Esse olhar mais performático e técnico do esporte, de acordo com Duarte (2010), exclui e acirra ainda mais a competição e a performance.

3.6.1. O olhar do jornal O Povo sobre a CUFA: 2005 a 2010

A partir do que foi exposto, trago alguns trechos retirados do jornal *O Povo*, de 26/02/2010, cuja manchete foi “Fortaleza sediará, amanhã, a seletiva de basquete de rua para

o Harlem Globetrotters, dos Estados Unidos, time de basquete famoso pelas jogadas de efeito”. A CUFA estava à frente da organização, e um dos coordenadores de esporte na época da reportagem ressalta: “Será uma seletiva que promete empolgar o público. O basquete de rua já é cheio de música e dança. Imagine com a chance de ir para o Globetrotters” (*O Povo*, 26 fev. 2010).

Fazendo um paralelo com o futebol, diante da profissionalização dos atletas no esporte, bem como no basquete, alguns atletas alcançam o sucesso. Ao mesmo tempo, isso acontece em decorrência do insucesso de muitos outros que ficam no caminho – ou seja, um depende do outro para acontecer.

Contrariamente do que acontece nos Estados Unidos, onde o basquete de rua tem um viés de rendimento/espetáculo, em terras brasileiras é utilizado, principalmente, como uma ferramenta de transformação social, segundo a LUB (LUB, 2006).

Contudo, há de se questionar essa tendência, haja vista que, ao ter mais visibilidade midiática, hoje a ideia é enquadrá-lo aos padrões dominantes do esporte, distanciando-o das periferias e das favelas onde se originaram. Essa é uma das armadilhas do esporte espetáculo: desapropriar e distanciar de quem o criou.

Porém, a apropriação desse esporte por parte da mídia, por um lado, propiciou sua visibilidade; por outro, provocou sua espetacularização e mercadorização por meio do esporte espetáculo, e, como consequência, temos a competição como prioridade. A manchete em destaque ressalta uma grande importância na participação da equipe dos Globetrotters, como se compor uma equipe como essa fosse o ápice do basquete de rua. Conforme o exposto, creio que não se deve desperdiçar um talento; no entanto, não será essa ascensão que mudará sua vida por completo.

Uma das linhas de atuação da CUFA é a competição, como já vimos; mas, por meio desse esporte espetáculo, a favela ocupa o palco principal. De acordo com seus documentos oficiais, ela deixou a condição de vítima para ser protagonista da sua própria história. Um dos idealizadores da instituição fala da relação do *hip-hop* com a mídia:

Já teve o momento da consciência do gueto. O gueto precisa está informado. Pegamos a informação. Teve outro momento que o *hip-hop* tinha que conscientizar as pessoas. Já conscientizamos. Agora tem o momento da conquista, e esse passo não tem como ser dado somente através da favela. Precisa dialogar com outras lideranças, com pessoas que estão de fora, com o asfalto, com políticos. Porque pra

esse terceiro passo é necessário o dinheiro e isso não está na nossa mão infelizmente (*O Povo*, 9 maio 2006).

A partir de sua exposição, podemos ressaltar, nessa nova reconfiguração, a quebra de vários paradigmas da luta social. Na sua visão, a CUFA optou pelo diálogo aberto com os partidos e alguns políticos. Para eles, não importa quem está no poder, mas sim que sejam atendidas as demandas da favela e da população que a constrói.

Ainda nessa mesma linha de pensamento, segue Bill, na mesma entrevista: “Não sei no que me transformei, mas não podemos mais ficar embaixo do edredom. Temos que meter a cara”.

Essa discussão aflorou, principalmente, durante a década de 80, com a ressignificação da democracia e cidadania. Nesse contexto, a atuação política da população negra fica evidente por suas novas formas de atuação e reivindicação, porém com posturas firmes diante das suas demandas para não ser cooptado, como outros movimentos. Na visão de Melucci (2001), a formação do ator coletivo é entendida como um “movimento”, pois ele é resultado de processos sociais heterogêneos que formam a unidade.

Em consonância com o aporte teórico de Santos (1997, p. 183), quando falamos em NMS, “a novidade está na ampliação da política para além do contexto liberal da distinção entre Estado e sociedade civil”. Esses vários diálogos com as esferas municipal, estatal e federal, propostos pela CUFA, fazem com que esta se enquadre enquanto NMS – mais especificamente, como MSU – e, como tal, passe a dar visibilidade e a atender as demandas das favelas, dos negros e do *hip-hop*.

Interessante notar que todas as manchetes retiradas estavam no caderno de esportes ou de cultura do jornal *O Povo*, sempre destacando imagens da população negra, na chamada. O olhar dado para as manifestações culturais, esportivas e sociais da juventude de maioria negra, nas reportagens, coloca a favela no patamar mais alto e visível da sociedade, onde as suas demandas sociais começam a ser enxergadas.

Nas manchetes retiradas do jornal *O Povo*, o que se pôde perceber foi a veiculação do basquete de rua com a imagem do ser negro. Isso contribui com a desmistificação, com o empoderamento e com a inclusão dessa maioria marginalizada, na busca de uma autoestima e autoimagem positiva.

Sodré (1999) tece uma crítica sobre esse nova abordagem em relação à autoimagem da população negra, na qual o atual discurso midiático é mais estético do que político. Ou seja, em relação aos jornais do passado – tópico abordado no capítulo dois –, quando quem propagava a construção da identidade eram ideólogos como José Correia Leite e José do Patrocínio, hoje são cantores, *rappers*, jogadores de futebol, entre outros. Sobre esse assunto, esse mesmo autor ainda afirma:

No âmbito do mercado e da mídia trata-se da construção sógnico-imagística do Outro – o “negro”, um diferente já não mais singular, mas idêntico a si mesmo na base de traços idealizados de negritude, onde se minimiza a dimensão política em favor da promoção de uma autoestima individual, estético-mercadológica (SODRÉ, 1999, p. 255).

Já em outra manchete, destaca-se a relação do basquete de rua com as políticas públicas:

01/05/2007

É como construir pontes que possam viabilizar um diálogo igual das demandas da favela com o asfalto e servir de referência para as políticas públicas”, diz Preto Zezé, dirigente da Cufa-CE.

A partir de sua fala, podemos perceber, do esporte, a tentativa de que o poder público atente e visualize essas áreas periféricas como parte integrante da sociedade. Desprovidas de direitos sociais e políticas públicas, seus moradores carecem dos direitos mais básicos, como saneamento, saúde, habitação, sendo impedidos do exercício da sua cidadania.

A negação das favelas é “natural” em uma sociedade que, desde o seu nascimento, insiste também na negação das suas desigualdades, porque ignora e não dá visibilidade aos seus desiguais, assim como às causas dessas mesmas desigualdades. Para a sociedade é preferível inculcar no imaginário do poder público, e até em grande parte das comunidades, outra nomenclatura. (PRETO ZEZÉ, 2008).

A ausência de políticas sociais nessas áreas são permanentes. Entretanto, as pessoas que nela habitam carregam consigo estereótipos, estigmas. Na visão de Cunha (2003), o bairro é uma das formas de identidade; no entanto, não podemos esquecer que a periferia não é homogênea, e sim plural nas suas relações, na sua história, sua cultura, sua política, entre outros. Ou seja, a necessidade de uma periferia não é comum a todas, visto que cada uma tem suas particularidades. A partir daí, percebe-se que a prioridade de determinadas políticas públicas varia de comunidade para comunidade.

No entanto, a LIIBRA, por meio do esporte espetáculo, possibilita a visibilidade da periferia através de um novo olhar e para além das páginas policiais. Dessa maneira, o esporte é um dos caminhos para que o Estado enxergue as necessidades e o descaso com a população negra da periferia, bem como a carência de políticas públicas no combate às desigualdades sociais e raciais.

Em outra manchete, destaca-se:

04/07/2009

O objetivo da Cufa é expandir a prática de basquete de rua no Ceará como forma de inclusão e desenvolvimento social. Depois das três edições da Seletiva Estadual de Basquete de Rua, a entidade vem reforçando as ligas municipais, estaduais, nacional e agora a internacional, com a criação das escolinhas de basquete da Cufa.

Os jogos da Liga Internacional de Basquete de Rua reforça a proposta da Cufa de desenvolver projetos para o fortalecimento da cidadania nas comunidades em situação de risco social, através da cultura *hip-hop*.

É interessante notar, a partir do exposto, que a formação das escolinhas de basquete de rua deu-se após a LIIBRA; afinal, como foi visto, esse esporte surgiu por acaso, como uma brincadeira, tomou grandes proporções, e, na atualidade, consolidou-se nacionalmente com a competição da LIIBRA. O basquete de rua, assim como o *hip-hop*, segundo o *site* da organização, pressupõe uma das atividades presentes em todas as bases, em nível nacional. Um novo olhar é lançado para essa juventude, na tentativa de inclui-los socialmente, e o basquete de rua foi uma dessas possibilidades encontradas pela instituição, com o intuito de ressaltar o ser enquanto negro.

Conforme o trecho da reportagem, o que se pretende é o fortalecimento da cidadania, a partir dos projetos criados na CUFA. No entanto, é preciso compreender como a organização entende a cidadania, visto que a ausência de direitos e o não exercício enquanto cidadãos persistem nas periferias e acabam naturalizando as desigualdades.

Outra manchete que chamou a atenção foi “Basquete de Rua virou alternativa”, em 29/12/2006. Devido às divergências de alguns atletas com a Federação Cearense de Basquete, eles viram nessa manifestação a solução para os problemas das equipes: “O vácuo que foi deixado pela federação forçou a gente a criar alternativas. Da quadra, os atletas foram para a rua [...]” (*O Povo*, 29 dez. 2006).

Por um lado, há a participação de mais adeptos e a visibilidade do basquete de rua; por outro, existe um distanciamento e desapropriação por quem o criou, resultado da

espetacularização do esporte. Vale ressaltar que os atletas que migraram para o basquete de rua carregam consigo a mecanização dos movimentos técnicos do basquete de quadra, e os praticantes, na sua grande maioria, vêm da elite branca, já que esse esporte prevalece nessa parcela da população. Contrariando a lógica do basquete de rua, ao invés dos malabarismos e brincadeiras com a bola, traz, para a rua, a rigidez da quadra. Uma ex-liderança da CUFA-CE critica essa participação:

Ai aqui em Fortaleza a CUFA já vem engatinhando com isso né, com a questão do basquete que eu não concordava muito, mas ia né, tinha que produzir. E eu fiquei mais chateado ainda porque todo campeonato que tinha era só um time que ganhava. E, pelo que a CUFA construía, tipo assim, hoje tem as cotas, então se tem 10 brancos tem que ter um preto, a CUFA vem ao contrário, se tem 10 pretos tem que ter um branco. E aí o time que ganhava era o time dos brancos, era o OAB [...] (Entrevista do Antônio).

O entrevistado tece uma crítica a uma equipe que migra da quadra para a rua, porém traz a rigidez dos movimentos e é composta por brancos, contrariando os objetivos da CUFA, que aposta no protagonismo, empoderamento e inclusão da juventude negra. Logo, percebe-se uma contradição na sua prática, pois a partir do momento em que não há critérios estabelecidos para a participação da LIIBRA, acontece o risco de alguns se aproximarem apenas em prol do prêmio, que muitas vezes é mais atrativo do que a perspectiva ideológica, desprivilegiando e desestimulando aqueles que fazem o “verdadeiro” *streetball*. O que observei nas etapas municipais da LIIBRA Ceará foi a vantagem do técnico e da contagem de cesta em detrimento dos malabarismos e improvisos, que são fundamentais no basquete de rua.

Numa outra manchete, ao se reportar sobre a visibilidade, por meio da LIIBRA, por sua cobertura da mídia nacional e local, o ex-coordenador de esporte da CUFA-CE fala:

26/05/2006

O coordenador do Núcleo de Esporte da Cufa-CE, Ernando Ferreira, diz que o ganho maior é a autoestima dos jovens que se eleva. “A gente usa o esporte como mais um dos elementos agregadores da ressocialização das comunidades”, disse Ernando.

Trata-se de uma contradição a respeito dos objetivos do esporte espetáculo, pois o que se almeja é o prêmio, e não se prioriza o lúdico ou a brincadeira. Para tanto, o entrevistado ressalta a socialização das comunidades que é evidente na LIIBRA. Por outro lado, nas observações, durante a pesquisa de campo, pude perceber essa relação de socialização,

principalmente no que diz respeito à vestimenta dos participantes, contribuindo, assim, para elevação da sua autoestima.

Pode-se reportar a Sodré (1999) ao se discorrer sobre a imagem como primeiro passo para a construção da identidade, pois ela reflete uma realidade. Como construir uma identidade negra positiva, se essa imagem e essa mensagem não são transmitidas pela mídia? Assim, para os negros, a autoaceitação é primordial para poder potencializar-se e empoderar-se. Entretanto, a CUFA, por meio da mídia, associa as imagens dos negros às suas potencialidades, ao protagonismo juvenil, ao empoderamento.

Vimos, portanto, neste capítulo, o esporte como um dos caminhos – e não o único – a ser seguido e percebido, como uma ferramenta de transformação, tanto humana quanto social. Teve-se uma visão sobre o esporte enquanto socializador e formador de identidades, principalmente da juventude, pois, assim como o *hip-hop* e o basquete de rua, proporciona espaços de afirmação, principalmente da população negra. Em consonância com Sodré (1999), a relação da CUFA com a mídia proporciona a veiculação da imagem do ser negro, na busca de sua inclusão e reflexão sobre as potencialidades, e no empoderamento da população negra.

Em seguida, apresenta-se a descrição e análise das categorias dos entrevistados.

4 Em busca da/s identidade/identidades negra/s no basquete de rua da CUFA-CE

"- É, consciência, consciência, e os outros manos,
você é consciente sozinho?"

Faça por você mesmo e não por mim.
Mantenha distância de dinheiro fácil.
De bebidas demais, policiais e coisas assim.
Enfim, de modo eficaz.
Racionais declaram guerra.
Contra aqueles que querem ver os pretos na merda.
E os manos que nos ouvem irão entender.
Que a informação é uma grande arma.
Mais poderosa que qualquer PT carregada.
Roupas caras de etiqueta, não valem nada.
Se comparadas a uma mente articulada
Contra um racista otário é química perfeita
Inteligência, e um cruzado de direita.
Será temido, e também respeitado.
Um preto digno, e não um negro limitado."

Negro Limitado
(Trecho da música dos Racionais MC's – Negro limitado).

Em alusão ao grupo Racionais MC's, com a música "*Negro Limitado!*", o grupo, por meio de suas letras de rap, retrata a condição do povo negro diante das desigualdades sociais e raciais no nosso país. Faz-se necessário compreender que, para analisar a construção da identidade do ser negro, é preciso, primeiramente, identificar e considerar as marcas que ele carrega e que perpassam toda a nossa história de vida.

Nesse sentido, a definição das categorias não se deu *a priori*, mas emergiram da "fala", do conteúdo das respostas, do discurso. Será apresentada a discussão a partir das três categorias, que foram: "negros em movimento"; "basquete de rua: lugar de negro?"; "identidades: pelos outros e por eles mesmos". Por fim, haverá uma discussão acerca da identidade negra e sua influência nas concepções das/os alunas/os sobre si mesmos na CUFA-CE. Nesta elaboração, fez-se o uso do quadro teórico construído anteriormente, em diálogo com os registros das falas das/os alunas/os, professores e dos atores institucionais. Os trechos das falas transcritas serão identificados por nomes fictícios, mantendo o anonimato dos entrevistados. Utilizou-se, também, de informações retiradas dos *sites* da CUFA, CUFA-CE, CUFA Sobral; do artigo *IBGE e territórios invisíveis* (2008); e dos diários de campo. Segue análise das categorias:

4.1. Identidade negra: eixo central da análise

A. Negros em movimento

Antes de formar e integrar a CUFA-CE, alguns de seus membros tiveram contato com outras entidades e movimentos que foram importantes na construção da sua militância, bem como da sua identidade enquanto negros. Destacamos aqui a cultura *hip-hop*, que foi o ponto comum para o encontro das principais lideranças que formam a organização atualmente. Visualizemos suas trajetórias no quadro 1 abaixo:

Sujeitos investigados	Instituição				
Antônio	Cepema- Centro de Educação Popular na Defesa do Meio Ambiente (1999)	MCR– Movimento Hip Hop Cultura de Rua (1999)	Projeto Enxame	Grupo de Rap - BO do sistema	CUFA (2005)
Francisco	Grupo de Hip Hop MH2O	MCR – Movimento Hip Hop Cultura de Rua (1999)	Programa na Rádio Universitária	Grupo de Rap- Comunidade da Rima	CUFA (2005)
Marcos	Cepema- Centro de Educação Popular na Defesa do Meio Ambiente(1999)	Projeto Enxame	CUFA(2005)		

Quadro 1- Trajetórias pessoais das lideranças entrevistadas da CUFA-CE.

Conforme o quadro 1 acima, podemos perceber que, apesar de iniciar em entidades e/ou movimentos diferentes, a cultura *hip-hop* é presença constante em todos eles, bem como nos processos de formação de suas respectivas militâncias. Este dado nos favoreceu identificar um perfil de ativistas sociais em cada um. Nos seus relatos, há referências a outros encontros mais pessoais, contato com outros militantes e diferentes formações. Nas suas falas, percebe-se, ainda, uma grande proximidade com instituições e ativistas dos movimentos negros.

Nesse sentido, como afirma Melucci (2001), os movimentos possuem, aparentemente, uma unidade externa, porém, internamente, são bem distintos. Ainda, complementado pelas

análises de Dagnino (2000), temos que os movimentos sociais são caracterizados pela heterogeneidade e a diversidade dos seus sujeitos políticos. Assim, embora atuando, num determinado momento, na mesma organização, guardam, entre si, trajetórias iniciais diversificadas.

Assim, os ativistas sociais e suas histórias de vida têm uma grande influência na composição dos núcleos de base da CUFA-CE, e vão interferir na escolha das atividades e de onde e como deveriam atuar. Na narrativa de uma das lideranças, identificada como Francisco, pode-se encontrar essa situação:

A CUFA se organiza em núcleos de base, de bairros, através de ações que o próprio bairro define, tem uma agenda própria, cada bairro tem sua dificuldade, tem seus dilemas, tem suas parcerias, tem sua liderança naquele lugar, tem sua realidade social específica. Então valorizamos muito incluir aquela pessoa que está lá na ponta lá do bairro pra ela ser diretora da base lá da CUFA, pra ela ser a pessoa que vai tocar o processo e se ela não sabe se juntar com quem sabe ou a gente ajudar, formá-la na medida do possível, mediar um diálogo, intercambiar ações que foram positivas em um bairro que não são em outros, como é que o cara lá fez [...] tem um caldeirão de iniciativas e de coisas que é necessário e que são fundamentais para a vida da CUFA, para vida funcional, para a vida orgânica da CUFA, que inspiram essa organização. Então é como se fosse cada morro tem o seu dono [...].

Essa fala evidencia a forma como os núcleos de base da CUFA-CE são organizados, a partir das histórias de vida dos seus ativistas, juntamente com as contribuições e anseios das agendas políticas de cada bairro – ou seja, com a participação da comunidade, fundamental para a autonomia das atividades das bases. Na observação da escolinha do basquete de rua do Barroso, em Fortaleza, pude perceber autonomia dos participantes no que se refere à sua auto-organização para manter a atividade, mesmo sem a presença do professor.

É importante salientar que a autonomia não é apenas dos núcleos de base, mas se estende para a própria CUFA por meio da sua institucionalização. De acordo com as entrevistas, há relatos de que cada base da organização possui um CNPJ específico, significando independência em relação à CUFA Nacional. Creio que isso aconteça para que cada base construa suas próprias parcerias e seus diálogos com as diversas esferas. A diferença entre as CUFAs fica a cargo de quem as dirige e de suas articulações. Um bom exemplo foi a CUFA-Sobral: durante a pesquisa de campo, pude perceber que o seu gestor faz a diferença, movimenta a cidade e, por onde passa, é reconhecido. Dessa forma, a CUFA passa a ser referência.

Essa narrativa sobre a autonomia das suas bases nos remete ao que Melucci (2001)

analisou sobre os movimentos sociais, como ações dotadas de sentido e significados a partir da especificidade e da autonomia do agir coletivo. Para tanto, podemos identificar que essa ação coletiva perpassa os projetos individuais; ou melhor, há interligações entre as perspectivas individuais e coletivas

É interessante salientar que a CUFA-CE, em consonância com a fala de Francisco, faz a cooptação daquelas pessoas que possuem uma atuação de liderança e que comungam ideologicamente com os objetivos e diretrizes da organização. Daí, seus projetos individuais passam a ser incluídos no quadro de atividades geridas pela CUFA-CE.

Por isso, nos seus discursos e relatos, há referência de preparados e escolhidos. No entanto, nas entrevistas das lideranças, mencionou-se preparar os escolhidos, que, de acordo com a fala de Francisco, significa:

Na verdade nós assumimos um princípio de preparar os escolhidos, ou seja, escolher as pessoas, esses jovens negros de comunidade para serem protagonistas da mudança, que caminham numa evolução onde esses desgraçados, deserdados sejam protagonistas da mudança da própria situação em que eles vivem. E logo nós optamos por uma instituição formada por eles. Então há uma dinâmica diferente porque são pessoas que não conhecem essa coisa formal, institucional. Por outro lado é uma instituição que nós queremos construir assim, com o nosso jeito, com nosso perfil, com nós sendo protagonistas, não tendo essa coisa de intermediário, público-alvo, nós somos dirigentes da nossa própria revolução. E aí a CUFA vem um pouco para isso. Assim, um conjunto de pessoas com algum tipo de ação que não tem um formato assim padrão, até porque cada comunidade tem uma linguagem própria, tem dinâmica própria, tem parceiros próprios, tem dificuldades que são próprias apesar de serem parecidas e terem potencialidades, também, que são próprias.

Nessa exposição, é possível identificar a preocupação na formação, conscientização e empoderamento, principalmente da juventude negra da periferia. Por isso, deve-se preparar os escolhidos, no sentido de lhes dar uma nova visão de mundo, de perspectiva de vida. Como exemplo, temos as lideranças da CUFA-CE, conforme visto no quadro 1, que, antes de conhecerem o movimento *hip-hop*, foram lavadores de carros, pichadores, vendedores de galinha. Essa é uma realidade quase comum na vida dos moradores das áreas periféricas, em que é preciso trabalhar para sobreviver, deixando em segundo plano a educação, o lazer, a saúde, o conhecimento. A CUFA, na entrevista de Francisco, tem como prioridade o desenvolvimento das potencialidades dos jovens, principalmente da população negra, por meio das atividades dos núcleos de base da organização, contribuindo, ainda, na formação e no empoderamento político, social, racial e identitário.

Daí a razão, nas palavras de Munanga (2008), da preocupação com a tomada de consciência da juventude negra mobilizada, que, para ele, é problemática, pois, na construção dele, misturam-se os critérios ideológicos, culturais e raciais. Nem todos esses jovens, bem como a população negra, vivem plenamente os valores culturais negros, por causa da discriminação racial. O autor reafirma ainda a necessidade do resgate desses valores, mesmo que simbolicamente.

Em concordância, o documento *IBGE e territórios invisíveis* (2008) aponta que os habitantes das periferias, diante desse quadro de desigualdades, tenta construir um processo de superação, a partir da transformação das dificuldades em oportunidades, e de estigmas em carisma. Dessa forma, esse documento prima pelo protagonismo dos cidadãos em detrimento de serem coadjuvantes, tornando-se donos da sua própria história. Portanto, esse discurso fica ainda mais claro ao referir-se às lideranças da CUFA-CE. Nos seus relatos, ele é presente em todas as entrevistas – creio que é eixo norteador da instituição e seus ativistas se apropriaram dessa fala. Porém, essa reflexão não chega aos núcleos de base – pelo menos nas escolinhas pesquisadas do Barroso e em Sobral, pois, ao adentrar no campo, não foi identificado discurso nesse âmbito.

Apesar de a CUFA não se autodefinir como integrante do movimento negro, suas reivindicações são pautadas a partir das demandas das favelas e dos seus habitantes – na sua maioria compostos por negros –, como identificado na fala do entrevistado:

Ela (CUFA) não se identifica enquanto negro em movimento. Tipo, vários movimentos negros os caras acabaram, deixando de lado essa discussão porque, sei lá, os caras começaram a desvirtuar [...]. A CUFA não é movimento negro, ela é o preto em movimento, como eu te falei, e quando você é preto em movimento você consegue fazer isso, você consegue entrar nos locais onde você não entrava, você recebe convites os quais você nunca ia receber, e a CUFA começa a proporcionar isso. (Entrevista Antônio)

Como podemos perceber, Antônio tece uma narrativa sobre as novas formas de luta social, ou seja, como os movimentos sociais se comportam na atualidade. Demonstra discordância e aponta para uma suposta cooptação para os espaços institucionais, deixando a desejar o lugar de reivindicação popular. Assim, sobressai na fala do entrevistado que o movimento negro não teria conseguido suprir as carências da população negra, nem representá-la. Contudo, não podemos esquecer que o nascimento da CUFA se fundamenta na

organização da juventude negra da periferia, que tinha a cultura *hip-hop* como meio de inclusão social. Nesse olhar, podemos pensar que o movimento negro constituiu um dos principais interlocutores do grupo.

Quando ele fala de “preto em movimento”, refere-se a algo dinâmico, que não está parado, estático; traduz a ideia do negro em constante movimentação nos espaços públicos ou privados, dialogando nas mais diversas esferas. Creio que a não rotulação como movimento negro (assim afirmado por eles) faz com que esse trânsito fique livre para poder pautar sua agenda política na esfera municipal, estadual e federal, no que concerne às demandas das periferias e da população que a habita.

Mediante o aporte teórico dos NMS, o processo de negociação com o Estado traz para o centro do debate o surgimento de novos atores políticos, que dialogam diretamente com o Estado. Nessa perspectiva, a CUFA ressalta a defesa de interesses e identidades historicamente excluídas, voltando o olhar principalmente para a periferia. A CUFA tem essa dinâmica de diálogo e parcerias com diferentes entidades, inclusive empresas privadas, na esfera municipal, estadual e federal, visíveis em seu próprio *site*. Por um lado, a sociedade redescobriu modos de participação e, por outro, o Estado ampliou e diversificou o seu espaço de ação (CARDOSO, 1987, p. 33).

Isto é complementado por Santos (2000), que afirma que os NMS trazem à tona novas formas de opressão. Nesse novo processo, apresentado por eles, destitui-se a simples concessão de direitos como a cidadania, propiciando uma nova maneira de exclusão e roupagens, como podemos perceber na narrativa do Francisco: “[...] na medida em que eu opto por ter a favela como protagonista desse processo, favelados, esses territórios em desigualdade, chamados favelas como a nossa base, o nosso pulmão, como nosso território, a nossa referência [...]”.

Assim, a CUFA, a partir de seu discurso, caminha na percepção das carências sociais, principalmente para as demandas de um grupo que resida na periferia. Por outro lado, informa também que luta pela diversidade e pela conquista de novas identidades a partir da redefinição da cidadania, incluindo, nesse campo, a juventude negra. Poderíamos nos perguntar, aqui, sobre como e qual tipo de cidadania é vista pelos dirigentes da organização.

No tocante às finalidades primordiais da CUFA, ratifica-se que ela prima pela favela enquanto um espaço político de saberes diferenciado, de uma identidade coletiva. Nesse

sentido, ao se inserir nessa lógica dos NMS, a CUFA traz novas demandas – embora não seja a única voz, nesse sentido – à sua agenda política. As novas formas de opressão são levantadas e discutidas perante o Estado, principalmente as reivindicações advindas de alguns grupos das favelas em que surgem novas identidades.

No entanto, para Santos (1997, p. 183), quando falamos em NMS, “a novidade está na ampliação da política para além do contexto liberal da distinção entre Estado e sociedade civil”. Esses vários diálogos com as esferas municipal, estatal e federal, propostos pela CUFA, fazem com que esta se enquadre enquanto NMS, e, como tal, passa a dar visibilidade e a atender as demandas das favelas, dos negros, do *hip-hop*, entre outros. Nesse sentido, a favela representa para CUFA:

[...] um ato de afirmação de um espaço que antes era compreendido somente como o “não lugar”, mas que agora vem à cena política buscar, por vias democráticas e institucionais, soluções para suas demandas, negando-se a se submeter a um violento, discreto e eficaz processo de “invisibilização” dos despossuídos desse país (PRETO ZEZÉ, 2008, www.cufa.org.br).

Essa luta por direitos – pelo direito de ter direitos – revelou uma luta política travada contra o autoritarismo social. De acordo com Telles (2000), ela ajudou a demarcar uma visão distinta e ampliada de democracia, buscando relações mais igualitárias em todos os níveis.

Portanto, é preciso compreender que a favela faz parte da dinâmica da cidade, e carrega consigo as mazelas sociais e raciais, o que acaba essencializando todas as áreas periféricas, ocorrendo sua homogeneização. Por isso, há a negação da pluralidade, da diversidade e da identidade desse espaço social urbano. Nesse sentido, a CUFA precisa ter o cuidado de não homogeneizar as favelas, a partir do momento que as têm como o principal objetivo da organização.

Portanto, é preciso saber utilizar os meios de comunicação para desestigmatizar a realidade vivida pelo negro. Também é necessário considerar que não apenas de violência se vive na favela; há outra realidade, pois é por meio do bairro que se unificam as possibilidades culturais, sociais e econômicas dos negros que moram nessas áreas (CUNHA, 2007).

Como vimos, a CUFA traz, para o centro do debate, a favela. No entanto, não rompe com a questão étnico-racial, visto que as duas realidades estão bem próximas e são interligadas. Quando questionado sobre este tema, o entrevistado relata:

É transversal. Tipo, todos os coordenadores que estão na CUFA hoje são pretos [...] a CUFA tem o seguinte: 10% que tem que estar na CUFA organizando e promovendo tem que ser branco, o restante tem que ser preto. Porque a gente já vive num espaço onde os brancos são maioria, então a gente faz a lógica do contrário. [...] Não, essa questão do empoderamento, essa questão de se colocar. Aí a CUFA vem muito dentro disso, né, essa questão ela discute, ela debate, só que também não é o eixo principal, não é isso que faz a CUFA andar ou caminhar e nem correr, mas é um eixo que também é tema de discussão da CUFA (Antônio).

Ante o exposto, podemos identificar na fala do entrevistado que a CUFA, de acordo com suas principais lideranças no Ceará, priorizou o protagonismo dos pretos (assim chamados por eles) e da favela para construir algo baseado no que eles consideravam a realidade vivida por esses indivíduos.

Antônio fala da lógica do contrário, em que o número de negros é maior do que o de brancos na composição do quadro de pessoas da CUFA-CE. O negro, portanto, ocupa e exerce cargos que, até então, a sociedade apontava como sendo “não lugar” para a população negra, na forma de coordenadores, articuladores, gestores, entre outros. Pelo menos na CUFA-CE, as lideranças entrevistadas eram todas negras, que, nesta perspectiva, viraram exemplo para os alunos das bases ao qual gerenciam. Para tanto, contribuem na elevação da autoestima, empoderamento e autoafirmação desses jovens enquanto negros.

De fato, a prioridade em relação ao negro na composição da CUFA proporciona uma visibilidade destes pela sociedade. Apesar de ser um tema transversal, a organização apropriou-se do discurso da questão racial de tal maneira que chega até a confundir, por não se identificar como movimento negro. Porém, não podemos esquecer a contribuição do negro na produção e reprodução do discurso dos integrantes da CUFA. Afinal, de acordo com Gomes (2003), a sociedade o ensina, desde muito cedo, que, para ser aceito, é preciso negar-se a si mesmo.

A partir do momento em que a CUFA opta por uma inversão de prioridades, nas palavras do entrevistado, em que o número de negros é maior do que o de brancos na organização – e, conseqüentemente, pela inclusão jovem negro no mercado de trabalho –, é interessante pensar como a CUFA reflete sobre de que forma ele será incluído no mundo profissional. Senti ausência, durante as entrevistas, dessa discussão na organização. Peça fundamental ao se discutir sobre o empoderamento é refletir a respeito da formação profissional e a juventude negra da periferia. Já que a CUFA tem como prioridade esse público, faz-se necessário pensar em estratégias que possibilitem a sua inserção no mercado

de trabalho, através de encaminhamentos profissionais, parcerias com empresas privadas, cursos profissionalizantes, entre outros. Nas palavras das suas lideranças, “preparar os escolhidos” não apenas para a periferia, mas para enfrentar a realidade de uma sociedade racista.

A ideia da organização, pelo que pudemos perceber nos seus documentos, tem sido desenvolver atividades de cunho social, educacional e cultural que encurtem o distanciamento sociocultural entre os moradores da favela e o restante da sociedade. A CUFA, a partir do pressuposto dos *negros em movimento* e com o advento dos MSUs, propiciou a ampliação e redefinição das noções de cidadania, de direitos e de democracia. Contribuiu, ainda, para um olhar positivo em relação à população negra da periferia, na tentativa de desestigmatizá-la e desrotulá-la, trazendo para o centro do debate questões antes silenciadas. Para tanto, podemos ressaltar, durante as observações da pesquisa, que o processo de conscientização, de formação e de construção da identidade negra fica em segundo plano e é menos relevante, de acordo com as falas das lideranças da CUFA-CE.

Ademais, apresentam-se as análises e discussões no que se refere à categoria do basquete de rua, na legitimação desse espaço pela população negra.

B. Basquete de rua: lugar de negro?

É concebível discutir o basquete de rua como um possível espaço de constituição da identidade negra. Como vimos no aporte teórico, podemos compreendê-lo como uma manifestação esportiva na perspectiva da cultura corporal “étnica” e um espaço de formação social, política, cultural, racial e identitária, principalmente da população negra.

Se faz necessário saber se as bases de basquete de rua da CUFA-CE, tanto em Fortaleza como em Sobral, podem ser legitimadas como espaços de negros, visto seu processo histórico e sua consolidação nacional por meio da LIIBRA.

O basquete de rua em Fortaleza vem crescendo e os seus guetos já são conhecidos pelos “basqueteiros” de plantão. No entanto, não possui, ainda, uma visibilidade por parte da sociedade, e, muitas vezes, é desconhecido. Quando fiz um resgate da história do basquete de rua em Fortaleza, no jornal *O Povo*, vi que seu início teria se dado apenas em 2005, com evento da CUFA. Porém, durante as entrevistas, descobri que o esporte, na cidade, teve início

em 1992. A ideia foi fazer um trabalho, por meio de entrevistas, sobre esses sujeitos, que começaram o basquete de rua e que não possuem registro nem em jornais, muito menos em artigos científicos. Daí nossa difícil tarefa de dar-lhes visibilidade e de saber que essa manifestação esportiva já vinha sendo praticado antes de 2005. Quando questionado sobre a origem do basquete em Fortaleza, o entrevistado, identificado com codinome de José, relata:

[...] onde eu moro, na verdade a gente começou a praticar o basquetebol, na verdade na época não era chamado basquete de rua, era basquetebol mesmo, pelas necessidades que a gente tinha de não ter acesso a clube, por ser muito distante, muitas vezes não ter a própria condição de ir sozinho pra um clube, tudo se concentrava na Beira-Mar, Aldeota, e se juntou um grupo de amigos mais ou menos em 1992 e a gente na verdade começou a praticar colocando uma tabela pequena em um poste em uma rua asfaltada, a gente jogava ali de manhã, meio-dia, muitas vezes descalço, e aquilo pra gente era na verdade pura diversão. E depois de um certo período a gente passou ter a necessidade de passar para um lugar maior pra que pudesse abranger mais pessoas. Foi quando a gente partiu para a praça do Conjunto Beira Rio, na verdade era um local de prática de patins e tinha um espaço de 12 metros, 15 metros, e a gente vislumbrou ali um lugar pra jogar 3 contra 3, e aí juntamos o pessoal, a galera, e fabricamos as primeiras tabelas com umas linhas, linhas de madeira, de telhado, fizemos a tabela, confeccionamos o aro, mandamos fazer, e colocamos a mão na massa e colocamos no lugar e foi quando começou (Entrevista José).

Nessa exposição, é possível identificar que a atividade surge a partir da necessidade de se ter um local apropriado para sua prática. A rua, neste sentido, torna-se um espaço de lazer e esporte, adequando e preparando seu ambiente para o basquete de rua, e este ganha um sentido diferenciado, o qual foi abordado no capítulo anterior. Nas palavras de José, a rua é entendida como um espaço de lazer: na ausência de equipamentos para tal finalidade, adapta-se o local para a prática do esporte.

É interessante notar que, nos espaços urbanos, principalmente nas periferias, os cidadãos, muita vezes, são desprovidos de direitos básicos – neste caso, de equipamentos e de espaços de esporte e lazer. O crescimento desordenado fez com que as políticas públicas não chegassem até esses locais, provocando, em consequência, o aumento da desigualdade social e da pobreza, especificamente da população negra.

Sendo assim, os estudos de Marcelo Paixão, destacados por Gomes (2010), ressaltam que os negros formam a maior parte da população que é privada do acesso aos serviços públicos, e são eles os que mais sofrem com o drama da pobreza, da violência urbana, doméstica e policial. No racismo à brasileira, segundo ele, tais aspectos são normais – pelo

menos para a população negra. O modelo brasileiro de relações raciais consagra e eterniza as disparidades entre brancos, negros e indígenas em nosso país.

Tal apreensão nos remete a Cunha (2007), quando se refere às periferias como espaços urbanos segregados, de concentração de desigualdades sociais, onde há pouca intervenção de conhecimento técnica e também ausência de políticas públicas específicas e direcionadas. Como decorrência desse processo, a comunicação permanece restrita com as demais áreas urbanas.

Diante dessa perspectiva, o basquete de rua assume um papel fundamental: torna-se um dos elos de comunicação, ligação e socialização das periferias. Voltando a falar do surgimento do basquete de rua em Fortaleza, outros guetos se organizavam, de acordo com a fala do entrevistado João:

E a história do basquete de rua em Fortaleza se inicia em 1990, num bairro aqui de Fortaleza chamado Beira Rio que, ainda até hoje a estrutura de prática de basquete de rua lá é a mesma. Em duas tabelas colocadas em uma praça, em chão batido [...] Em 1992 foi onde bombou na mídia a prática de basquetebol, ai foi que as coisas começaram a efervescer nas periferias, então cada um foi usando a sua maneira, a sua forma como praticar o basquetebol, como desenvolver um basquete parecido como o que os americanos desenvolviam nos EUA [...] E ai surgem comunidades como o Prefeito José Walter, no centro de cidadania através de um movimento chamado All Star e que até hoje é o grande celeiro do basquete de rua no estado do Ceará. [...] Lá nos deu a vontade e a iniciativa de criar um projeto no Conj. Ceará também, que pudesse através desse esporte fazer a inclusão de jovens, mas meio que desorganizado, tudo era meio desorganizado, era mesmo só na vontade de fazer as coisas acontecerem. E ai surge a prática do basquete de rua também no Conj. Ceará através do movimento organizado Hip Hop do Brasil. Eu me lembro que a primeira equipe eu tomei um susto, que o cara que tocava, na época eu nem sabia o que era Dj, o cara que tocava era um jogador de basquete, o cara que cantava também era jogador de basquete, o que dançava também era jogador de basquete, e eu “que diabo é isso então né?”. Os caras fazem outras atividades e jogam basquete. [...] em 1993, a primeira equipe de basquete de rua organizada que eu já tinha visto, que foi o MH2O.

É possível perceber, a partir dessa fala: primeiro, a concordância sobre a origem do basquete de rua em Fortaleza com as entrevistas de José e de João – ambos disseram que o esporte foi iniciado no bairro Beira Rio, na década de 90; segundo, aparecem no relato acima as primeiras aproximações do basquete de rua e a cultura *hip-hop* – segundo o entrevistado, data-se de 1993 sua organização. Em Fortaleza, temos alguns locais onde a prática do basquete de rua é permanente, com horários e dias estipulados. São eles: Conjunto Polar, Praça do North Shopping, Conjunto Ceará, Henrique Jorge, Beira-Mar, Ginásio Paulo Sarasate, Praça da Argentina, CUCA da Barra do Ceará, quadra do Dragão do Mar.

Pelo relato, evidencia-se a conexão do basquete de rua com a cultura das ruas – diferentemente da entrevista de José, que não apresentou essa intervenção do *hip-hop*. Inicialmente, buscou-se espaço e equipamentos adequados para a prática do basquete de rua, no sentido literal da palavra. Quando João retrata os outros guetos, estes têm referência com a cultura *hip hop* – inclusive, ele conheceu o movimento hip-hopista por meio do basquete de rua. Nas palavras de Cunha (2003, p. 2), o *hip-hop* é entendido como:

[...] um dos setores deste universo e complexo movimento sociais de maioria afrodescendente, realizou a utopia de acesso e diálogo com as grandes massas populares dos bairros, dos de trabalhadores e desempregados. Restando a realizar ainda, para todo o conjunto das diversas versões de movimentos de maioria afrodescendentes, um projeto político para o Brasil sinalizado pela expressão política da cultura e do povo afrodescendente. O *Hip Hop* talvez tenha dado o modelo, o caminho desta consciência propositiva, questionadora, e analítica da grande política, sem deixar a expressão própria afrodescendente urbana de bairro de fazê-la.

O entrevistado João também ressalta a desorganização em torno dessa manifestação esportiva: os praticantes existiam, porém o que faltava, naquele momento, era os praticantes do basquete de rua se organizarem em busca de melhorias e para suprir as carências desse esporte. E ele ainda relata:

[...] E essa nossa relação com o basquete de rua que a CUFA implantou em todo o Brasil e hoje internacionalizou com a Liga Internacional de Basquete, na verdade ela veio legitimar e organizar um discurso que já existia, da juventude das periferias em Fortaleza, no estado do Ceará. A CUFA trouxe para toda essa massa um conhecimento da inclusão do negro através do esporte, que até então ninguém sabia que nós protagonizávamos políticas públicas de juventude através uma manifestação de movimentos, e ela veio nos trazer essa formação política, esse conhecimento, dos movimentos de organização sociais e fez com que a gente melhorasse nosso discurso, organizasse esse discurso, legitimássemos a prática desse discurso, e passássemos a ocupar espaços que até então são desprezados pelo poder público. E transformar esses lugares estigmatizados em carisma. Esse foi um dos grandes divisores de água do basquetebol cearense. E nos trouxe essa visão que até então nós não tínhamos, nós éramos um bando de jovens alienados, praticantes da atividade de basquetebol de rua, mas não tínhamos uma organização, não sabíamos até onde essa prática influenciava a sociedade, até onde a gente podia levar a prática dessa atividade como política pública (Entrevista João).

Ainda sobre este aspecto, José fala:

[...] foi que eu comecei a ver os garotos já, também pela influência da própria CUFA, dessas coisas dos EUA, aí sim eu comecei a ver e ter esse interesse. Você vê os garotos jogando diferente, vê querer fazer malabarismo, fazer coisas diferentes. Sair um pouco daquele nosso tradicional basquetebol de quadra, que na verdade era o que era jogado, era o basquetebol jogado na rua, mas não era o *street* que é agora

de algum tempo para cá.

Os dois relatos estão em consonância, quando relacionam a CUFA na legitimação do basquete de rua em Fortaleza, já que foi essa instituição que organizou nacional e internacionalmente o esporte. José ressaltou a nova forma de se jogar basquete, saindo da padronização e mecanização dos gestos técnicos e dando lugar ao improvisado, à brincadeira e à flexibilização nas regras nas quais o basquete de rua se encaixa.

A exposição do João se evidencia no momento em que a CUFA trouxe a conscientização e a formação política para além do basquete de rua. O esporte foi uma estratégia encontrada pela instituição para discutir e refletir sobre a realidade. Ele fez com que essa parcela da população, desassistida de direitos e políticas públicas, se entendesse enquanto cidadãos – principalmente os negros, que são vistos como não cidadãos pela sociedade racista.

Ainda na sua exposição, percebe-se o esporte para além da prática, podendo ser compreendido como um espaço de orientação política, identitária e cultural, em consonância com o documento da CUFA (2008), o *Manual do basqueteiro*. O documento considera o basquete de rua como uma manifestação esportiva, com compromisso cultural e social, que vem proporcionando aos jovens amantes da cultura urbana a relação que transforma esse comportamento em um polo de comunicação entre os jovens negros da periferia.

Nas palavras de João, esse processo foi o divisor de águas do basquete cearense, quando a CUFA traz para a quadra o debate da questão racial, política e identitária. De acordo com a sua fala, os jovens, principalmente os negros, passam de alienados para conscientizados: esse foi, naquele momento, o legado deixado pela CUFA. Ainda conforme seu relato, esse discurso já existia, pois a CUFA teve um papel fundamental na organização da sua prática e do conhecimento sobre o basquete de rua.

De acordo com o Coletivo de Autores (1992), o esporte, como prática social, deve ser analisado nos seus diversos aspectos, pois, sendo um fenômeno resultado de uma produção histórico-cultural, subordina-se aos códigos e significados que lhe são impressos pela sociedade capitalista e racista.

A partir desse pressuposto, remetemo-nos a Duarte (2010) sobre o basquete de rua, como um bom exemplo de atividade fora dos muros da escola e que tem uma aceitação e pertencimento por parte da juventude negra, sem fazer exclusão e restrição de ninguém e de

nenhuma classe social. Entretanto, não há uma essência ao se jogar basquete de rua, pois:

O basquete de rua dá ao jogador a liberdade de criar e improvisar jogadas espetaculares onde são valorizadas, principalmente a habilidade e a criatividade de cada atleta. [...] modalidade comum nos EUA, os rchas ou peladas podem ser jogados em qualquer praça ou rua do país sempre embalado pelo *Rap* (LUB, 2006).

Em consonância com o marco teórico, a fala de João compreende o basquete de rua como um espaço de tomada de consciência, de criticidade, de educação e de problematização sobre a realidade que está posta, em particular a da população negra.

Tal apreensão vem de encontro aos achados na pesquisa de campo, em que, apesar de o basquete de rua ser um espaço de grande potencial, como foi visto no aporte teórico e também nas falas dos entrevistados, a CUFA-CE não explora esses locais de maneira adequada e pedagógica, principalmente no que tece à formação de base.

No entanto, durante as entrevistas, pude perceber que as lideranças da CUFA-CE possuem uma formação política, social e racial que vem da cultura *hip-hop* e do *rap*, consolidando a afirmação das suas identidades enquanto negros. Porém, é importante salientar que nas escolinhas de basquete de rua da CUFA-CE observadas (Barroso e Sobral) e nas falas dos entrevistados percebeu-se que a formação de base fica desprovida do acesso do conhecimento – como relatou João –, deixando o povo negro à mercê do senso comum. Diante disso, o mais intrigante é que não se há um cuidado e uma preocupação com a formação de base, com os participantes das atividades. Consequentemente, a constituição de lideranças, por parte da instituição, fica comprometida, o que pode prejudicar a composição do quadro de pessoas da CUFA-CE.

É necessário compreender o esporte como um espaço de formação. Contudo, este não está sendo utilizado como deveria nas bases pesquisadas, e apenas é aproveitado para a prática do basquete de rua, sem uma intervenção pedagógica que possibilite a reflexão e a transformação social, política, racial de seus participantes.

Quando questionado sobre a questão étnico-racial entre o basquete de rua e seus participantes no seu surgimento, no bairro Beira Rio, ele relatou: “É, na verdade na época que a gente começou a praticar realmente a grande maioria, acho que 90%, eram brancos. Você fala negro, está envolvido também a mistura, né, não somente o negro, negro né, na verdade acho que 90% era brancos que praticavam” (Entrevista José).

Pelo relato, percebe-se que, inicialmente, prevalecia a população branca na prática do

basquete de rua em Fortaleza. Um tanto intrigante esse dado, pois mais da metade da população da nossa cidade é composta por negros. No entanto, não podemos esquecer que o basquete nasce de uma matriz elitista branca, como foi visto no capítulo anterior. É um esporte relativamente caro, quando comparado a outras modalidades, como o atletismo, futebol, entre outros. Portanto, o basquete de rua adaptou desde as regras até a forma de se jogar. Nesse sentido, por meio das atividades proporcionadas pela CUFA, houve uma ampliação do conhecimento e da aceitação do basquete de rua por parte das favelas atendidas, pois, mesmo não existindo espaço adequado para sua prática, os jovens se auto-organizaram. Adaptou-se o local, e essa manifestação esportiva tornou-se mais uma opção de lazer e de inclusão do ser negro, principalmente.

Ainda na entrevista de José, quando diz: “você fala negro, envolve também a mistura, né, não somente o negro, negro”, nota-se o receio e o cuidado ao se referir à questão racial, ainda muito presente nos dias atuais, como se “negro” fosse uma ofensa, uma agressão e que o ideal fosse amenizar, chamando-os de “moreno” e todos os derivados (moreno cor de jambo, moreno claro, entre outros) – que é menos doloroso do que a afirmação de se ser negro.

A “morenização” da população cearense dificulta o seu reconhecimento e a conscientização e afirmação da identidade enquanto negro. Segundo Sodré (1999), a identidade é formada pela convergência da história individual com a do grupo onde se vive. Ela se dá pelo reconhecimento de um “outro”, que o classifica socialmente. Geralmente, carrega consigo simbolismos, estigmas e rotulações, na maioria das vezes de cunho negativo, principalmente em torno da população negra.

Em conformidade com o estudo de Gomes (2009), a identidade negra é uma construção pessoal e social e é elaborada individual e socialmente, de forma diversa. Daí a importância de termos referências positivas, no que concerne à imagem e ao lugar ocupado pelo negro na sociedade, quer seja na televisão, na família, na escola, no esporte, na música, entre outros.

Com efeito, nota-se nas falas dos entrevistados a influência da CUFA na organização do basquete de rua e no discurso dos pretos da periferia. Entretanto, a CUFA-CE apresenta um diferencial, que foi fundamental na sua consolidação no cenário nacional, tanto na forma de se jogar e organizar o basquete de rua, por meio da LIIBRA, quanto na população atendida, que

é, prioritariamente, negra. Para tanto, o basquete de rua ultrapassa as ruas, como expõe Francisco:

[...] O cara pensa que ali nós estamos fazendo apenas o basquete de rua, mas nós estamos fazendo a valorização dos pretos, nós estamos gerando economia, visibilidade, botando os meninos da favela num negócio que até então era de elite, só os *playboy* que tinham acesso as quadras para treinar e hoje nós já temos gente da favela pra cacete praticando, então nós estamos construindo mercado, visibilidade com isso. Tudo ao mesmo tempo junto, são várias coisas ao mesmo tempo [...]

É interessante notar na fala do entrevistado que, ao mesmo tempo, a CUFA legitima o basquete de rua por meio da LIIBRA. Esse evento, ainda nas palavras de Francisco, movimenta o espaço urbano – a favela – em torno do consumo; ou seja, por meio do esporte, a economia local também é gerada. Nesse sentido, a população negra é alvo da sociedade, que os entende como novos consumidores.

Reportamo-nos a Sodré (1999), que ressalta o olhar da mídia, que já está em todo lugar, seguindo padrões estereotipados, discriminatórios e racistas, especificamente em relação à população negra.

Porém, deparei-me com outra realidade ao observar a LIIBRA 2011 etapa municipal, que aconteceu nos finais de semana de agosto e setembro de 2011, em Fortaleza. Em relação aos locais/espacos escolhidos para realizar a competição da LIIBRA, nenhum tinha qualquer ligação com a CUFA-CE. As etapas que eram classificatórias foram realizadas nas quadras da Beira-Mar, Henrique Jorge, Conjunto Esperança, e a final foi realizada na arena do Parque do Cocó. Em todas as etapas classificatórias, em Fortaleza, das 21 equipes inscritas, não foi encontrado nenhum participante da base do Barroso. Já na etapa de Sobral, 30 equipes se inscreveram na LIIBRA; no entanto, não houve participação dos alunos da escolinha de basquete de rua da CUFA-Sobral.

Tal situação me fez perceber que as escolinhas de basquete de rua da CUFA-CE não são preparadas para participar da LIIBRA. Com isso, essa competição assume um papel de visibilidade do esporte e da instituição pela mídia local, principalmente, que aproveita esse espaço para a espetacularização dos pretos e da favela. Porém, as bases pesquisadas (Barroso e Sobral) que constituem a CUFA-CE não usufruem desse espaço. Creio que isso ocorra pelo número de participantes não ser suficientes para compor um time e por não possuírem incentivo para participar da LIIBRA.

Por isso, faz-se necessário ter um olhar mais cuidadoso com as bases da CUFA-CE, no que se refere à construção da LIIBRA, estimulando tanto a preparação quanto a participação das escolinhas do basquete de rua da CUFA-CE. É preciso tê-las como prioridade, pois não se justifica fazer uma competição em nível nacional e internacional, como a LIIBRA, se quem a organiza – neste caso, a CUFA-CE – não possui representatividade e legitimidade em relação ao basquete de rua em suas bases.

Por um lado, há a visibilidade do esporte, em consonância com a fala do entrevistado. No entanto, existe um distanciamento do discurso e da prática. Explicando melhor, a visibilidade não é suficiente para superar as rotulações e os estigmas impregnados, principalmente na população negra. A conscientização e revalorização da identidade por meio do esporte podem ser entendidas como caminhos possíveis para uma nova visão de mundo, de empoderamento e de transformação social, cultural e racial dos negros da periferia. Quando questionado sobre a presença das mulheres no basquete de rua, João ressaltou:

[...] vem uma crescente, principalmente a partir de 2004 houve uma maior procura das mulheres pela prática do basquetebol, especificamente as negras, porque quando elas começaram a se sentir mais em casa, vamos dizer assim, porque rapidamente ela se identifica com a música que está atrelada a prática do basquetebol de rua [...] Então a mulher negra começa daí a cultivar a vontade de e buscar com maior frequência a prática do basquetebol. [...] Essa questão numerológica da inclusão das mulheres vem em uma crescente, em torno hoje no Brasil, de sete a oito mil. “Pô, como você vai saber disso?” A gente tem 27 estados, cada um tem a responsabilidade de fazer a sua seletiva. E aí, pelo número de equipes inscritas você começa a identificar o número de atletas participantes dessa questão, porque na regra diz que tem que ter no mínimo quatro, que a disputa é sempre de 4 contra 4, e no máximo 6, mais uma técnica. Então você junta a quantidade de equipes, com a quantidade de atletas, e com a técnica incluso, que normalmente a gente faz essa numerologia, dá em torno de 7 – 8 mil mulheres praticantes hoje no Brasil. Aí você pega esse número e divide pelas 27 capitais, dá uma média aí bacana.

Nessa exposição, é possível destacar o crescimento no número de mulheres que praticam o basquete de rua. Entretanto, há uma imprecisão quanto à questão étnico-racial, visto que, de acordo com a fala de João, não se contabiliza quantas dessas participantes são negras. Creio que, no ato da inscrição da LIIBRA, não se tem como fazer a opção racial; por isso, a identificação de quantas mulheres negras participam desta competição fica indefinida.

Diante dessa situação, durante as minhas observações da LIIBRA-Ceará, identificamos quatro equipes femininas participantes, tanto na etapa de Sobral quanto em Fortaleza. Já nas duas bases de basquete de rua, na época da pesquisa, não foi identificada a

participação de uma mulher sequer na base da CUFA-Sobral. Ainda no site da escolinha do Barroso, há referência de algumas jovens no início das atividades do basquete de rua naquele bairro; porém, durante as observações, não houve a presença de mulheres.

No site da LIIBRA – www.libra.com –, chamou-me a atenção um campeonato dentro da LIIBRA chamado Divas da Rua, que consiste em disputas individuais de basquete de rua entre as mulheres, envolvendo as melhores nos quesitos: improviso, *movies* e malabarismo com a bola. Ressalta-se a preocupação com a participação das mulheres, ao pensar numa disputa só entre elas. Essa iniciativa da CUFA eleva a autoestima das mulheres, principalmente a das mulheres negras. Entretanto, esse campeonato não aconteceu na CUFA-CE – pelo menos durante a pesquisa não houve essa disputa.

Na fala de João, a popularização do basquete de rua pelas mulheres acontece de forma lenta, mas vem acontecendo num crescente. Creio que tal fato aconteça devido à difusão desse esporte pela mídia não ser frequente como a do futebol e do vôlei, que os tornou como os esportes mais populares do nosso país, devido à sua veiculação constante, como nas transmissões dos jogos. A final do basquete de rua da CUFA nacional geralmente é transmitida, porém em canal fechado, não sendo difundida entre a massa, e o desconhecimento desse esporte fica evidente para a maior parte da população da periferia. Outro fator que contribui na difusão lenta do basquete de rua, principalmente entre as mulheres, consiste na falta de espaço público adequado para sua prática, já que a periferia carece de equipamentos apropriados de lazer. Por mais que o basquete de rua tenha por objetivo o improviso, inclusive do espaço físico, os próprios participantes ficam desestimulados e acabam desistindo do esporte.

Em seguida, apresenta-se a análise das repercussões e da constituição da identidade negra, considerando os participantes das bases do basquete de rua do Barroso e de Sobral, da CUFA-CE.

C. Identidades: pelos outros e por elas mesmas

Ao discutir a construção da identidade negra pelos alunos, nas bases do basquete de rua da CUFA-CE, traz-se à tona a necessidade de se conhecer os princípios e os mecanismos utilizados na sua constituição.

Nesse novo cenário político, a CUFA, enquanto um MSU, possibilitou a ampliação na discussão acerca das políticas urbanas nas periferias e das relações étnico-raciais, determinando um novo modelo de democracia e de cidadania, o que proporcionou a visibilidade, pela sociedade, de novas identidades políticas. Entretanto, deve-se atentar para o fato de a CUFA ter adquirido uma consolidação nacional e um novo status, por meio da sua luta no combate às desigualdades sociais e raciais. Nesse sentido, e segundo seus documentos, a organização optou pelo protagonismo e pelo empoderamento, principalmente da juventude negra da periferia. Para tanto, a constituição de uma identidade positiva enquanto negro torna-se preponderante para que esse objetivo seja alcançado.

Com base nisso, apresenta-se, a partir das falas dos alunos do basquete de rua, como se constitui e é constituída a identidade negra, visto que, segundo Gomes (2003), entre as múltiplas identidades sociais que os negros constroem, a identidade negra é uma delas.

Na tentativa de saber a história de um participante do basquete de rua, questionou-se sobre como eles conheceram esse esporte: “Assim, eu não me interessava muito em jogar basquete, era só futebol mesmo, aí, através dos meninos que me chamaram, que jogavam, eu me interessei e tô indo jogar com outros meninos” (Entrevista de Bruno).

O entrevistado relata que não conhecia o basquete de rua e que foi por intermédio dos amigos que soube da existência do esporte. Antes, apenas jogava futebol. Podemos perceber que essa é uma história comum no cenário periférico brasileiro e uma realidade no Brasil, visto que o futebol é tido como paixão nacional. A massificação desse esporte tornou-o o mais praticado no nosso país, e a ajuda da mídia possibilitou a sua consolidação no cenário nacional e internacional. Já noutro relato:

Eu não era muito de praticar basquete e tudo. Eu sempre tive aquela paixão, mas nunca conheci ninguém [...] Aí um dia cheguei lá no Pedrinho, que era o organizador de lá, que tinha as tabelas, aí perguntei “e aí, parceiro, como é que faço pra jogar basquete e tal?”. Ele disse que era só chegar nas terças-feiras e sábado à noite que tem basquete e tudo. Aí eu, beleza (Entrevista de Alex).

A fala de Alex traz outra realidade, presente na maioria das áreas periféricas: a falta de espaço público para o esporte e lazer, a ausência de equipamentos adequados e de qualidade para prática de outras modalidades para além do futebol. Como foi salientado em sua fala, havia uma pessoa responsável por organizar o basquete de rua. O que se entende no seu relato

quanto à utilização da rua, nesse sentido, é que ela é tida como um espaço de lazer, devido à carência de políticas públicas voltadas para as periferias da cidade. Pelo que se percebe, o esporte, enquanto um direito social, não é tratado e percebido como prioridade do nosso governo, tanto o municipal quanto o estadual. Interessante notar que a rua é uma boa estratégia de visibilidade, bem como os equipamentos públicos, sendo uma possibilidade de difusão do conhecimento de outros esportes – nesse caso, do basquete de rua.

A minha história no basquete de rua começou basicamente por acaso. Eu nunca gostei muito de futsal e tal, e como aqui no Brasil o futsal é bem mais valorizado do que qualquer outro esporte, eu não tinha incentivo pra nenhum esporte até então. Eu conheci a Praça do North Shopping e vi que a galera jogava basquete lá, basquete convencional. Aí eu comecei a gostar do basquete convencional, jogando, jogando, jogando, e conheci o meu parceiro Jacó. Quando eu vi ele jogando foi que eu conheci o basquete de rua. Eu vi ele jogando, mantendo dribles, movimentos, aí eu me interessei, eu queria saber o que era aquilo, saber tudo sobre aquilo, como que aquilo funcionava, como eu poderia jogar, como que eu poderia aprender (Entrevista de Júnior).

Essa fala do entrevistado Júnior comunga com a ideia exposta anteriormente. Nesse caso, diferentemente do anterior, a visibilidade por meio do espaço público – a praça – foi a forma pela qual ele conheceu o basquete. Ressalta-se que a praça citada pelo entrevistado não fica na zona periférica da cidade, localizando-se próxima a um dos maiores shoppings de Fortaleza. Podemos perceber o afastamento tanto do equipamento quanto do conhecimento do basquete de rua, daí a dificuldade da sua massificação e apropriação pelas camadas periféricas da população.

O conhecimento do basquete de rua pelos entrevistados deu-se de forma diferenciada, de acordo com as três falas. Percebeu-se, primeiro, a predominância e hegemonia do futebol como principal atividade esportiva das periferias. Acredito que tais fatores contribuem para sua preeminência, como a fácil adequação do espaço físico para sua prática, e, financeiramente, é um esporte mais acessível, sendo visto como uma das principais formas de ascensão social dos jovens da periferia. O segundo fator ressaltado pelos entrevistados foi a falta de espaço público para sua prática. Sobre esse aspecto, Cunha tece uma crítica (2003) ao falar da ausência de políticas públicas para os territórios de maioria afrodescendente, afirmando que ocorre o distanciamento da realidade, com a falta uma intervenção adequada. Nesse sentido, há persistência da pobreza e da desigualdade social, que, nas palavras desse mesmo autor, são fatores basilares de dominação e estagnação social, consequentes do

racismo.

Outra consideração a ser feita é em relação à cultura *hip-hop*. Nas entrevistas com os participantes, percebi uma recorrência desse tema nas suas falas, direta ou indiretamente, pois foi por meio do *hip-hop* que começaram a despertar para a cultura da periferia e negra. Como afirma um dos alunos:

Quando eu comecei a escutar o *rap*, as letras de *rap*, conhecer o movimento *hip-hop*, tipo eu conheci assim os ícones do *rap*, comecei acho que como todo mundo, pelos ícones americanos e tal. Aí fui conhecendo, conhecendo e tal. [...] Conheci através das próprias amizades do basquete de rua. Os caras falaram “escuta esse som que esse som é da hora”. Aí escutava, gostei da batida, tentei buscar a letra e vi que algumas letras eram da hora (Entrevista de Júnior).

Diante desse relato, é importante considerar a influência do basquete de rua na descoberta do *rap* – um dos elementos que compõem a cultura *hip-hop* –, que, por meio de suas letras, retrata a realidade vivida nas periferias. Como fala o entrevistado, o ritmo teve como referência o *rap* americano, mas, na atualidade, o *rap* brasileiro é bem diferente dele, pois adquiriu uma nacionalização. Influenciado pela cultura local, pauta-se pela discussão de questões relativas à história, à identidade dos negros e à exclusão social. Temos exemplos de grandes nomes de *rappers* brasileiros, como o MV Bill, Gog, Racionais MC’s, entre outros.

Em consonância com o documento da CUFA, o *rap*, que tem origem no *hip-hop* e seus elementos, manifesta sua principal tarefa, de superação e transformação, sendo adotado um caráter politizado e crítico diante da realidade da negritude e da periferia. Evidencia-se, na fala de Júnior, que é partir do *rap* que ele se identifica com a realidade de onde vive. Porém, há de se questionar sobre qual realidade era problematizada – a americana ou a brasileira –, já que, em princípio, ele ressalta e evidencia sua identificação com o *rap* norte-americano. Já o entrevistado Bruno relata:

No começo assim eu comecei a fazer grafite, mas eu não gostei muito não, porque os outros têm muito preconceito assim, que é pichador de rua, não tem o que fazer, aí depois eu conheci o *break*, mas eu continuei fazendo, só que eu parei porque infelizmente a escolinha acabou. Mas passou uns anos e eu conheci o basquete de rua, aí estou aqui fazendo.

Podemos identificar, nas suas palavras, que a prática dessas atividades, na verdade, foi uma alternativa, e não uma opção – ele deixou o *grafite* de lado por sofrer muito com o preconceito. Interessante notar que não é apenas o *grafite* que sofre com as práticas preconceituosas da sociedade. De uma forma geral, a própria cultura *hip-hop* traz consigo

simbologias e significados de empoderamento e conscientização, tanto da periferia quanto da negritude, quer seja na forma de dançar (*break*), pintar (grafite), cantar e rimar (*rap*), até mesmo no jogar (basquete de rua). Ela sofre com a falta de conhecimento da sociedade, que insiste em apontá-la como algo negativo; ou melhor, passa a estigmatizar e rotular negativamente as pessoas que se apropriam da cultura hip-hopista.

Já quando Bruno relata “*break* acabou a escolinha”, é importante ressaltarmos que, financeiramente, a CUFA, assim como muitas outras que se consideram ONGs, possuem articulações e parcerias tanto públicas quanto privadas, e também internacionais, que são essenciais para o funcionamento das atividades – por isso a descontinuidade do *break* falada pelo participante. Portanto, há uma dificuldade na permanência de atividades sistemáticas com um planejamento em longo prazo, pois existem barreiras no campo burocrático e financeiro. Por isso, a CUFA, enquanto negros em movimento (de acordo com as suas falas), está em diálogo com as várias esferas – municipal, estadual e federal – ,em busca de verba e financiamento para o funcionamento dos núcleos de base e o andamento da própria organização.

Chama a atenção que, diante desse cenário do *hip-hop*, presente nas falas dos entrevistados, há, segundo Cunha (2003), uma constatação do conhecimento e da cultura dos moradores do bairro, em contraposição ao conhecimento dos que estão fora dessa área. A periferia, nesse sentido, constitui-se como uma microssociedade, com sua história, cultura, identidade coletiva, entre outros.

Outro aspecto considerado foi a alternativa da prática do basquete de rua no bairro, como percebemos nas falas dos entrevistados abaixo:

[...] Porque antes eu ficava em casa sem fazer nada, era só dormindo, no computador, saindo à noite, fazendo o que não devia, aí quando eu conheci o basquete de rua eu aprendi a ter mais responsabilidade, acordar cedo, conhecer pessoas novas, pessoas de respeito, de caráter, não conhecer pessoas que estavam me ligando por mau caminho de certa forma, das drogas, das armas (Entrevista de Alex).

Eu antigamente ficava mais assim no meio da rua, perdido aí, sem fazer nada, agora tem um tempo pra se ocupar, né. Pra não querer se misturar com as amizades aí, más influências... (Entrevista de Bruno).

Essas falas evidenciam o basquete de rua como uma ocupação do espaço ocioso, tirando-os da rua. Esse é o primeiro olhar lançado para as atividades desenvolvidas no âmbito

das zonas periféricas. Geralmente, o esporte, visto nessa perspectiva, passa a ser considerado como solucionador de todos os problemas existentes nas periferias, muitas vezes esquecidas pelo poder público. Na verdade, creio que a periferia é tão destituída de direitos e serviços de qualidade que, quando é desenvolvido algum projeto, os habitantes dos bairros o enxergam como um favor, e não como um direito pelo qual eles têm de lutar. Ainda há a ideia do favor, não tendo consciência da sua própria cidadania. Portanto, não devemos desconsiderar o fato de que o basquete de rua, de acordo com as falas dos entrevistados, retirou-os da rua; afinal, a ausência de políticas públicas persiste nessas áreas da cidade, perpetuando a desigualdade social e racial.

No entanto, os entrevistados não tecem críticas no que diz respeito ao espaço do basquete de rua, entendendo-o apenas como uma opção de esporte, e não um lugar de formação política, identitária, racial. Já o entrevistado Júnior relata:

Há algum tempo atrás tinha conseguido um patrocínio e tal, aparecendo em entrevistas na TV, rádio, jornal e tal, aí eles começaram a ver que eu posso crescer com o basquete de rua. E hoje em dia eles veem que isso pra mim pode ser uma mudança, pode me tirar da favela, da rua, pra uma vida melhor, tipo ganhar uma grana, porque todo mundo sonha em crescer na vida, e esse é meu sonho também, crescer na vida através do basquete de rua. Até porque eu sei que se talvez eu não tivesse encontrado o basquete de rua, hoje em dia eu talvez não poderia estar aqui, talvez eu poderia estar preso, talvez hoje em dia eu poderia estar, sei lá, nas ruas vivendo como mendigo e tal, as influências que eu sofria na época e que meus pais não sabiam.

De acordo com a fala exposta, percebe-se que a identificação dele com o basquete de rua se constitui principalmente ao verem nessa atividade esportiva um meio de ascensão social e de sair da pobreza. Esse relato é muito comum quando nos referimos ao futebol como a única forma de crescimento e inclusão do jovem da periferia na sociedade, uma estratégia utilizada principalmente pelo esporte espetáculo, como vimos no capítulo três. Essa visão de ascensão por meio do esporte precisa estar esclarecida, com seus prós e contras. Na realidade, faz-se necessário investir na formação de base para que esse garoto, futuramente, não se decepcione com o basquete de rua e não saiba mais o que fazer, pois é isso que acontece com a maior parte dos garotos que almejam ser jogadores de futebol. Se não conseguem sê-lo, eles não sabem o que fazer mais da vida, pois não existe uma preocupação no sentido de haver outra opção além de ser um profissional do futebol, o que ocasiona a desilusão desses jovens, que abandonam a escola, não possuindo outra perspectiva profissional, pois não enxergam

outra possibilidade para o seu futuro. Heringer (2002) afirma que, em meio às enormes desigualdades socioeconômicas, é difícil para a população negra compreender o porquê de tanta precariedade e de o acesso ser desigual entre pretos e brancos, como resultado do racismo da sociedade brasileira.

Daí a armadilha do esporte espetáculo e da mídia, que, aponta Duarte (2010), muitas vezes reproduz padrões eurocêntricos e racistas, sem a devida atenção para a diversidade. Nesse caminho, acabamos homogeneizando os indivíduos, a cultura, o conhecimento e o esporte.

Na tentativa de adentrarmos mais especificamente nas questões étnico-raciais, questionou-se sobre o estilo de se vestir no basquete de rua, tido como um forma de identidade, vista a partir do olhar das outras pessoas, como podemos perceber nos relatos abaixo:

Aí que se dá o exemplo do preconceito que a periferia existe. Quando eu ando com meu estilo largo, que ando com cabelo grande, meio *Black Power* na periferia, a galera diz “oh o doido, está usando as roupas do pai dele, oh maluco ali o que ele quer andando assim?”. Rola esse preconceito. Há um preconceito de achar que se você não tem cara de bandido, que se você não é bandido, você não é da periferia. Tem muita gente que vai discordar comigo, mas eu vejo que isso acontece sim. Não é pouco, é muito. Isso acontece sim, constantemente. Isso me deixa muito chateado. [...] tinha uma senhora querendo atravessar a rua com uma sacola cheia de compras, lotada assim, tipo ela mal estava conseguindo andar, uma senhora já de idade. Aí eu cheguei e perguntei a ela se ela queria ajuda, ela olhou pra mim e disse “saia de perto de mim, seu neguinho, você está querendo me roubar?”. Aí a gente esperando para atravessar a rua, ela vai atravessar a rua e cai, derruba todas as sacolas dela. Eu vou lá e ajudo a levantar tudo. [...] Mesmo assim eu continuei ajudando ela, ajudando ela a se levantar quando ninguém mais ajudou, e, quando ela se levantou, ela me perguntou: por que você me ajudou se eu tive preconceito com você? Aí eu peguei e respondi pra ela sem pensar: “A SENHORA AGIU CONFORME A SUA EDUCAÇÃO DE BRANCO, EU AGI CONFORME A MINHA EDUCAÇÃO DE NEGUINHO”. Eu não falei mais nada e eu acho que pra ela também não precisou falar mais nada (Entrevista de Júnior).

A fala do entrevistado evidencia uma realidade permanente, principalmente para a população negra que reside nas áreas periféricas da cidade. As rotulações e os estigmas negativos em relação ao negro ora são visíveis, ora são sutis, muitas vezes tido como sinônimo de algo ruim, o que se estende para toda a comunidade negra. Infelizmente, o preconceito é latente e recorrente. Quem nunca presenciou ações racistas e discriminatórias? São práticas que estão impregnadas na sociedade brasileira, que, diante dessa configuração, insiste na negação do racismo no nosso país.

Cunha (2003) afirma que a percepção do restante da sociedade sobre determinado bairro impõe vantagens e desvantagens sobre seus moradores. Ou seja, há uma homogeneização desses indivíduos, geralmente colocando-os no mesmo patamar de inferioridade, não considerando a pluralidade e diversidade existentes nas periferias e na população que nela habita.

Percebe-se, no relato de Júnior, que é tecida uma crítica ao modo como ele é tratado e visto pelo outro. No entanto, esse olhar lançado pelo outro não nega a existência de sua conscientização enquanto ser negro. Por isso, é preciso compreender como as práticas cotidianas, tanto na dimensão individual quanto na coletiva, vão influenciar no processo de construção da identidade – em particular, da negra. Não muito diferente da exposição anterior, vejamos o que retrata o entrevistado Alex:

É até meio que estranho quando eu estou passando com um calção extra largo, o calção na canela, a camisa na coxa, o kap meio grande, o cordão de prata, a pessoa olha, “ah, lá vai o louco”. Aí, se tu anda sem noção do que tu está fazendo, a galera vai ter um preconceito muito grande pra tu. Um dia eu estava passando na minha rua, aí eu passei com o calção, a camisa, uma bola de basquete: “ei, vai dormir onde com essa camisola, essa camisola extra grande?”. E eu na minha. Que a pessoa não sabe da coisa que ela está falando. [...] Já chegaram a falar assim pra mim: “que roupa é essa, pra que isso?”. “Não, cara, é porque eu vou jogar”. “E precisa de uma roupa desse tamanho?”. “Não, porque a cultura é assim e tal, a galera tem que se vestir assim, porque é até maneiro” (Entrevista de Alex).

Já nesse caso, chama-se a atenção para a compreensão do preconceito, porém não há reação por parte do entrevistado, que prefere não rebater. Mesmo por meio de brincadeiras, o racismo aparece de forma naturalizada, como algo normal. São tratados como fatos de pouca importância, mas que interferem na formação identitária do indivíduo. Por isso, quando Alex opta por não reclamar, e afirma que é da cultura do basquete de rua esse modo de se vestir, ele não percebe que há um viés racista por trás dessas brincadeiras, que passa a ser uma pessoa que carrega estigmas e rótulos, por aderir uma vestimenta diferenciada. A cultura também responde pela identidade. Nas palavras de Sodré (1999), o que experimentamos de uma cultura é a variedade de repertórios, onde se embatem simbolizações e hábitos. Mas, por meio dela, as identidades podem ser reconhecidas, como, por exemplo, a cultura do *hip-hop*, do basquete de rua, o movimento das favelas entre outros. “Eu sinto que falta mais conhecimento para eles. É a cultura que uma pessoa tem na cabeça dela que leva ela a olhar daquela forma. Eu acho que falta mais conhecimento” (Entrevista de Fátima).

Na entrevista, Fátima, aluna de Sobral, tece uma crítica à falta de conhecimento por parte dos indivíduos preconceituosos. É uma explicação bastante plausível, visto que as práticas racistas consistem num desconhecimento da herança cultural, histórica e intelectual da população negra. Segundo Cunha (2008), uma das estratégias das ideologias racistas tem sido a negação e o silêncio, na tentativa de encobrir o que não se quer ver e o que não se conta.

É interessante notar que a omissão da história do povo negro faz parte da cultura racista. Na maioria das vezes, ela é contada a partir do olhar eurocêntrico, que, na tentativa de negá-la, acaba construindo uma identidade com ideais de branqueamento – ou seja, autodiscriminação. Daí a dificuldade na formação e afirmação da identidade negra, em meio a uma sociedade baseada em valores hegemônicos brancos tidos como racialmente positivos.

As três falas evidenciam o olhar do outro lançado para o modo de se vestir, que também faz parte do processo de construção identitária do indivíduo – às vezes de maneira negativa. De acordo com Sodré (1999), a clareza ou a brancura da pele persiste como marca simbólica de uma superioridade imaginária, atuante em estratégias de distinção social ou de defesa contra as perspectivas “colonizadoras” da miscigenação. É uma inclusão perversa e diferenciada da população negra, por meio da desigualdade de oportunidades e do acesso aos serviços públicos.

Quando questionados sobre a relação dos alunos com a questão étnico-racial e sobre como eles se autodefiniam, a autoafirmação da identidade negra dos praticantes do basquete de rua não levou em consideração apenas os aspectos raciais, mas as experiências de vida e as formações, como ressaltado nas falas abaixo:

Sim. Pela cor e pelos meus pensamentos mesmo. Entendeu? É o pensamento forte, teorias fortes que me levam a crer que isso é de pessoas que são negras (Entrevista de Fátima).

Eu digo que eu sou negro, pra qualquer forma eu digo que eu sou negro, porque eu represento a cultura negra, eu represento o movimento negro. E se eu represento uma coisa eu tenho que ser aquela coisa. Eu prefiro encarar a realidade e ver que as pessoas têm preconceito comigo do que viver em uma mentira e acreditar que eu sou uma coisa que eu não sou. Pra mim eu sou preto, pra mim eu sou negro. Não importa o que digam de mim e o que falem de mim, eu sei que eu sou negro (Entrevista de Júnior).

Nas falas expostas, verifica-se que os dois foram enfáticos e objetivos ao se autodefinirem enquanto negros. Pude perceber, durante as entrevistas, que eles possuem uma

conscientização em relação à sua identidade negra. Além dos seus traços físicos serem presentes, as suas histórias de vida foram marcadas pelos preconceitos e discriminações; entretanto, contribuíram a partir de seus relatos para que os entrevistados se percebessem e se constituíssem positivamente como negros. Em concordância com a visão de Sodré (1999), a identidade negra aparece na história a partir da discriminação cultural operada por indivíduos e grupos de cor clara. Já no relato abaixo, temos:

Hum... Eu não sou tão negro assim, eu sou meio que moreno (risos). Tipo pra mim eu tenho orgulho de ser negro [...] Sim, por dentro me considero perfeitamente negro. Por fora posso até ser amarelo aqui, mas por dentro eu me sinto um negro, perfeitamente negro (Entrevista de Alex).

Nessa fala, há uma contradição: ao ser questionado sobre sua autodefinição, primeiro ele afirma ser moreno; logo após, expõe que se orgulha de ser negro; depois, conta que, por dentro, se sente negro. Um tanto confuso na sua resposta, nota-se que nele não há uma conscientização enquanto negro, ao titubear, parecendo que aquela pergunta nunca tinha sido feita, pois, ao responder, ele parou e olhou para sua cor, daí a razão para se afirmar como moreno, no primeiro momento. É importante esclarecer que, apesar de ter participado do movimento *hip-hop* e se identificar com as letras do *rap*, o entrevistado não adquiriu uma conscientização em relação à sua cor. De certa maneira, há uma romantização ao falar que ele é negro por dentro; no entanto, essa fala se relaciona, principalmente, às rotulações postas ao povo negro como sendo dócil, guerreiro, trabalhador e esforçado. Já a fala da entrevista de Júnior se identifica com o ser negro, a partir da sua história de vida e pelas suas reações contra as características que a sociedade racista impõe para a população negra, sendo ela a que mais sofre com os estigmas e rotulações.

Bom, assim, todo mundo tem, né, um pouco de negro dentro de nós... Acho que todo mundo se considera assim porque nós (?) africanos, né, acho assim, a cultura da África começou mais pelos negros, acho que eu tenho. [...] É. Uma parte dentro de mim, agora assim por cor racial não, né, mas assim dentro de mim sim (Entrevista de Bruno).

Nota-se na fala exposta um distanciamento do entrevistado e do outro, sendo “o outro” o negro, o africano, tratado como algo longe da realidade. Ele fica em dúvida quanto à sua autodefinição, que, como na entrevista de Alex, não possui uma consciência em relação à sua identidade negra. Ao afirmar que, por dentro, se considera negro, ele comunga com a fala de Alex. Portanto, há uma reprodução de discurso do que foi aprendido, desde cedo, sobre a

população negra, quer seja na escola ou mesmo fora dela, por meio do silêncio ou da negação da história afro-brasileira.

Em síntese, pode-se afirmar que a identidade negra na CUFA-CE é tratada de forma secundária, assim como nos núcleos de base de basquete de rua. Entretanto, pelas falas dos diferentes participantes, é possível considerar a ausência da discussão em torno da questão étnico-racial. O que foi construído em relação à identidade negra de alguns entrevistados aconteceu por meio de experiências vividas e de histórias pessoais. Por outro lado, identificou-se um não reconhecimento por parte dos participantes enquanto ser negro, que não se veem e não se entendem como tal.

Pelo exposto, pode-se apontar que a falta de uma intervenção pedagógico-racial, nas escolinhas de basquete de rua da CUFA-CE em Fortaleza e em Sobral, prejudica a constituição da identidade negra dos seus participantes. Não foi identificada, nas diferentes falas, referência ao basquete de rua como espaço de discussões e de debates relacionados à questão racial. Para tanto, a CUFA-CE é de suma importância para obtenção do protagonismo da juventude negra da periferia (de acordo com as suas falas). Faz-se necessário investir na sua formação de base, isto é, nas suas mais diversas atividades, para a consolidação da identidade negra, especificamente na CUFA-CE.

Considerações finais

Munanga (2009) diz que não haveria outro combustível na formação da identidade negra a não ser as relações políticas e sociais. Não podemos, portanto, desconsiderar sua história escrita ou oral, bem como sua memória. A construção da memória da população negra brasileira, como o autor relata, gera um sentimento de pertença a determinada coletividade, passando a fazer parte do imaginário tanto pessoal quanto coletivo, e constitui o objeto deste estudo. Para tanto, tivemos como problema de pesquisa a seguinte questão: como é – e se é – constituída a identidade negra da/o aluna/o do basquete de rua da CUFA-CE?

Essa análise implicou procurar compreender a consolidação da CUFA no País enquanto uma organização que tem como pauta a questão do ser negro, levando conhecimento e se organizando em torno das suas necessidades. A organização busca afirmar a conscientização e o empoderamento desses sujeitos em torno das questões étnico-raciais. Entende-se as novas demandas e pautas sociais como espaço de reivindicação para o surgimento de “novos” direitos, que contemplem as favelas, a cultura *hip-hop*, a das mulheres, a dos negros, entre outros. A CUFA ocupa papel central na redefinição das prioridades do Estado, trazendo para o centro do debate, das ações e das decisões políticas as demandas das favelas e da população negra, ressignificando sua maneira de organização coletiva e social. Daí a razão de compreender como os movimentos sociais se reorganizaram para contemplar as demandas do mundo contemporâneo.

No entanto, faz-se necessário atentar e refletir até que ponto essa sociedade civil emergente pode apontar para uma utopia democrática no Brasil atual, visto que estamos inseridos numa sociedade com um histórico de desigualdade e exclusão atrelado a serviços públicos precários, agravando a situação social das majorias, principalmente da população negra.

Vimos, portanto, que os movimentos sociais são fruto de uma realidade social. O alargamento do cenário político, com a redefinição da noção dos direitos, da cidadania e da sociedade civil, possibilitou e abriu espaço para que questões até então silenciadas e excluídas fossem debatidas e ficassem visíveis por parte do Estado e da sociedade.

No tocante à categoria “*negro em movimento*”, o grupo não se intitula enquanto movimento negro. A partir das falas das suas lideranças, entrevistadas por nós e/ou presentes em seu *site* oficial, é possível considerá-los como negros em movimento, pois há uma articulação com as instâncias governamentais, privadas e com a sociedade civil característica dos novos movimentos sociais. A ideia de negros em movimento, ressaltada nas falas das lideranças da CUFA-CE, é considerada no sentido das movimentações e articulações. Isso possibilita, segundo sua visão, um caminho aberto para dialogar e trazer à tona as demandas das favelas e dos negros nos mais diversos espaços.

Evidencia-se a influência das experiências vividas e da cultura *hip-hop* das lideranças da CUFA-CE no empoderamento e afirmação enquanto negros. Nesse sentido, interferem e contribuem para as escolhas das atividades e projeto nas bases em que atuam. No entanto, destaca-se a autonomia dos participantes na organização do basquete de rua no bairro do Barroso, que praticam o esporte mesmo sem a intervenção do professor. Também essa autonomia se estende à CUFA, porém o ideário da organização é preservado.

É possível constatar a preferência em preparar os escolhidos. Ou seja, a ideia tem como propósito a formação, a conscientização, o empoderamento da juventude negra da periferia (ver entrevista com Francisco, p. 81). Vê-se, portanto, que essa realidade aconteceu, principalmente, com as lideranças da CUFA-CE, a partir das suas histórias de vida em consonância com os processos formativos, na cultura *hip-hop*, durante a construção de suas militâncias. Portanto, esse processo não se estende aos participantes das bases do basquete de rua da organização; percebemos essa influência apenas nas lideranças, dentre as entrevistadas por nós, no Ceará.

Dessa forma, partimos do pressuposto de que a CUFA aposta no protagonismo, principalmente da juventude negra, por meio do *hip-hop*, entendendo-o como movimento de grande potencial, de conscientização e de resistência da periferia na busca da elevação da autoestima dos jovens atendidos.

É importante termos um olhar mais cuidadoso diante desta cultura do *hip-hop*, entendida como um lugar de referência da juventude em que sua identidade é construída, sendo, principalmente, um espaço de ressignificação da juventude negra.

Ou seja, nesse sentido, a cultura da favela acaba por ser colocada num processo de espetacularização, assim como ocorre com o basquete de rua, e é colocada em evidência, na

tentativa de desconstruir a visão distorcida a respeito dos saberes e conhecimentos produzidos ali.

Levando-se em consideração a categoria “basquete de rua: lugar de negro?”, constatou-se que o surgimento da atividade se deu antes mesmo do aparecimento da CUFA-CE, na década de 90, no bairro do Beira Rio, em Fortaleza. A ideia inicial foi a utilização da rua enquanto espaço de diversão, em virtude da carência de espaço público para a prática do esporte e do lazer na periferia. A CUFA-CE surge em 2005 e, com ela, traz a visibilidade e uma nova forma de pensar o basquete de rua, baseada no improviso e no malabarismo com a bola. A relação estreita da CUFA com os meios midiáticos possibilitou e contribuiu para o conhecimento desse esporte por parte da população.

Na CUFA, manifestam-se várias formas de basquete de rua: uma voltada para o esporte-participação, por meio das escolinhas; e outra na esfera do esporte espetáculo, ancorado na competição através da LIIBRA, ou seja, na transformação do esporte em consumo, negócio.

Do ponto de vista da análise, pôde-se notar que o basquete de rua é um dos canais para formação e afirmação da identidade enquanto ser negro. No entanto, apesar de assumirem uma configuração limitada, no tocante às escolinhas de basquete de rua, nas bases pesquisadas aponta-se, principalmente, a visibilidade da juventude negra por meio da LIIBRA, contribuindo para a elevação da sua autoestima.

Logo, é possível inferir que a visibilidade do basquete de rua, em consonância com a espetacularização dos negros e das periferias por parte da mídia, não é suficiente para a superação das rotulações e estereótipos impregnados na população negra.

Constatou-se, ainda, que, nas etapas municipal e estadual da LIIBRA/2011, houve ausência da participação das escolinhas do Barroso e de Sobral. Nessa configuração, a CUFA-CE não teve legitimidade, ou melhor, representatividade, em relação ao basquete de rua das suas bases da LIIBRA/2011.

Nas bases analisadas neste trabalho – no bairro do Barroso em Fortaleza e na cidade de Sobral –, é notório um movimento das lideranças no sentido de auto-organização social e visibilidade por meio de eventos, como a LIIBRA, que tem evidência nas periferias, principalmente na população negra. No entanto, esses espaços não são suficientes para

formação política, identitária e racial da juventude negra, visto que não deixam um legado social para os núcleos atendidos.

É importante destacar que, com todas as mudanças e transformações, o esporte moderno tem características de espetacularização e normatizações dos jogos da cultura corporal. Ele está deixando em segundo plano um referencial importante na formação do processo histórico do esporte e dos homens, repetindo gestos em detrimento da formação do sujeito.

Como já falamos, acreditamos no esporte como uma ferramenta importante e necessária para que a sociedade compreenda e valorize as ações de cunho lúdico/esportivo, corroborando com a transformação social. Concordamos com Duarte (2010), ao afirmar que o basquete de rua é uma construção de relevância da humanidade, que vai contribuir no desenvolvimento da formação do sujeito.

Acreditamos numa proposta didático-metodológica, pauta da reflexão crítica comprometida com a transformação, como dito anteriormente. Nesse contexto, o basquete de rua torna-se fundamental na construção da identidade negra nas periferias. É um instrumento para resgatar a autoestima, superar a invisibilidade e contribuir para reivindicar os seus direitos; enfim, o basquete de rua é um espaço de manifestação esportiva amplo e complexo.

Portanto, neste trabalho, optamos por uma visão crítica do esporte, acompanhada da reflexão e da necessidade de superação do tratamento para com a população negra. Dito de outra forma, assim como a história, a cultura e a religião do povo negro devem ser tratados dentro dos conteúdos da cultura corporal, o mesmo deve ser aplicado ao basquete de rua.

Não podemos esquecer que, juntamente com a cultura do *hip-hop*, o basquete de rua constitui uma ferramenta importante na construção identitária, no conhecimento, na autoestima, no empoderamento, principalmente da juventude negra.

Já na categoria “identidades: pelos outros e por eles mesmos”, detectaram-se alguns limites para a constituição da identidade negra das/os alunas/os do basquete de rua da CUFA-CE. Pelos resultados obtidos, em relação à constituição da identidade negra, constatou-se que apenas dois das/os seis alunas/os entrevistadas/os se autodefiniram enquanto negros. Não levamos em consideração apenas os traços físicos e raciais, mas as experiências vividas e as formações. Desses dois participantes, um era da base do Barroso e a outra, de Sobral. Já no caso dos outros quatro – dois de cada base pesquisada –, não ficou evidenciada, em suas falas,

a autoafirmação enquanto negro, podendo-se perceber contradições e distanciamento da teoria e da prática.

Logo, aponta-se que, em tese, não foi verificada a existência de uma intervenção, por parte da CUFA-CE, para a construção de uma identidade negra em seus alunos no basquete de rua. Aqueles que se autoafirmaram enquanto negros partiram das suas história de vida e de processos formativos fora do espaço da CUFA-CE.

Se reconhece, nos documentos norteadores, criados pelas lideranças da organização, avanços em termos das periferias, das questões étnico-raciais e do basquete de rua.

No entanto, pode-se dizer que o que foi observado nas escolinhas de basquete de rua, em nossa pesquisa, em seus participantes, é que essa realidade ainda está distante. Não há uma proposta pedagógico-racial direcionada para esse espaço, nem foi verificada a existência de uma intervenção, por parte da CUFA-CE, para a construção de uma identidade negra de seus alunos no basquete de rua.

Portanto, é interessante perceber que não podemos depositar todas as nossas esperanças no esporte, como se ele fosse a única forma de ascensão e salvação do negro para retirá-lo da pobreza, das drogas e da vida nas ruas. Acreditamos ser muita responsabilidade e expectativa para um fenômeno que tem por base a meritocracia de apenas alguns atletas em detrimento de muitos outros. Não se tem um centro de formação para esse atleta, um projeto paralelo que o possibilite ter outros horizontes e outros sonhos.

Necessitamos ter cuidado para não nos focarmos apenas na profissionalização dessas/es garotas/os sem ter, para elas/es, uma base de formação, sem dar o apoio necessário para que a/o jovem não se desiluda com tal futuro. Nossa pesquisa não encontrou uma estrutura-base com outras possibilidades, como oficinas, palestras e acompanhamento escolar. O que acontece, muitas vezes, é o abandono da escola pelo excesso de treinamento para querer ser o melhor. Quando esse auge não chega, o jovem sai da escola para dar o melhor de si no esporte e, quando não é o escolhido, fica sem perspectiva.

De acordo com Munanga (2009), há pessoas que perguntam se a identidade negra difere da dos demais cidadãos; outros a veem como uma ruptura da luta de todos os oprimidos. Esse mesmo autor considera a identidade negra dentro do contexto histórico e que, para entendê-la, é preciso aproximá-la do racismo do qual é produto. Uma das possibilidades para o enfrentamento de tal racismo é o que Sodré (1999) chama de alteridade:

a capacidade de uma pessoa se colocar no lugar da outra. Nesse sentido, faz-se necessário trilhar novos caminhos para a convivência e o respeito com a diversidade e com diferentes grupos étnicos.

É diante desse cenário que o desafio da constituição da identidade negra, em especial na CUFA-CE, encontra seus obstáculos e, ao mesmo tempo, suas possibilidades de afirmação e valorização da história da população negra na periferia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTI, Mauro. **A janela de vidro: esporte, televisão e educação física**. Campinas: Papyrus, 1998.

BOGDAN, Robert; BIKLE, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Cadernos CEBRAP, n.3, 1987.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CORSARO, William A. **Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas**. Educ. Soc. Campinas, v. 26, n. 91, 2005.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Afrodescendência e espaço urbano. In: **Espaço urbano e afrodescendência: um estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas**. Fortaleza: UFC, 2007.

_____. Ver vendo, versando sem verso, escrevendo e se inscrevendo no hip hop. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 31, dez. 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/031/31ccunha.htm>. Acesso em: maio de 2012.

DA SILVA, Carlos Alberto Figueiredo; CORREIA, Adriana Martins. Espetáculo e Reflexividade: a dimensão estética do basquete de rua. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 107-122, 2008.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DEMO, Arlei Sander. Os racismos no esporte. In: **Racismo: olhares plurais**. Salvador: EDUFBA, 2010.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984

DUARTE, Ruy J. Braga. O basquete de rua como manifestação da cultura corporal étnica de Salvador. **Revista África e Africanidades**, n. 8, ano 2, 2010.

FERREIRA, Hilário. A presença negra e de africanos livres no Ceará do século XIX: um resgate histórico. In: **Trajetórias históricas e práticas pedagógicas da população negra no Ceará**. Coleção formação do movimento negro unificado. Fortaleza: Impreco, n.1, jan. 2009.

FRANCO, Barbosa; PUGLISI, Maria Laura. **Análise do Conteúdo**. Série Pesquisa em Educação. Brasília: Plano Editora, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, n. 1, v. 29, p. 167-182, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A Editora, 2002.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 18 (suplemento), p. 57-65, 2002.

LIMA, Ivan Costa. Mobilização social negra: recolocando novos atores coletivos na história da educação. In: **Trajetórias históricas e práticas pedagógicas da população negra no Ceará**. Coleção formação do movimento negro unificado. Fortaleza: Impreco, n.1, jan. 2009.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS. **Manual do basqueteiro 2008/2009**. Rio de Janeiro: CUFA, 2008.

MELUCCI, Alberto. Para uma teoria dos movimentos sociais. In: **A invenção do presente movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Negritude: usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkim. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

NUNES, Cícera. **O reisado em Juazeiro do Norte – CE e os conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente: uma proposta para implementação da lei 10.634/03**.

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2007.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEREIRA, William Augusto. 26 anos de história do movimento negro no Ceará. In: **Trajétórias históricas e práticas pedagógicas da população negra no Ceará**. Coleção formação do movimento negro unificado. Fortaleza: Imprece, n.1, jan. 2009.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajétórias e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: ALERJ, 2005.

ROMANELLI, Geraldo. **A Entrevista Antropológica: troca e alteridade**. Diálogos metodológicos sobre a Prática da Pesquisa. São Paulo: Legis Summa, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os novos movimentos sociais. In: **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Silvia Maria Vieira dos. **Hip Hop de Fortaleza: movimento social de maioria negra**. Artigo final da disciplina de mestrado em Educação brasileira da UFC, 2008.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: Aspectos do movimento negro dos anos quarenta e cinquenta. **Estudos Afro Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 2, ano 25, 2003.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ZEZÉ, Preto (Francisco José Pereira). **IBGE e Territórios Invisíveis**, 2008. Disponível em: <http://www.cufa.org.br/in.php?id=materias2008/mat08-0192>. Acesso em: 3 dez. 2010.

Sites consultados

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS. **A CUFA**. Disponível em: <http://cufa.org.br/a-cufa>. Acesso em: 3 dez. 2010.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS. **A Cufa nos estados**. Disponível em: <http://www.cufa.org.br/ceara>. Acesso em: 25 nov. 2010.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS. **Bases - Ceará**. Disponível em: <http://www.cufa.org.br/ceara/in.php?pagina=in/bases>. Acesso em: 25 nov. 2010.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS. **Bases- Ceará- Castelão**. Disponível em:
<http://cufacastelao.blogspot.com.br>. Acesso em: 25 nov. 2010.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS. **Bases- Ceará- Sobral**. Disponível em:
<http://www.cufasobral.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25 nov. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=230440&r=2>. Acesso em: 6 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores 2009**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>. Acesso em: 6 maio 2012.

LIGA URBANA DE BASQUETE. **A história do basquete de rua**. Disponível em:
<http://www.lub.org.br/lub/wp-content/uploads/2011/06/Hist%C3%B3ria-do-Streetball-3.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2012.

LIGA INTERNACIONAL DE BASQUETE DE RUA. **A LIIBRA**. Disponível em:
<http://www.liibra.com/in.php?id=aliibra>. Acesso em: 5 mar. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Plano Plurianual 2006-2009**. Disponível em:
http://www.fortaleza.ce.gov.br/sepla/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2509&Itemid=99999999. Acesso em: 15 jun. 2012.

Periódicos

Jornal *O Povo*.

ANEXOS

Anexo I – Manual dos Basqueteiros 2008/2009

"Esta publicação é parte integrante do Projeto de mobilização de jovens das periferias, através da LIIBRA 2008 que conta com o financiamento do Ministério da Justiça, por meio do PRONASCI."

Esta edição foi concebida pela **CUFA** – Central Única das Favelas e desenvolvida por Celso Athayde.

O texto possui uma linguagem de fácil entendimento que trás pela primeira vez para as páginas de uma publicação o dialeto e as regras do Basquete de Rua no Brasil.

Todos os direitos desta obra são reservados a CUFA

Central Única das Favelas

Rua Carvalho de Souza - 137/111 – Madureira

Rio de Janeiro - RJ - CEP 21350-180 Tel: 21-3015-5927

Concepção e Coordenação do Projeto: CUFA- Central Única das Favelas

Elaboração do Projeto: Fernanda Borriello

Apoio: Ministério da Justiça

Revisão: Fernanda Borriello, Simone Basílio, Claudia Raphael, Ana Paula Sabbag, Gleice Ferreira e Jane Carvalho

Capa e Projeto Gráfico: Galdino e Leandro Gonçalves

Fotos: Fabiana Cruz e acervo pessoal CUFA

Editora: CUFA

Central Única das Favelas - CUFA

Agradecimentos:

Para expressarmos todos os nossos agradecimentos àqueles que se envolveram na realização desta obra, seria necessário um espaço bem maior que algumas breves linhas. Aliás, acreditamos que todas as páginas desta publicação não seriam suficientes para caber os nomes de todos que nos impulsionaram de alguma forma para concretizarmos mais esta realização.

O *Manual dos Basqueteiros* é o resultado da vontade de alguns “malucos”, que um dia se reuniram em um evento de Hip Hop para bater uma pelada com uma “**lata de lixo**” e quadra de basquete improvisada.

Como seria injusto citar nomes aqui, preferimos dizer que a CUFA agradece a todo mundo que se sente CUFA no coração, pois assim estaremos alcançando certamente a todos.

Índice:

O que é Basquete de Rua

O primeiro campeonato estadual

O primeiro campeonato municipal
 Todos os anos da LIIBRA
 A Liga Brasileira de Basquete de Rua – LIIBRA
 Regulamento
 Dimensões oficiais da quadra
 Do Jogo
 A bola e "o cara"
 Das restrições quanto a movimentação ou retardo de jogo
 Dos limites de tempo com a bola
 Das manobras
 Da altura dos aros
 Da pontuação
 Do lance livre
 Das partidas terminadas em empate
 Da marcação
 Das Faltas
 Falta pessoal
 Faltas individuais
 Falta coletiva
 Falta de educação
 Falta na enterrada
 Faltas nas decisões dos campeonatos
 Apenação anti-deportiva em caso de brigas
 Cartões de apenação
 Amarelo
 Azul
 Vermelho
 Dos árbitros
 Dos mesários
 Dos uniformes
 Do sistema de classificação nas disputas da LIIBRA
 Elementos importantes para o Basquete de Rua
 MC's
 DJ's
 Libbretes
 Graffiti
 Break
 Skate
 Os jovens e a Libbrinha
 Presidentes da LIIBRA
 Hino Oficial da LIIBRA
 O dialeto das ruas

O QUE É BASQUETE DE RUA?

A quadra era o Armazém 5, do Cais do Porto do Rio de Janeiro. A cesta era uma lata de lixo. Os atletas eram jovens que naquele momento disputavam um improvisado "racha de

basquete" com uma bola similar à bola laranja utilizada no basquete e, então, no *Hutúz Rap Festival* (**uma tradicional manifestação** de Hip Hop) surgiu no ano de 2001 o conceito do Basquete de Rua Nacional (uma variação que transita do basquete tradicional ao Streetball).

A brincadeira foi imediatamente absorvida e ajustada pela coordenação da Central Única das Favelas (CUFA), instituição social realizadora do evento, e que acabou por criar, dentro dele, um espaço para aquela prática divertida e altamente competitiva.

Assim, no ano de 2002, a CUFA – que sempre viu no esporte uma grande ferramenta a ser utilizada para promover a auto-estima da população – criou o primeiro campeonato nacional de Basquete de Rua, o *Hutúz Basquete de Rua (HBR)*, que acontecia dentro do *Hutúz Rap Festival*, o maior evento de Hip Hop da América Latina. Equipes de 13 Estados brasileiros disputaram o torneio, que teve a duração de três dias.

Apesar de existir até hoje, o HBR se tornou pequeno, três dias já não eram suficientes para comportar o campeonato que atraía cada vez mais times e jovens de todo o país. A CUFA então criou a LIIBRA - Liga Brasileira de Basquete de Rua, que se tornou referência única nesta modalidade cultural-esportiva em dimensão nacional. Já em sua primeira edição, em 2005, a grande final da LIIBRA foi realizada em um dos palcos mais expressivos da cultura carioca, o Sambódromo do Rio de Janeiro.

Essa manifestação espontânea de amor ao basquete e ao Hip Hop, se consolidou enquanto movimento tipicamente urbano e se tornou um elo na relação entre o esporte, a cultura **Hip Hop** e o movimento social, dando assim, o sentido definitivo ao Basquete de Rua e do qual ele passava a ser uma vertente fundamental.

Muito conhecido como "basquete-arte", marcado por jogadas geniais, divertidas e pelas diferenciadas dinâmicas de jogo, o Basquete de Rua não se prende às regras convencionais, cria suas próprias. Dentro das linhas que definem uma quadra de Basquete de Rua, a liberdade de criar novas regras é o que mais conta.

Deste modo, a CUFA se orgulha de propiciar à sociedade os maiores espaços ALTERNATIVOS de interação entre aqueles que são apaixonados por esta modalidade de artes integradas e esporte de participação, seja através do Hutúz Basquete de Rua, da Seletiva Estadual de Basquete de Rua – SEBAR (que já acontece em todos os estados brasileiros) ou da LIIBRA, a Central Única das favelas continuará, como vem fazendo a mais de 10 anos, fomentando todas as formas de acesso e inserção por meio da cultura das ruas.

O primeiro campeonato estadual de Basquete de Rua do Brasil

Com o sucesso da Liga Brasileira de Basquete de Rua, a CUFA se viu obrigada a incentivar, a partir de 2005, a criação de uma Seletiva Estadual de Basquete de Rua (SEBAR) em cada um dos Estados onde atua. A primeira a ser criada foi a SEBAR-RJ, um evento que durante dois meses reúne equipes de várias cidades do estado na luta por uma vaga na LIIBRA, consequentemente um espaço entre os melhores times do país. Hoje, a SEBAR se transformou em um caminho natural para a Liga, sendo disputada em todos os Estados que

querem um lugar entre as equipes consideradas as mais preparadas do Brasil.

O primeiro campeonato Municipal

O primeiro campeonato municipal de Basquete de Rua também aconteceu no Rio de Janeiro, em 2006. O objetivo da competição era propiciar condições aos jovens de participarem da Seletiva Estadual. Foi então criada, sob o Viaduto Negrão de Lima, no bairro de Madureira (Rio de Janeiro-RJ), a LUC (Liga Urbana Carioca).

Essas duas iniciativas se espalharam por todo o país, dando início a uma verdadeira massificação do novo conceito de um basquete diferente, o Basquete de Rua, e também fortalecendo o processo de integração social de todas as periferias do Brasil através do esporte. A partir de 2009 os nomes “SEBAR” e “LUC” não serão mais usados, a LIIBRA será disputada em “3 versões”: Libbra Circuito: Municipal, Estadual e Nacional.

LIGA BRASILEIRA DE BASQUETE DE RUA REGRAS OFICIAIS

O Basquete de Rua é um movimento esportivo-cultural surgido nas ruas de forma espontânea como forma de lazer e entretenimento social. Praticado principalmente por crianças e jovens, a CUFA – Central Única das Favelas, Instituição Social que promove a cultura, educação, saúde, esporte e lazer em favelas em todo o país – organizou o primeiro campeonato de Basquete de Rua em 2001, durante um evento de Hip Hop denominado HUTUZ. A partir deste instante, o Basquete de Rua e a Cultura Hip Hop se tornaram co-existentes em um novo contexto social, promovendo rápida ascensão da modalidade a nível nacional. Em 2004 a CUFA cria a LIGA BRASILEIRA DE BASQUETE DE RUA – LIIBRA, evento que reuniria equipes de Basquete de Rua de vários estados brasileiros sob o foco da interação e do desenvolvimento social através da prática esportiva saudável e do congruente acesso a cultura urbana.

Em 2009, a LIIBRA torna-se uma Instituição, regendo as ações de Basquete de Rua em todo o país. Nos vinte e sete estados brasileiros, acontecem as LIIBRA’S ESTADUAIS, que classificam as melhores equipes a disputar o título de campeão brasileiro se consagrando através da LIIBRA – CIRCUITO NACIONAL.

Abaixo segue o documento criado pela LIIBRA e que rege as regras oficiais de jogos de Basquete de Rua no formato 4x4 jogadores em quadra inteira.

REGRAS OFICIAIS DO BASQUETE DE RUA DO BRASIL Regulamento dos Certames da LIIBRA

Art. 1º - O Regulamento da LIIBRA tem por objetivo fixar e publicar normas uniformes e padronizadas para as competições de Basquete de Rua, utilizadas como instrumento da manifestação desporto-participação e promovidas/organizadas pela CUFA e suas representações nos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único - Este Regulamento aplica-se, indistintamente, a todos os jogadores/equipes,

masculinas e femininas participantes das competições de Basquete de Rua organizadas pela responsabilidade da CUFA, no plano nacional, ou, suas representações na esfera estadual.

1. Das dimensões oficiais da quadra

A quadra de Basquete de Rua terá a medida que for possível, mas, a medida padrão sugerida pela LIBBRA é de 12m x 22m como dimensão ideal para a quantidade de jogadores em ação.

2. Do jogo

2.1. O Basquete de Rua é disputado por duas equipes de até 6 jogadores (quatro jogadores em linha e até 2 na reserva) , tendo como objetivo colocar a bola dentro da cesta ou coador do time adversário.

2.2. O jogo pode ser realizado em qualquer ambiente, exemplificadamente: na rua; em quadras improvisadas, ginásios; sob viadutos; ao ar livre, dentre outros, tendo como filosofia principal motivar a participação, descontração, integração social, inserção cultural e desportiva, constituindo-se o caráter competitivo o meio e não finalidade maior.

2.3. Os jogos oficiais da LIBBRA, bem como das Seletivas Estaduais, exceto os jogos de finais de campeonato, serão disputados em dois (2) tempos de 8 minutos e 30 segundos cada, com intervalo de um (1) minuto entre eles. Quando se tratar de partidas finais de torneios (ou campeonatos), estas terão três (3) tempos de 10 minutos corridos para cada um deles.

2.4. A escolha dos lados da quadra será definida pelo sistema de par ou ímpar. A equipe que vencer escolherá o lado da quadra a jogar no primeiro tempo, no segundo tempo dar-se-á a inversão. Nas hipóteses de partidas finais em que houver terceiro tempo, as equipes jogarão este período do lado da quadra em que iniciaram a partida.

2.5. Uma partida só poderá ser iniciada após aquecimento de no mínimo cinco (5) minutos, e, ao término do aquecimento, o árbitro determina que todos se cumprimentem antes de se posicionar. Depois de todos posicionados na quadra, inclusive, os dois jogadores que irão disputar a bola ao alto, o árbitro inicia o jogo.

2.6. A posse de bola inicial será definida por uma disputa de “bola ao alto” realizada no centro da quadra. Participarão desta disputa os jogadores mais baixos de cada equipe, ficando os demais jogadores do lado de fora do círculo central. Quando essa marcação não existir, todos os outros jogadores deverão permanecer a, no mínimo, três (3) metros de distância da disputa e, só poderão tirar os pés do chão após a bola ser tocada por um dos atletas que disputam da posse de bola ao alto.

2.7. O sistema de “bola ao alto” será também usado para definir a posse de bola nos casos de bola presa durante as partidas, fazendo-se a disputa exatamente no local onde ocorreu o fato e com os jogadores envolvidos. No caso de haver mais de um jogador da mesma equipe envolvido na jogada, o mais baixo da equipe disputará a posse de bola com o adversário, e, se forem dois de cada equipe, os mais baixos de ambas disputarão a bola ao alto, ficando todos os demais jogadores do lado oposto da quadra onde se disputa a bola ao alto. Em caso de a *bola presa* ter ocorrido numa distância inferior a três (3) metros da linha central que divide a quadra, os atletas deverão ficar distante, pelo menos, três (3) metros da disputa de bola e respeitar a proibição de tirar os pés do chão antes que a bola seja tocada por um dos jogadores que participam da disputa da bola ao alto.

2.8. Cada equipe terá direito a pedir um (1) único tempo de trinta (30) segundos de paralisação durante a partida, em jogos comuns. Nos casos de partidas finais de competições as equipes terão direito a dois (2) tempos de trinta (30) segundos de paralisação durante toda a

partida.

2.9. O cronômetro só será parado no momento em que houver arremessos de lances livres, ou, quando as equipes solicitarem tempo técnico. Fora destas hipóteses não haverá qualquer outra pausa ou paralisação do cronômetro, e a equipe que deliberadamente retardar ou paralisar o jogo, será punida, com falta técnica.

2.10. Os jogadores poderão andar com a bola, desde que batam com ela no chão a cada passo dado (drible). Quando da execução de alguma manobra onde tudo é permitido, o atleta pode, inclusive, esconder a bola sob a sua camisa.

2.11. É vedado ao jogador atacante permanecer dentro do garrafão da equipe adversária por mais de três (3) segundos.

2.12. Não é permitido ficar com a bola por mais de oito (8) segundos na zona (ou lado o da quadra) de defesa da equipe.

2.13. O treinador e os jogadores que estiverem no banco de reservas não poderão, em nenhuma hipótese, entrar na quadra durante o jogo, exceto em caso de substituição de atleta. Caso contrário, a equipe infratora será penalizada com falta técnica coletiva e o adversário somará no placar a quantidade de pontos relativa ao número de invasores. Em caso de invasão da quadra por parte das duas equipes, ambas entrarão com quatro (4) pontos negativos em seu próximo jogo.

Uso dos pés: sendo o basquete uma modalidade desportiva jogada com as mãos, é vedado o contato da bola com os pés, exceto quando os jogadores estejam fazendo alguma manobra (jogada de efeito) com a bola. No entanto, não será permitido o uso dos pés para interceptar as jogadas do adversário.

2.14. Reposição da bola em jogo

2.14.1. Sempre que a bola sair da quadra por uma das linhas laterais, o jogo terá reinício no local onde ocorreu o fato.

2.14.2. Quando a bola sair por uma das linhas de fundo, o reinício da partida ocorrerá embaixo da tabela do lado em que a bola saiu.

2.14.3. Após a marcação de uma cesta, a bola é recolocada em jogo a partir de um passe feito pelo jogador que esteja do lado fora da linha de fundo da equipe defensora.

2.14.4. Na maioria dos casos, a bola será repassada ao jogador pelas mãos do árbitro, exceto quando a equipe que esta repondo a bola em jogo tenha sofrido uma cesta, hipótese em que um de seus jogadores pega a bola e a coloca imediatamente em jogo.

2.15. Substituições

2.15.1. As substituições podem ser feitas a qualquer momento e os jogadores não precisam esperar a autorização do árbitro para entrar ou sair de quadra por ocasião da substituição.

A bola e o Cara

Jamais será permitido ao jogador sair dos limites da quadra com a bola, e não será permitido que o jogador avance para o ataque e volte, em seguida, para o seu campo de defesa. Quando isso ocorrer, o árbitro inverterá a posse de bola.

3. Das restrições quanto à movimentação ou retardo de jogo

3.1. O árbitro inverterá a posse de bola quando o jogador sair dos limites da quadra com a bola, ou, sempre que o jogador avançar para o ataque e, em seguida, voltar para o seu campo de defesa.

3.2. O jogador cometerá falta técnica sempre que o arbitro entender que ele está retardando deliberada e propositalmente o jogo.

4. Dos limites de tempo com a bola

Regra dos 5: cada jogador não poderá ultrapassar o tempo de cinco (5) segundos para recolocar a bola em jogo.

Regra dos 20: o tempo máximo entre a posse de bola e o arremesso será de 20 segundos, invertendo-se a bola por mais tempo, o árbitro inverterá a posse de bola em caso de retenção por mais tempo.

Tempo técnico: a qualquer momento da partida as equipes poderão pedir o tempo técnico, observando-se quanto a sua concessão a regra expressa no 2.8 deste Regulamento.

5. Das manobras

5.1. Todos os tipos de malabarismos e truques com a bola são permitidos aos jogadores, sejam eles feitos com os pés, com a cabeça ou mediante qualquer outra maneira que o atleta utilize para iludir o adversário, de modo a estimular a versatilidade e criatividade como elementos inseparáveis desta modalidade desportiva. O jogador poderá andar ou até mesmo correr com a bola, desde que seja exclusivamente para demonstrar habilidade, e não, para fazer a cesta. Esta permissão, contudo, não autoriza o jogador a dar sobre passo, nem bater a bola com ambas as mãos, simultaneamente, nem também efetuar dois dribles consecutivos (bater a bola, agarrá-la com as duas mãos e voltar a batê-la).

5.2. Em geral, o atleta não poderá saltar e voltar ao chão, com a posse de bola, sem executar o arremesso ou o passe, exceto se estiver manobrando.

6. Da altura dos aros

6.1. A cesta – nome dado ao aro que está fincado na tabela – é o objetivo central dos atletas deve ficar a 3,07 metros do chão, diferente e acima dos 3,05 do basquete de competição de quadra, o que é feito objetivando criar um grau maior de dificuldade para as enterradas, que elas valem 1 pontos a mais do que uma cesta normal, ou seja, no Basquete de Rua, uma enterrada vale 2 pontos.

7. Da pontuação

Serão computados as seguintes pontuações para as equipes:

1 ponto - caneta;

1 ponto - lance livre;

1 ponto - arremesso a frente da linha de dois pontos;

1 ponto – apagão (quando o jogador de posse da bola cobre a cabeça do marcador adversário com sua camisa ou com a do próprio marcador);

2 pontos - enterrada;

2 pontos - arremesso, atrás da linha de dois pontos e a frente da linha de três pontos;

3 pontos - enterrada com ponte aérea;

4 pontos – arremesso atrás da linha de 3 pontos e a frente a linha de meia-quadra;

4 pontos - arremesso, atrás da linha de meia-quadra, ainda na sua quadra de defesa.

8. Do Lance Livre

8.1. Cada arremesso livre convertido vale um (1) ponto. Um arremesso de lance livre não dará direito a rebote, e, a equipe que estiver realizando os arremessos terá a posse de bola logo após os mesmos, sejam eles convertidos ou não.

* Caso o jogador receba falta no momento em que estiver saltando para a conclusão dos arremessos, ele terá direito a cobrança de lances livres equivalente à pontuação que estava almejando.

8.2 Lance Livre e “Canetinha”: Caso jogador efetue uma manobra entre as pernas do adversário e seja impedido de completá-la por ter sofrido uma falta, este terá direito a um lance livre e a posse de bola. Os lances livres só serão cobrados se o árbitro interpretar que a jogada seria concluída, e, caso contrário, será marcada somente a falta.

9. Das partidas terminadas com empate

As partidas não poderão terminar empatadas e, quando isso acontecer, será disputado um "coração de três": Tempo extra com três minutos de duração. É decretada vencedora a equipe que tiver maior pontuação durante o tempo extra ou que abrir três pontos de vantagem sobre a equipe adversária, mesmo antes do fim do tempo regulamentar.

10. Do sistema de marcação

10.1. Não é permitida a marcação por zona, só é permitida no sistema homem a homem, ou mulher a mulher. Ou seja, tanto nos jogos masculinos quanto nos jogos femininos da LIBBRA, as equipes são obrigadas a adotar marcação individual. Se uma das equipes utilizar a marcação por zona o árbitro chamará a atenção dos jogadores por meio de advertência verbal. Em caso de reincidência da infração será aplicada falta técnica contra a equipe que estiver marcando por zona.

10.2. Um atleta só pode ficar no máximo , cinco (5) segundos segurando a bola, quando estiver sob marcação individual.

* *Tocos (interceptação)*: os tocos são jogadas em que um atacante sobe intencionalmente para a cesta e recebe do marcador um toco legal (sem falta), ficando o defensor com a posse de bola caso ele saia da quadra de jogo. Se, contudo, a bola não sair de jogo a partida seguirá sem interrupção.

11. Das faltas

11.1. As faltas são cobradas das laterais da quadra, e, as saídas de bola, do fundo da quadra. Mas, o início (ou reinício) de jogo sempre será dado a partir das mãos do árbitro.

11.2. Quando um jogador está executando uma manobra, ele poderá receber uma falta normal. Mas, se a falta cometida for grosseira (ou violenta), o adversário incorre em:

Falta pessoal: a regra convencional diz que: "É uma falta que envolve contacto com o adversário, e que consiste nos seguintes parâmetros: Obstrução, Carregar, Marcar pela retaguarda, Deter, Segurar, Uso ilegal das mãos, Empurrar". No Basquete de Rua, é permitido um contato maior entre as equipes. Somente quando o jogo se encontrar muito tenso, prestes a sair do controle em razão dessas permissões específicas, o árbitro interromperá a partida, reunirá as duas equipes e informará que passará a ser mais rigoroso na partida, quando então tais ocorrências antes toleradas serão tipificadas e doravante apenas com falta.

Faltas individuais: todo atleta que ultrapassar o limite de quatro (4) faltas na mesma partida será obrigatoriamente substituído e não poderá voltar a atuar na partida. Nos jogos de finais de torneio ou campeonato, onde são três tempos de 10(dez) minutos, o limite permitido é de cinco (5) faltas, sendo o jogador excluído ao cometer a sexta (6ª) falta.

* Quando a falta for cometida sobre um atleta que não esteja saltando para o arremesso, a penalidade será marcada e o jogo será reiniciado da lateral da quadra, sem cobrança de lance

livre. Porém, se a equipe que cometeu a falta, já tiver cinco faltas coletivas, então, o atleta que recebeu a falta terá direito a arremessos livres. Caso a jogada seja interceptada após o jogador passar a bola entre as pernas de um adversário, o driblador vai para o arremesso de um ponto e permanece com a posse de bola.

Falta coletiva: sempre que uma equipe, ao longo de cada partida, ultrapassar a quinta (5ª) falta coletiva, ela será apenada com lances livres a favor do adversário. Em jogos de final de campeonatos, quando a duração da partida é maior, o limite sobe para seis (6) faltas coletivas.

Falta de educação: é a punição que o árbitro aplica a um jogador que comete anti-jogo, segurando um adversário para que este não converta uma cesta, por exemplo. E acontece sempre que um jogador se envolve em conflitos com a arbitragem e com a mesa, seja contestando marcações ou com gestos ofensivos aos participantes do evento, incluindo-se o MC da quadra e os torcedores. O jogador também deve ser punido se chutar as placas promocionais que estão na quadra e quaisquer equipamentos de trabalho alheio.
* O jogador deve sempre ter presente que no Basquete de Rua a "desmoralização", buscando a plástica do espetáculo e sem implicar na intenção de "humilhar" o adversário, é parte do jogo. Por isso, quando ele não permite que o adversário evolua a jogada de efeito e comete faltas desproporcionais – não confundir falta normal de jogo com falta de educação esportiva –, o árbitro deve puni-lo (e à sua equipe) com sua suspensão na partida por um (1) minuto, sem possibilidade de substituição, cumulada com a dedução de um (1) ponto de sua equipe.

Falta na enterrada: caso a arbitragem entenda que o jogador recebeu uma falta enquanto seguia para completar uma enterrada, terá direito a dois (2) arremessos, sendo que apenas um arremesso será concedido caso a enterrada seja concluída.

* São consideradas jogadas violentas: cotoveladas, empurrões grosseiros e agressivos; sobretudo, no momento das cestas. Não se deve confundir disputa viril de bola com agressão desmedida. Será ainda considerada falta anti-desportiva um revide a uma falta, sobretudo, quando o árbitro já a tenha marcado.

Faltas nas decisões dos campeonatos: nas partidas de finais de campeonatos, quando o tempo é maior, o número de faltas coletivas e individuais é acrescido de uma unidade, consoante fixado nas especificidades já indicadas.

Apenação em caso de briga: os atletas que promoverem brigas ou vias de fato (embates corporais), usarem drogas no evento ou entrarem em quadra alcoolizados, além de serem imediatamente expulsos de quadra, ficarão sujeitos ao julgamento pela organização do evento, que, com base nos fatos, filmagens e súmulas, se pronunciará a respeito da exclusão definitiva dos envolvidos da competição, podendo, ainda, optar por afastar o atleta de qualquer competição ligada à LIBBRA pelo prazo mínimo de cinco (5) anos.

Os agredidos, na hipótese de resolverem registrar queixa na delegacia, deverão solicitar à organização todos os dados dos agressores, pois, num espaço socialização como o do Basquete de Rua, quaisquer tipos de agressões e comportamentos similares não poderão ser confundidos com desequilíbrio emocional, mas como atentado à cultura, à integração e à integridade das pessoas que participam, como jogadores, dirigentes ou torcedores.

12. Dos cartões de apenação

12.1. Os árbitros utilizarão cartões para identificar, tornar público e comunicar ao jogador o tipo de infração cometida.

Amarelo: Utilizado como advertência nos casos de falta técnica simples (quando o árbitro considerar a infração de natureza leve), não respeitar a distância regulamentar, infringir

persistentemente as regras de jogo.

Azul: Utilizado para atletas que cometem falta de educação, que não aceitam as manobras dos adversários, apelando para grosserias, ou ainda, o cometimento de faltas brutas ou com uso excessivo de força. Será mostrado também o cartão Azul ao jogador que se dirigir a qualquer pessoa do evento, mesa ou árbitro de maneira desrespeitosa.

Apenação: Ficará no banco de reservas durante um (1) minuto, sem que sua equipe possa substituí-lo. Será debitado um ponto (1) da equipe e esta perderá a posse de bola.

Vermelho: Utilizado nos casos de expulsão do jogador por agressão, briga ou reincidência na falta de educação, de gesto obsceno, de cuspir no adversário, de praticar jogo brusco grave ou conduta violenta.

Apenação: O cartão vermelho implicará na retirada do jogador do espaço de convivência, e, por um (1) minuto e trinta (30) sua equipe permanecerá atuando com um jogador a menos, e, só após o seu transcurso poderá substituir o jogador expulso e recompor a equipe. A equipe do excluído será, cumulativamente, debitada em dois pontos (2) pontos no ato da apresentação do cartão vermelho ao jogador expulso que não poderá retornar à quadra enquanto durar a rodada em curso.

Diretrizes filosóficas na aplicação dos cartões: O Basquete de Rua tem compromisso com a saúde (física e mental), jamais com a violência e a falta de respeito. Por isso, a aplicação dos cartões punitivos busca excluir qualquer manifestação que atente contra os princípios fundamentais que inspiram o Basquete de Rua enquanto desporto-participação. Além disso, muitas das expressões utilizadas pelos jogadores desta modalidade não devem ser consideradas xingamentos ou desrespeito, mas, dialeto próprio desta cultura urbana e parte integrante do clima de descontração e de participação que deve ser priorizado.

13. Dos árbitros

13.1. A partida deve ser arbitrada por três árbitros de quadra como maiores autoridades no seu interior, impondo-se-lhes fazer cumprir e aplicar, de modo imparcial e rigorosamente, todas as regras constantes deste Regulamento.

13.2. Cada árbitro tem uma função principal e específica, sem prejuízo de outras, atribuindo-se a cada um deles a seguinte nomenclatura:

Árbitro Cosme: tem por finalidade principal assumir a responsabilidade das decisões mais polêmicas. É ele quem dita o ritmo da partida e até para o jogo, se necessário. Incumbe ao Árbitro Cosme chamar os jogadores mais exaltados, determinar a paralisação do som e avisar como o jogo, a partir daquele momento, vai desenvolver-se. Cabe-lhe, ainda, preencher o boletim do jogo onde são registrados os pontos convertidos pelas equipes, bem como as faltas pessoais, coletivas, técnicas e outras cometidas durante a partida.

Árbitro São: é o segundo árbitro cabendo-lhe não permitir a "cera" durante a partida. Ele cronometra o tempo de jogo e impõe acréscimos, se for preciso. Além disso, o Árbitro São é quem fica em contato permanente com o MC da quadra. Se este árbitro entender como necessário, pede para desacelerar o ritmo das músicas quando considerar que o som está interferindo numa partida, podendo, ainda, determinar que o som seja desligado para que os árbitros façam reuniões com os atletas.

Árbitro Damião: este árbitro auxiliar, entre outras atribuições, é o responsável por controlar o tempo de posse de bola, que é de vinte (20) segundos.

14. Dos mesários

14.1. São responsáveis por informar aos árbitros de quadra que tudo está em ordem para o início da partida, sendo responsáveis pelo preenchimento da súmula e controlar o tempo de jogo, Além disso, cabe-lhes conceder o tempo pedido pelas equipes, autorizam as substituições e fiscaliza-las, marcam o tempo de jogo e avisam aos árbitros sobre qualquer atitude anti-desportiva (ou infração da regra ocorrida fora da quadra, desde que comunicadas à organização).

15. Dos uniformes

15.1. Em jogos oficiais, as equipes têm o direito de escolher os uniformes com os quais desejam disputar as partidas. Antes da partida as equipes submetem-se a uma verificação onde a organização certifica-se de que todos os jogadores de cada equipe estão rigorosamente iguais e se as diferenças entre as equipes são suficientes para não causar equívocos ou confusão nos árbitros e público.

15.2. É vedado ao atleta utilizar no uniforme qualquer objeto que seja perigoso para si ou para os demais atletas.

15.3 Caso haja discrepância de uniforme entre os integrantes da equipe será obrigatório o uso dos uniformes fornecidos pela organização. Sempre que uma equipe não possuir seu material desportivo caberá a organização realizadora da competição fornecê-lo.

Do sistema de classificação nas disputas da LIIBRA

As Equipes que participam da LIIBRA, competição nacional, são aqueles que sejam classificadas dentre as 4 melhores nas Seletivas Estaduais – que acontecem, simultaneamente, nos 27 Estados da Federação.

As 108 equipes participantes, além das 12 melhores do ano anterior, totalizando 120, serão divididas em 5 etapas classificatórias. Nas 5 primeiras etapas, 24 times serão subdivididos igualmente em 4 grupos, disputando a competição no sistema eliminatória simples (mata-mata). Na 6ª etapa, 20 equipes serão distribuídas em 4 grupos, resultando em um único grupo com 5 times. Neste caso, permanece o sistema eliminatório simples com um time de “baia”, conforme se verifica do sistema abaixo indicado:

Na Fase 1, que compreende 5 etapas classificatórias, as 4 melhores equipes passam para a Fase 2. Estas 20 equipes jogam entre si, onde as 4 melhores passam automaticamente para a Fase 4. As equipes que não estiverem incluídas dentre as 4 classificadas, disputam a Repescagem, que corresponde a Fase 3.

Na Fase 3, as 16 equipes oriundas da Fase 2, acrescidas de mais 5 equipes provindas da Fase 1, enfrentam-se disputando mais 4 vagas para a Fase 4.

Na Fase 4, 8 equipes oriundas das Fases 2 e 3 enfrentam-se nas Quartas-de-final e Semi-final, definindo-se desta forma os finalistas.

Na Fase 5 acontecem os jogos decisivos com as disputas de colocação geral, do 1º lugar ao 16º lugar, na forma abaixo:

Elementos importantes para o Basquete de Rua:

MC's

Reconhecido personagem da cultura urbana, o MC(ou Mestre de Cerimônia) é a voz ouvida durante os jogos, pois ele fica dentro de quadra narrando todas as ações. Algumas vezes

brinca com algum atleta ou alguém da torcida com o objetivo de criar uma maior interação. Na quadra ele fica responsável por manter a animação da torcida, fortalece o equilíbrio dos jogos, reforça o repertório dos DJs, passa informativos do evento e as informações mais importantes, sinaliza a urgência médica em algum atendimento aos atletas, etc. A LIIBRA trabalha com três MCs oficiais. São eles: Max DMN, Cezinha e Tony Boss.

DJ's

A música dita o ritmo dos jogos e por isso o som em quadra é muito importante. O Dj, também conhecido como disc jockey (ou dee jay), seleciona e toca as músicas que rolam nos eventos de Basquete de Rua. Normalmente, o som que rola é o Rap. O DJ está sempre em sintonia com o MC de quadra, contribuindo para a animação do público. Muitos Dj's já passaram pela história da LIIBRA e outros fizeram história na LIIBRA. Apresentamos aqui alguns dos DJ'S que contribuíram para ajudar a entender e a conceituar melhor essa história que não pára de crescer.

Libbretes (antigas Cufetes)

As LIBRETES, anteriormente conhecidas como CUFETES, dão o tom da animação da torcida na medida certa. As LIIBRETES ajudam a preencher os intervalos, interagem com a torcida, puxam cantos de animação, além de coreografias coletivas e promovem distribuição de brindes para a arquibancada.

Graffiti

Os artistas visuais urbanos aproveitam os espaços públicos para interferir culturalmente na decoração da cidade. Suas obras costumam ter um caráter poético-político e compreendem desde simples rabiscos até grandes murais executados em espaços especialmente designados para tal. A arte do grafite está presente nos eventos de Basquete de Rua, com telas e painéis sendo executados ao entorno da quadra, enquanto acontecem as partidas. Este elemento é mais um que compõe o leque de possibilidade desta cultura urbana, onde o Basquete de Rua está inserido.

Break

Dançarinos (as) também conhecidos como breaker boys (ou b-boy) e B-girls. Desempenham o papel de simbolizar a situação de mutilação a que está submetido o povo pobre, seja pelas guerras, pelo desemprego, pelas drogas ou pelas desigualdades sociais. Realizando movimentos "de quebrar" (to break), esses (as) dançarinos (as) demonstram o desejo das comunidades em romper culturalmente com o sistema opressor e explorador, bem como o seu anseio por um mundo melhor. É na construção desse caminho que o Break se encontra com o Basquete de Rua, em uma dança histórica em direção a cultura urbana.

Skate

Por praticar um esporte radical nas ruas, calçadas, estacionamentos, quadras esportivas, entre outros lugares, ele é um grande representante da cultura de rua. O Skate tem cumprido um papel importante, não somente na formação e participação desses jovens nos eventos, como em uma competição paralela nas arenas da LIIBRA. O maior legado desenvolvido na relação entre o skate e o basquete tem sido a perspectiva de uma nova identidade para esses jovens que até pouco tempo eram alijados de toda e qualquer forma de emancipação.

Libbrinha

A partir de 2009, a CUFA passará a organizar um campeonato de basquete Sub-17, tanto para meninas quanto para meninos. Os jovens que participarão deverão ter idade entre 12 e 16 anos até o início do torneio.

O tempo de jogo e as regras serão as mesmas desenvolvidas pela Liga Brasileira de Basquete de Rua (LIIBRA), exceto em relação à altura das tabelas, que será de dois metros e oitenta e sete centímetros.

Os jogadores só poderão participar com permissão (por escrito) dos pais, além de atestado de saúde e todos os documentos exigidos pela Central Única das Favelas.

Atletas com idade superior a 17 anos somente poderão disputar a LIBBRA, e não mais a Libbrinha.

Presidente de Honra da LIIBRA

Nega Gizza é uma Rapper fundadora da Central Única das Favelas, nasceu no Parque Esperança, Baixada Fluminense. Se tornou a Presidente da Liga Brasileira de Basquete de rua por estar presente na ponta de todas as ações desenvolvidas pela instituição.

Gizza é a primeira Rapper a montar seu próprio selo, incentivando nas bases de luta o empreendedorismo; é a primeira locutora de rap em rádio FM no Brasil, e entre suas atribuições estão recepcionar todo o público, manter o bom relacionamento entre basqueteiros, grafiteiros, Mc's, Dj's, B-boys e todos os outros que participam ativamente do evento.

Vice – Presidente de Honra da LIIBRA

Mv Bill já possui uma carreira de sucesso dentro do mercado Hip Hop, transita em vários seguimentos da sociedade e movimentos, entre eles , Social, o das favelas, movimento negro, de juventude. Recebeu vários prêmios por essas militâncias; entre os prêmios recebidos podemos destacar, Orilaxé (Juventude), Unesco (Direitos Humanos,) Onu (Cidadão do Mundo, Barcelona), vem se firmando como autor de Best Sellers, produzindo filmes e documentários.

Mas sua real revolução é a atuação com os jovens da CUFA , entidade que ajudou a fundar e ocupa a função de Vice - Presidente de Honra da LIIBRA. MV Bill também viu no Basquete de Rua uma forma de converter muito mais do que cestas , mas a vida de muitos jovens com origem parecida com a sua na Cidade de Deus, seu bairro, sua comunidade , sua favela. Para coroar em grande estilo essa relação, MV Bill nos brinda com o Hino da Liga Brasileira de Basquete de Rua que hoje também faz parte da construção dessa filosofia urbana chamada Basquete de Rua do Brasil .

Dialeto das Ruas

Afrouxar: Dar moleza.

Água de salsicha: Jogo ruim.

- Apagado:** Jogador que não fez nada, foi muito marcado.
- Apagão:** A jogada em que o atleta cobre a cabeça do outro com a camisa.
- Apagar:** Marcar muito um jogador, não deixá-lo evoluir em quadra.
- Aqui não!!!:** Toco.
- Bagunçar:** Esculachar, humilhar o adversário.
- Barulho:** Aplausos da Torcida.
- Bater a carteira:** Roubar a bola do adversário.
- Bate-bola:** Jogador que só dribla e não marca pontos.
- Bebezão:** Jogador que reclama de tudo.
- Bicho:** Jogador que ignora a marcação, nas enterradas.
- Chapa quente:** Jogo muito disputado.
- Coca-Cola:** Jogador ruim, que só tem pressão.
- Coquinho:** Quando o jogador bate com a bola na cabeça do seu adversário.
- Cravada:** Enterrada.
- Dançar:** Ser envolvido pelas manobras do adversário.
- Entorta o Pé:** Deixar o adversário no chão com um drible.
- Espinha:** Quando o jogador esconde a bola nas costas do adversário.
- Espremedor de laranja:** Dar um toco e prensar a bola na tabela.
- Estilizo:** Jogador que tem swing no jogo, e as roupas caem bem nele.
- Freestyle:** Movimentos livres feitos pelos jogadores.
- Jogo de comadre:** Jogo sem marcação, no qual todos fazem cesta.
- Jogo de Futebol:** Partida com poucos pontos.
- Jump shot:** Arremesso.
- Ligação direta:** Quando o jogador passa a bola para outro que está muito distante dele.
- Mamão com açúcar:** Quando o adversário é muito fraco.
- Mano a mano:** Quando um jogador chama o outro pra "dançar", na intenção de desmoralizá-lo.
- Marrento:** Jogador com muita pose.
- Mascarado:** Jogador metido a bonzão.
- “Meu Deus”:** Expressões muito utilizadas pelo MC Max e que já é referência no Basquete de Rua.
- Mr. M:** Quando o atleta simula que passou a bola adiante e esconde-a entre as pernas.
- Na Cabeça:** Enterrada sobre marcação do adversário.
- Na Cara:** Cesta feita com marcação do adversário.
- Pancadão:** Perder ou vencer por uma diferença muito grande de pontos.
- Pedra:** Quando o DJ solta um som muito bom.
- Pega-pega:** fazer marcação homem a homem (ou mulher a mulher).
- Ponte aérea:** O jogador recebe um passe no alto quando está indo em direção a cesta e o completa com uma enterrada.
- Se Liga:** Quando o Jogador atira levemente a bola na testa do seu marcador.
- Sem braço:** Jogador muito ruim.
- Seu Boneco:** Quando o jogador esconde a bola na camisa.
- Sinistro:** Jogador muito bom.
- Socada:** Enterrada.
- Tomar um sprite:** Errar a cravada, prensando a bola no aro.
- Traz o Troco:** Quando o jogador finge que vai arremessar enganando o adversário fazendo-o

pular.

Trombadinha: Jogador que rouba a bola do adversário.

Varrer: Dar um chega pra lá no adversário, expulsá-lo da sua área.

Esta é a primeira publicação de Basquete de Rua do Brasil

Desenvolvida por Celso Athayde (o Mesmo de “Falcão -Meninos do Tráfico” e “Falcão Mulheres e o Tráfico”) esta obra foi produzida no seio da CUFA- Central Única das Favelas com o objetivo de centralizar em um só espaço todas(até agora) regras e manhas do basquete urbano.

Fortalecer a prática do esporte através da cultura Hip Hop, é fomentar também a inclusão social, tirando da ociosidade, jovens das periferias de todo o país. Celso Athayde viu nesta modalidade de esporte urbano a oportunidade e o desafio de alcançar mais jovens moradores de periferias com a linguagem que eles entendem bem, e desta forma, criar ferramentas para tirá-los do campo de visão do risco social. Dando a eles mais perspectivas de vida.

A CUFA hoje é a maior organizadora da prática do basquete de rua no Brasil, agregando cada vez mais parcerias para aumentar o número de jovens atendidos em suas bases por todo o território nacional.

Anexo II - Roteiro de entrevista nº 1 – Coordenadores e lideranças da CUFA-CE

1. Como começou a sua história com a CUFA?
2. Como se deu a constituição da sua identidade enquanto negro?
3. Como é organizada a CUFA-CE e quais atividades?
4. E o recorte racial, como é tratado nessas atividades?
5. Como é discutida a questão racial na CUFA?
6. A CUFA se identifica enquanto movimento negro? Se não, por quê?
7. Fale sobre o processo de institucionalização da CUFA, já que a mesma nasce da organização da juventude negra da periferia.

Anexo III – Roteiro de entrevista nº 2 – Alunas/os do basquete de rua da CUFA

1. Como começou a sua história com a CUFA? E com o basquete de rua?
2. Por que escolheu o basquete de rua?
3. O que para você é ser negro?
4. E você se considera negro ou não?
5. Como é discutida a questão racial nas aulas de basquete de rua?

Anexo IV – Matérias de jornais

O POVO
FORTALEZA-CE, SÁBADO, 9 de julho de 2005

AGENDA *vida & arte*

**HIP HOP E
BASQUETE DE
RUA**

NEGA GIZZA
vem a Fortaleza
representando a
Cufa - Central
Única das
Favelas

CUFA] A quadra da Volta da Jurema (Praia do Mucuripe) realiza amanhã, às 14h, o *Campeonato de Basquete de Rua*. De atrações, a rapper Nega Gizza (RJ), DJ Cia (SP), grupo Comunidade da Rima, dançarinos de break e grafiteagem de painéis

os talentos e potenciais não valorizados das favelas - por conta do preconceito, seja ele social ou racial - a Cufa atualmente é composta por líderes comunitários, presidentes de associações de moradores, jovens do movimento hip hop, artistas e trabalhadores em geral.

As equipes vencedoras do campeonato irão disputar vaga na Liga Brasileira de Basquete de Rua (LIBBRA), que ocorre no Rio de Janeiro entre os dias 17 e 29 de julho. "Os melhores vão para o Rio, mas esse trabalho, unindo basquete e hip hop, tem o objetivo também de construir equipamentos de lazer nos bairros e mobilizar a juventude. Além disso, nós estamos angariando fundos para as passagens dos jogadores", conclui Zezé.

Além do Rio, a Cufa concentra suas atividades em outros estados como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Com o objetivo de transformar

SERVIÇO

Campeonato de Basquete de Rua - Com show do grupo de rap Comunidade da Rima, grafiteagem de painéis, performance do DJ Cia (SP), presença da cantora Nega Gizza (RJ) e dançarinos de break. **Amanhã** (10), às 14h, na Quadra da Volta da Jurema (Praia do Mucuripe). Realização: Central Única das Favelas (CUFA) e Movimento Hip Hop Cultura de Rua (MCR). Promoção: Liga Brasileira de Basquete de Rua (LIBBRA). Informações: 3231.8363 e 8844.8614.

O som dos scratches, as rimas afiadas, os passos de break, a grafiteagem de painéis ao vivo e o basquete na rua. Tudo ao mesmo tempo agora. Na tarde deste domingo (10), já a partir das 14h, a quadra da tradicional Volta da Jurema (Praia do Mucuripe) dará espaço para uma galera nova e, principalmente, disposta a enfrentar o *Campeonato de Basquete de Rua*, uma das atividades da Cufa - Central Única das Favelas, na capital cearense.

Representando a entidade, a principal presença será a carioca Nega Gizza, irmão do rapper MV Bill, este que recentemente esteve na terrinha lançando seu instigante livro, *Cabeça de Parco*. O campeonato, realizado em parceria com o Movimento Hip Hop Cultura de Rua - MCR, espécie de "braço hip hop" da Cufa, tem entrada franca sendo as inscrições feitas na loja Bronx (Galeria Pedro Jorge, 2º andar - Centro).

"O fato de se jogar basquete já é um improviso dentro da periferia e o que a gente notou foi que muitos desses

Figura 1 –Manchete de 9 de julho de 2005 do jornal *O Povo*, Fortaleza – CE.

OPovo

vida & arte

FORTALEZA-CE, TERÇA-FEIRA, 9 de maio de 2006



desafinado
A loja que não deixa por menos

CD
BRASILIANOS
Hamilton de Holanda Quinteto

R\$ 34,90

Av. Dom Luís, 655 - Lejas 2 e 3 - Fone: 3224.3853
Shopping Del Plácer - Fone: (85) 3406.3244
www.desafinado.com.br - desafinado@desafinado.com.br

O BAGULHO DE **BILL**

HIP HOP 1 O rapper MV Bill grava clipe do novo CD em Fortaleza. No último sábado, o Vida & Arte acompanhou o rapper na Comunidade das Quadras, onde foi recebido pela população local e pelo Coordenador Geral da Cufa-CE, Preto Zezé



Bill chega de boné e bermuda camuflada, tipo exército, camiseta verde "Favela 09 - Órfãos do Sistema", chinelo de cimento branco, tranquilo, de andar arrastado, fazendo um pendulo compassado com os ombros. Um preto de quase 2 metros, traços de marombeiro, tatuado "Jesus é a Justiça", de cavanhaque, voz grossa e nariz achatado. Morador da favela Cidade de Deus, 81, de nome Alen Pereira Barbosa, de apelido de infância Rato Bill, sob

a alcunha hoje de Mensageiro da Verdade. MV Bill chega ali na Comunidade das Quadras no fim da tarde do sábado para a gravação do seu novo clipe, "O Bagulho é Doido". A música dá nome também ao terceiro cd do rapper, com previsão de lançamento nesse mês de maio ainda. O cd teve as letras escritas durante o período em que ficam colhidos os depoimentos para o documentário *Falção - Meninos do Tráfico*, exibido em edição especial no Fantástico e a ser lançado em edição para o cinema com cerca de 2 horas de duração no mês de outubro.

"Da pra rodar sem luz", grita o cinegrafista do alto de uma mesa de plástico branca junto à câmera, sobre um tripé, que aponta para uma rua das Quadras. A cena: Frontal enquadrando Bill vindo pela rua em direção à câmera. A medida que ele avança, moradores da comunidade saem das casas e bebem o acompanhando. Silêncio! "Cara de sério! Tá todo mundo li-soso mesmo", um integrante da produção orienta os figurantes arregimentados na hora.

As Quadras tem cerca de 440 casas e 4000 habitantes, segundo Ana Raquel e Catarina Érika, que cobrem o evento para o jornal mensal *Voz da Quadra*. A festa é o senso de 2002, feito pelas catequistas da comunidade Raquel, de 15 anos, e Érika, de 17, desenrolam, entre uma cena e outra, uma entrevista com Bill. Érika - franjiná, mas segura - se posta ao lado do rapper, que lhe estende uma mão cerca de três vezes maior que a sua.

Bill é hoje um dos principais nomes do movimento hip-hop no Brasil, apesar dele mesmo não gostar de tratar como movimento um espaço de atuação marcado, como tantos outros, por algumas divergências e rumos distintos entre grupos. Mas assume a posição. "Não sei no que me transformei, mas não podemos mais ficar embaixo do edredom. Temos que meter a cara." Discusso de anos no movimento. Para alguns a postura é de distância da grande mídia, principalmente televisiva, e do Estado. Para outros, é de dialogar com essas instâncias de poder, mas com postura firme, sem cair nos erros de outros movimentos cooptados.

"Já teve o momento da consciência do gueto. O gueto precisa está informado. Pegamos a informação; teve outro momento que o hip-hop tinha que conscientizar as pessoas, lá conscientizamos. Agora tem o momento da conquista, e esse passo não tem como ser dado somente através da favela. Precisa dialogar com outras lideranças, com pessoas que estão de fora, com o assalto, com políti-

cos, porque pra esse terceiro passo é necessário o dinheiro e isso não está na nossa mão inelutavelmente", fala Bill quando questionado sobre a relação do hip-hop com a mídia depois do espaço no Fantástico.

Se em uma ponta vai para a telinha, na outra movimentada a base. Com a Central Única de Favelas, entidade nacional que está organizando ações focadas na área social, afirmando o hip-hop como movimento não só cultural-artístico, mas político principalmente.

A gravação do clipe em Fortaleza, faz parte de uma política de descentralização da Cufa, na tentativa de compartilhar experiências e dar visibilidade ao movimento de outros estados fora do eixo. Nesse caso, o Rio, onde a Central nasceu e está bem estruturada.

A produção das gravações foi comandada pelo Núcleo de Audiovisual da Cufa Ceará. Núcleo que começou a se organizar este ano, mas já tem projetos ambiciosos como a estruturação de uma produtora e uma escola de áudio-visual. A direção do clipe é do Coordenador Geral da Cufa-CE, Preto Zezé em conjunto com Cebio Athaide, empresário do Rio e co-fundador da Cufa. Des Cardoso, da Cufa-CE, e o cartista Rodrigo Freire auxiliam a direção. Rodrigo, o felha, cinegrafista do "Falção", comanda o núcleo de áudio-visual da Cufa no Rio. De lá veio parte da estrutura para a gravação.

Cena 8. Bill está deitado em uma cadeira odontológica na Unidade de Saúde Mirian Porto Mota, onde Aldenice Araújo dos Santos é vice-coordenadora. Não está atrasada para um casamento. Casada, depois de uma campanha para vacinação anti-rábica em cães. "Quase 7 da noite. A mãe liga, já tá pronta para a certimônia. Nice negocia: "Espera só um pouquinho que a menina disse que tá terminando aqui". Ela adora essas coisas da comunidade.

A sala odontológica, nas Quadras, serve de cenário para a cena de laboratório em que cientistas analisam MV Bill. Na música, "Quem faz faculdade, trabalha no escritório, me olha como se eu fosse um rato de laboratório". A letra e a batida pesada, com entradas sombrias, vai com os dois pés nos pelcos da hipocrisia da classe rica que "investe no futuro da nação. Compra pó na minha mão, depois me xinga na televisão. No seqüência vai pra rua tentando levantar cartaz, chorando e com as mãos sinalizando o símbolo da paz".

Além das Quadras, no sábado, a equipe subiu na van e foi bater no Lagamar e Pirambó no domingo. De lá Bill rumo pro aeroporto, volta pro Rio. Estará de volta, ali mesmo nas Quadras, no dia 27 deste mês. Fati show no encerramento da Seletiva Estadual de Basquete de Rua, organizada pelo Núcleo de Esportes da Cufa-CE.

É o quinto mês de um ano corrido para Bill. Mais ainda depois dos 58 minutos no Fantástico. De lá pra cá, já foi ter um reservado com o presidente, lançar livro na Dasha, entrevistas e mais entrevistas, mas sem perder, ao que parece, o olho do bico. "Transferir a realidade social no Brasil."

TRECHOS DA MÚSICA

O BAGULHO É DOIDO
MV BILL

Teu pai te dá dinheiro
Você vem o investe
No futuro da nação
Compra pó na minha mão
Depois me xinga na televisão
No seqüência vai pra rua tentando levantar cartaz
Chorando e com as mãos sinalizando o símbolo da paz

Veja que ironia
Que contradição
O tico me odia e financia minha município
Que faz faculdade
Trabalha no escritório
Me olha como se eu fosse um rato de laboratório

Me deixam pra cadê
Me transformam em detento
Você vai para uma clínica tomar medicamento
Imagine você
Se eu fosse os leis
O jogo era invertido
Você que era o bandido

Quem sou eu
Eu não sei
Já mori
Já matei
Várias vezes eu rodei
Tive chance e escapei

LEIA MAIS NA 3

SERVIÇO
Sita da Cufa-CE: www.cufaceara.org.br/
Site: (85) 3212-4257
Para ouvir a música: www.mvbillhiphop.com.br/

Figura 2 – Manchete de 9 de maio de 2006 do jornal *O Povo*, Fortaleza – CE.

6 FORTALEZA-CE, SEGUNDA-FEIRA, 14 de novembro de 2005

F-1 DE MASTERS 1
Nigel Mansell guiou como Mansell, Emerson Fittipaldi foi Fittipaldi. Eles protagonizaram ontem a estreia da Grand Prix Masters. Vitória, em Kyalami, na África do Sul, do inglês, campeão da F-1 em '92 e da Indy em '93.

F-1 DE MASTERS 2
Fittipaldi, bicampeão da F-1 em '72 e '74 chegou em 2º lugar, a 0s408. "Que corrida! O Emerson não me deixou em paz por nenhum segundo. Ele é uma lenda, mas hoje foi um pé no saco", disse Mansell, 52.

F-1 DE MASTERS 3
Emerson, 58, também rasgou seda. "O Ayrton (Senna) contou que o Nigel Mansell (folo) tinha um controle incrível do carro. Pode ver isso. Ele grudou o pé no acelerador", declarou. Ricardo Patrese foi o terceiro.



NA MORAL Jovens de comunidades da Aldeota foram à quadra da General Tertuliano Potiguar mostrar que são bons de papo, rap e basquete de rua

BASQUETE E CONSCIÊNCIA

JUVENTUDE] Organizado pela Central Única das Favelas (Cufa), o Torneio de Lançamento para a Seletiva Estadual de Basquete de Rua (Sebar) reuniu 240 atletas de Fortaleza. O evento foi encerrado com uma apresentação dos rappers MV Bill e Nega Giza

Uma quadra improvisada no meio da rua General Tertuliano Potiguar, na Aldeota, banheiros químicos na calçada, um palco armado ao fundo e a via devidamente fechada, para impedir a passagem dos carros. Com esse cenário, os finalistas do Torneio de Lançamento para a Seletiva Estadual de Basquete de Rua (Sebar), que será realizado em

março e abril de 2006, disputaram os jogos de ontem.

A Sebar irá selecionar quatro equipes para disputar a Liga Brasileira de Basquete de Rua (Libbra), em julho, no Rio de Janeiro. O campeonato deste fim de semana, que no sábado foi disputado no Conjunto Ceará, foi só uma espécie de aquecimento e contou com a participação de 240 atletas, divididos em 34 equipes, das

quais quatro eram femininas.

Segundo Preto Zezé, coordenador da Central Única das Favelas (Cufa), organizadora do evento, a Sebar será realizada em oito bairros de Fortaleza. Ele explica que a seletiva vai além de uma simples disputa. "É um processo de mobilização da juventude para a construção de uma rede de atletas comprometidos com sua comunidade", afirma.

Segundo ele, a idéia é mobilizar a juventude no sentido de cobrar do poder público que disponibilize equipamentos de esporte e lazer para a população e, por outro lado, cobrar da comunidade comprometimento para manter e cuidar desses equipamentos.

Preto Zezé explica que o basquete de rua é uma integração do esporte com o movimento hip hop e diz que a Cufa está montando duas escolas em Fortaleza, nos bairros Bom Jardim e Conjunto Ceará. Segundo ele, as escolas estarão funcionando a partir de 2006. "Vamos oferecer oficinas

de basquete, rap, grafite, break e DJ", promete.

Uma das finalistas na competição, Luana Vieira Crisóstomo, 19 anos, não jogava basquete há algum tempo, já que trabalha e estuda. Mas mesmo assim reuniu as amigas quando soube da competição e formou um time. "Sempre joguei basquete por prazer, a maioria das vezes na rua. Durante um tempo joguei por um clube porque tive uma bolsa de estudos de uma escola, mas não fiquei muito tempo", conta. No encerramento dos jogos de ontem, o público e os atletas assistiram a um show dos rappers MV Bill e Nega Giza. (Adriana Albuquerque)

O CIDADÃO

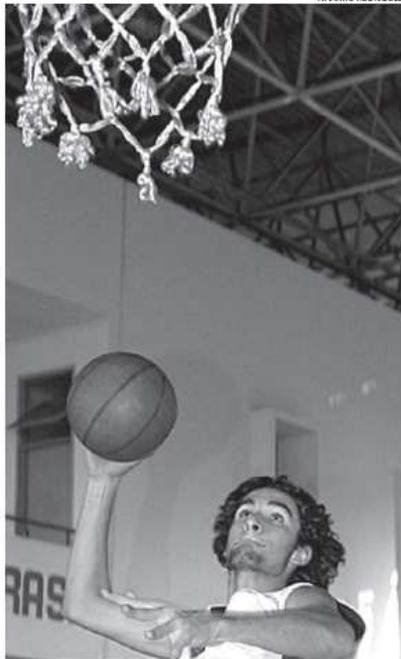


Esporte como trampolim

Figura 3 – Manchete de 14 de novembro de 2005 do jornal *O Povo*, Fortaleza – CE.

GERAÇÃO PERDIDA

BASQUETE] Cerca de 20 atletas que formam a nata do basquete cearense na faixa até 18 anos estão impedidos de disputar competições nacionais e, assim, chegar à seleção brasileira. A decisão é do presidente da federação, Adelson Julião, em retaliação à participação do grupo em torneios de entidades consideradas "não-oficiais"



PEDRO SHELDON diz ter sofrido represálias por parte da federação

Rafael Luis
da Redação

Enquanto o esporte cearense deu um salto de qualidade nesta década, formando atletas de renome nacional em modalidades como futebol, vôlei de praia, surfe e sandboard, o basquete parece ter parado no tempo. Envolvido há dois anos numa disputa política entre duas federações e uma liga, o esporte vê seus atletas pagarem o pato. Com o Estadual restrito ao interior e sem participação de equipes tradicionais como Náutico, Ideal, AABB e RNB - apoiadoras dos grupos rivais ao da federação "oficial" -, uma geração inteira foi perdida.

A origem da discórdia é a disputa pela Federação Cearense de Basquete (FCB), presidida por Adelson Julião. Para se perpetuar no poder, o dirigente barrou, nas eleições de 2005, o poder de voto dos clubes de Fortaleza, que buscavam renovação. A solução da oposição foi entrar com ação judicial para retirar o presidente. Cansada da demora no processo, que no próximo mês completará dois anos que corre na Justiça, o grupo criou a Liga Cearense de Basquete (LCB). E, para angariar recursos que a FCB não pode receber, por não prestar contas, outro grupo fundou sua própria entidade, a Fe-

deração de Basquete do Estado do Ceará (FBC).

A rebelião dos clubes, no entanto, custou caro aos atletas que disputaram competições da LCB ou que integravam os cinco times que apoiaram a fundação da FBC - Náutico, Ideal, BNB, CEC e Fortaleza. Os 24 jogadores enviados pela Liga ao Torneio de Verão, nos Estados Unidos, em julho, foram incluídos numa "lista negra" da FCB: nenhum deles pode disputar campeonatos nacionais. O mesmo se aplica aos seis integrantes da comissão técnica.

Das principais promessas do basquete colegial de Fortaleza, Pedro Sheldon, 17, e Francisca Jaldelice, a Issy, 16, contam que sofreram pressão do dirigente após a viagem. "É uma pena ser proibido de jogar porque fui para os Estados Unidos", lamenta Sheldon. "Ele me esnobou, dizendo que não precisava mais de mim na seleção cearense. Mas vou vencer sem precisar dele", afirma Issy, que no fim de janeiro irá para o Osasco, de São Paulo.

O POVO procurou Adelson Julião, para que falasse sobre o veto a jogadores e técnicos. O dirigente, porém, disse que não se pronuncia enquanto a Justiça não anunciar a decisão sobre a ação movida pela oposição.

Justiça pode definir situação próximo ano

A ação movida pelo grupo de oposição ao atual comando da Federação Cearense de Basquete (FCB) pode ter uma definição da Justiça em 2007. Após dois anos, a decisão está nas mãos da juiz José Israel Torres Martins, da 27ª Vara Cível. O objetivo dos clubes é conseguir a intervenção na entidade e, em seguida, fechá-la, por causa dos débitos de cerca de R\$ 500 mil com a Receita Federal. "Assim, a gente poderia ter a Federação de Basquete do Ceará (FBC) definitivamente reconhecida pela Confederação", explica o presidente Sued Castro Lima.

Nestes dois anos, o presidente da FCB, Adelson Julião, restringiu a disputa do Estadual a cidades como Pereiro, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Aracati e Morada Nova, de quem teve apoio para se manter no cargo, onde está desde 1990. (RL)

Basquete de Rua virou alternativa

A solução para atletas de Fortaleza participarem de competições de basquete tem sido o basquete de rua. Nos últimos dois anos, com a disputa política na federação, a nova modalidade se difundiu na cidade. Por aqui, o basquete de rua é promovido pela Central Única das Favelas (Cufa), que realiza um torneio classificatório para a Liga Brasileira de Basquete de Rua (Libbra).

Neste ano, na segunda edição da competição nacional, o Ceará chegou à fase decisiva com equipes masculina e feminina. "O vácuo que foi deixado pela federação forçou a gente a criar alternativas. Da quadra, os atletas foram para a rua", diz o presidente da Cufa, Preto Zezé, que promete para 2007 a criação da Liga Urbana Cearense (Luce). O basquete de rua difere do basquete convencional



SAMUEL Bedé: atleta que migrou para o basquete de rua

porque as regras são menos rígidas e permitem malabarismos com a bola.

Samuel Bedé, 26, é um dos atletas que migraram de modalidade. Ao lado de outros seis ex-jogadores do Fortaleza, clube impedido pela Federação Cearense de Basquete (FCB) de disputar o

Estadual, ele formou o time OAB, apoiado pelo Clube dos Advogados. "O presidente da federação chegou a determinar que cada atleta que disputou competições de outras entidades enviasse um ofício pedindo desculpas", relata Samuel. "Coisa de menino". (RL)

Figura 4 – Manchete de 29 de dezembro de 2006 do jornal *O Povo*, Fortaleza – CE.

GOL!

FALE COM A GENTE >> **Editor a-Executiva:** Tânia Alves, taniaalves@opovo.com.br > **Editores-Adjuntos:** Ciro Câmara, Juliana Matos Brito, Rafael Luis e Thiago Caetano
> **E-mail:** esportes@opovo.com.br > **Fones:** (85) 3255 6147, 3255 6125, 3255 6118, 3255 6108, 3255 6152 > **Fax:** (85) 3255 6139

[+] BASQUETE DE RUA, 12 > KART, 13 > COLUNA NO PÓDIO, 13 > SEÇÃO JOGO ABERTO, 14 > ESPORTES NA TV, 14 > CEARÁ, 15 > COLUNA ALAN NETO, 15 > FORTALEZA, 16 > GUARANY, 16

2 min

> **FÓRMULA TRUCK.** O Corinthians anunciou ontem que participará da próxima temporada da Fórmula Truck, após fechar parceria com a equipe RVR Motorsport. A equipe corintiana terá como piloto Roberval Andrade, que já foi campeão em 2002 e vice duas vezes, em 2005 e 2007. O Timão já tinha fechado participação em outras categorias do automobilismo, como a Super League e a Stock Car.

ARTISTAS DO BASQUETE

< **SHOW NO GARRAFÃO** > Fortaleza sediará, amanhã, a seletiva de basquete de rua para o Harlem Globetrotters, dos Estados Unidos, time de basquete famoso pelas jogadas de efeito

Roberto Leite
roberto.leite@opovo.com.br

>>> **A SELETIVA**

Piruetas e danças embaixo no garraão. Lances plasticamente bonitos. É isso que o fortalezense verá no Centro Poliesportivo da Volta da Jurema, em Fortaleza, amanhã, durante a seletiva de basquete de rua para a equipe mais famosa do mundo: o Harlem Globetrotters, conhecido pelas jogadas cheias de efeito dentro de quadra. Jogadores de todo o Ceará disputarão a única vaga para a próxima fase da seletiva, que reunirá 27 representantes de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal.

"Será uma seletiva que promete empolgar o público. O basquete de rua já é cheio de música e dança. Imagine com a chance de ir para o Globetrotters", comenta o coordenador estadual de esporte da Central Única das Favelas (Cufa), Ernando Ferreira.

As pré-inscrições podem ser feitas no site da Liga In-

> A seletiva de basquete de rua começará às 8h30min de amanhã, meia hora depois de serem abertas as inscrições, na Quadra Poliesportiva da Volta da Jurema, que fica na Av. Beira-Mar.

> A expectativa é de que cerca de 60 atletas participem das disputas, que selecionarão um deles para a próxima fase.

> Quem passar pelas três fases da seletiva, que ocorre em todo o País, terá uma vaga no time de basquete Harlem Globetrotters.

ternacional de Basquete de Rua (Liibra). Mas é importante ressaltar que a pré-inscrição não é determinante para a participação na seletiva. É apenas um forma contrada pela organização para contabilizar bem todos os registros de quem comparecer ao evento. "Os in-

teressados em participar podem se inscrever até o dia do evento, lá mesmo na Volta da Jurema, a partir das 8 horas", completa Ernando Ferreira.

Representatividade

"Nossa expectativa é de que umas 60 pessoas participem dessa seletiva. O que dá muita representatividade ao esporte no Ceará", afirma Ernando, lembrando que a equipe da Cufa Audiovisual vai produzir em vídeo os melhores lances e jogadas dos competidores, durante toda a manhã.

Depois de escolhido, o cearense selecionado se juntará a outros 26 concorrentes e terá o seu vídeo postado no site Globoesporte.com para votação em todo o Brasil.

Em abril, as quatro performances em vídeo mais votadas irão para a grande final, no programa *Caldeirão do Huck*, da Rede Globo. "Acredito que o representante do nosso estado pode disputar a finalíssima", avalia Ernando.



Interessados podem se inscrever amanhã mesmo, na Volta da Jurema

RESULTADO
LOTERIA DOS Sonhos
O LÍDER DO DIA
* LOTERIA SEMANAL DO CEARÁ

25 - Fevereiro - 2010
BILHETE ON-LINE

	14h	19h30min
1º	8300	6212
2º	7868	5660
3º	2132	1718
4º	0693	9639
5º	4174	9448
6º	5503	6635
7º	2470	0037
8º	8976	9643
9º	2461	2829
10º	7098	5953

Garantida pela
LOTERIA ESTADUAL DO CEARÁ

Figura 5 – Manchete de 26 de fevereiro de 2010 do jornal *O Povo*, Fortaleza – CE.